Documentos da
Secretaria Pro Tempore

Brasil, 2004

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Thereza Maria Machado Quintella

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA

Diretor Álvaro da Costa Franco

INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Diretor Heloísa Vilhena de Araújo

A *Fundação Alexandre de Gusmão (Funag)*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira. A Funag tem dois órgãos específicos singulares:

Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI) – tem por objetivo desenvolver e divulgar estudos e pesquisas sobre as relações internacionais. Com esse propósito:

- promove a coleta e a sistematização de documentos relativos ao seu campo de atuação;
- fomenta o intercâmbio científico com instituições congêneres nacionais, estrangeiras e internacionais, e
- realiza e promove conferências, seminários e congressos na área de relações internacionais.

Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD) – cabem-lhe estudos e pesquisas sobre a história das relações internacionais e diplomáticas do Brasil. Cumpre esse objetivo por meio de:

- criação e difusão de instrumentos de pesquisas;
- edição de livros sobre história diplomática do Brasil;
- pesquisas, exposições e seminários sobre o mesmo tema;
- publicação do periódico *Cadernos do CHDD*.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411 6033/6034/6847
Fax: (61) 3322 2931, 3322 2188
Site: www.funag.gov.br

Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI)
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo I, 7º Andar, Sala 708
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411 6786/6800/6816
Fax: (61) 3224 2157 / 3323 4871
E-mail: *ipri@mre.gov.br*

Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD)
Palácio Itamaraty
Avenida Marechal Floriano, 196
Centro – 20080-002 Rio de Janeiro, RJ
Telefax (21) 2233 2318/2079
E-mail: *funag@veloxmail.com.br*

Grupo do Rio

Mecanismo Permanente
de Consulta e Concertação Política

Documentos da
Secretaria Pro Tempore

Brasil, 2004

FUNAG
FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

MRE

Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio – 2004

Secretário Pro Tempore
Embaixador Celso Amorim,
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Secretários Pro Tempore Adjuntos
Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares,
Subsecretário-Geral da América do Sul

Embaixadora Vera Pedrosa,
Subsecretária-Geral Política

Coordenador Nacional do Brasil no Grupo do Rio
Ministro Marcelo L. da S. Vasconcelos

Coordenador Executivo
Ministro Heraldo Póvoas de Arruda

Coordenador Nacional Adjunto
Ministro Afonso José Sena Cardoso

Coordenação de Cerimonial
Ministro Sérgio Maurício da Costa Palazzo
Terceiro Secretário Henrique Archanjo Ferrari

Assessora do Coordenador Nacional
Primeira Secretária Eugênia Barthelmess

Assessores do Coordenador Executivo
Conselheira Andréia Cristina Rigueira David
Primeiro Secretário Fernando Luis Lemos Igreja
Segunda Secretária Carla Barroso Carneiro
Segunda Secretária Marissol Tereza Chaves Romaris
Segundo Secretário Luis Fernando de Carvalho
Segundo Secretário José Solla Vazquez Junior
Terceiro Secretário Paulo José Chiarelli Vicente de Azevedo

Grupo do Rio
Grupo do Rio. Documentos da Secretaria Pro Tempore.
Brasília: Funag, 2005.
336p.

ISBN 85-7631-029-5

1. Países da América do Sul. I. Funag. II. Título.

Copyright © Secretaria Pro Tempore

Impresso no Brasil 2005

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Decreto nº 1.825 de 20.12.1907

Países Membros do Grupo do Rio

República Argentina

República da Bolívia

República Federativa do Brasil

República do Chile

República da Colômbia

República da Costa Rica

República do Equador

República de El Salvador

República da Guatemala

República Cooperativista da Guiana
(Representando a Comunidade do Caribe)

República de Honduras

Estados Unidos Mexicanos

República da Nicarágua

República do Panamá

República do Paraguai

República do Peru

República Dominicana

República Oriental do Uruguai

República Bolivariana da Venezuela

Sumário

APRESENTAÇÃO 17

CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DA
SECRETARIA PRO TEMPORE

Ata de Transmissão da Secretaria Pro Tempore 21
Roteiro para o pronunciamento do Chanceler do Peru 27
Pronunciamento do Chanceler do Brasil 35

DECRETO DE CRIAÇÃO DA
SECRETARIA PRO TEMPORE 39
Decreto de 16 de fevereiro de 2004 41
Decreto de 9 de junho de 2004 45

REUNIÃO DE COORDENADORES NACIONAIS
DO GRUPO DORIO. Brasília, 5 e 6 de agosto de 2004 49

Agenda da Reunião de Coordenadores Nacionais
do Grupo do Rio 49
Relatório da Reunião de Coordenadores Nacionais
do Grupo do Rio 51
Participantes da Reunião de Coordenadores Nacionais
do Grupo do Rio 59

XXIII REUNIÃO DE CHANCELERES DO GRUPO DO RIO.
Brasília, 19 e 20 de agosto de 2004 63
Agenda da XXIII Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio 65

Roteiro para o pronunciamento de abertura pelo Chanceler do Brasil 67
Relatório da XXIII Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio 71
Nota à imprensa divulgada pelo Itamaraty 81
Participantes da XXIII Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio ... 83

REUNIÃO DE VICE-MINISTROS DA ÁREA ECONÔMICA E DAS CHANCELARIAS DO GRUPO DO RIO. Brasília, 16 de setembro de 2004 87
Agenda da Reunião 89
Relatório da Reunião 91
Nota à imprensa divulgada pelo Itamaraty 95

REUNIÕES DO GRUPO DO RIO À MARGEM DA LIX ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS 97

Reunião da Troica Ampliada de Chanceleres do Grupo do Rio com o Chanceler da Federação da Rússia. Nova York, 24 de setembro de 2004 99

Comunicado Conjunto Adotado ao Final da Reunião Ministerial entre a Troica Ampliada do Grupo do Rio e a Federação da Rússia. Nova York, 24 de setembro de 2004 101

Reunião da Troica Ampliada de Chanceleres do Grupo do Rio com o Chanceler da Índia. Nova York, 24 de setembro de 2004 105

Reunião da Troica Ampliada de Chanceleres do Grupo do Rio com a União Européia. Nova York, 24 de setembro de 2004 107

Reunião da Troica Ampliada de Chanceleres do Grupo do Rio com o Chanceler da República Popular da China. Nova York, 27 de setembro de 2004 109

Reunião da Troica Ampliada de Chanceleres do Grupo do Rio com o Conselho de Cooperação do Golfo. Nova York, 27 de setembro de 2004 113

XVIII REUNIÃO DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DO GRUPO DO RIO. Rio de Janeiro, 4 e 5 de novembro de 2004 117

Reunião de Coordenadores Nacionais do Grupo do Rio. Rio de Janeiro, 2 e 3 de novembro de 2004
Agenda da Reunião de Coordenadores Nacionais 119

XXIV Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio. Rio de Janeiro, 3 e 4 de novembro de 2004
Agenda da XXIV Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio 121

XVIII Cúpula do Grupo do Rio. Rio de Janeiro, 4 e 5 de novembro de 2004
Agenda da XVIII Cúpula do Grupo do Rio 123

Discurso pronunciado pelo Presidente do Peru, Alejandro Toledo, na abertura da XVIII Cúpula 123

Discurso pronunciado pelo Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da XVIII Cúpula 129

Brinde pronunciado pelo Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de jantar oferecido aos Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio 133

Mensagem do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin, aos participantes da XVIII Cúpula do Grupo do Rio 135

Mensagem do Presidente da Líbia, Muammar Al Khaddafi, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião da realização da XVIII Cúpula do Grupo do Rio 137

Relatório da XVIII Cúpula do Grupo do Rio 139

Declaração do Rio de Janeiro. 5 de novembro de 2004 147
Declaração do Rio de Janeiro 149
Declaración de Río de Janeiro 155
Rio de Janeiro Declaration 161

Comunicados da XVIII Cúpula do Grupo do Rio 167
Comunicados aprovados na XVIII Cúpula do Grupo do Rio 174
Comunicados aprobados en la XVIII Cumbre del Grupo de Río ... 175
Joint Communiqués approved by the XVIII Rio Group Summit .. 183

Participantes da XVIII Cúpula do Grupo do Rio 191
Reunião de Chefes de Estado e de Governo 193
XXIII Reunião de Ministros de Relações Exteriores 196
Reunião de Coordenadores Nacionais 199

REUNIÃO DE COORDENAÇÃO DOS PAÍSES MEMBROS DO GRUPO DO RIO SOBRE A COOPERAÇÃO COM O HAITI. São José da Costa Rica, 17 de novembro de 2004 203

Relatório da reunião de coordenação do Grupo do Rio 205
Propostas de Cooperação da Argentina 209

Propostas de Cooperação do Brasil 211
Propostas de Cooperação da Colômbia 215
Propostas de Cooperação do Chile 219
Propostas de Cooperação do México 221
Lista de participantes 223

INTERVENÇÕES, EM NOME DO GRUPO DO RIO, EM FOROS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS 227

Intervenção na sessão aberta do Conselho de Segurança dedicada à questão da reforma do Comitê Antiterrorismo. Nova York, 4 de março de 2004 229

Texto apresentado como subsídio às consultas do Secretário-Geral da ONU com representantes do G-8 e de instituições financeiras internacionais sobre mecanismos financeiros inovadores 232

Intervenção por ocasião do V Processo Consultivo Informal sobre os Oceanos e o Direito do Mar. Nova York, 8 de junho de 2004 ... 240

Intervenção na reunião aberta de consultas do Comitê Geral da Assembléia Geral sobre a revitalização de seus trabalhos. Nova York, 21 de junho de 2004 242

Intervenção em explicação de voto proferida em seguida à aprovação de Resolução relativa à revitalização dos trabalhos da Assembléia Geral, em complementação à resolução 58/126. Nova York, 1º de julho de 2004 245

Intervenção na IV Comissão, por ocasião do debate do item da agenda da LIX Assembléia Geral relativo à "Questão das Ilhas Malvinas" 247

Intervenção no debate geral da I Comissão. LIX Assembléia Geral. Nova York, 4 de outubro de 2004 249

Intervenção na sessão formal de organização da V Comissão. LIX Assembléia Geral. Nova York, 4 de outubro de 2004 254

Intervenção no debate geral da II Comissão. LIX Assembléia Geral. Nova York, 6 de outubro de 2004 257

Intervenção na VI Comissão, por ocasião do debate sobre o item da agenda da LIX Assembléia Geral relativo ao "Relatório do Comitê Especial sobre a Carta das Nações Unidas e sobre o Fortalecimento do Papel da Organização". Nova York, 7 de outubro de 2004 266

Intervenção na V Comissão, por ocasião do debate sobre o item da agenda da LIX Assembléia Geral relativo à "Escala de Contribuições". Nova York, 18 de outubro de 2004 269

Intervenção na IV Comissão, por ocasião do debate do item da agenda da LIX Assembléia Geral relativo à "Revisão Abrangente de Toda a Questão de Operações de Paz em Todos os Seus Aspectos". Nova York, 27 de outubro de 2004 271

Intervenção na V Comissão, por ocasião da introdução do item da agenda da LIX Assembléia Geral relativo à "Situação Financeira das Nações Unidas". Nova York, 28 de outubro de 2004 276

Intervenção por ocasião do debate do item da LIX Assembléia Geral relativo ao "Seguimento da Cúpula do Milênio e das Grandes Conferências". Nova York, 22 de novembro de 2004 278

Intervenção na reunião de consultas informais convocada pelo Presidente da LIX Assembléia Geral sobre "Modalidades, Formato e Organização da Reunião de Alto Nível da LX sessão da Assembléia Geral". Nova York, 9 de dezembro de 2004 282

COMUNICADOS EMITIDOS PELO GRUPO DO RIO DURANTE A PRESIDÊNCIA PRO TEMPORE DO BRASIL 285

Comunicado do Grupo do Rio em Apoio ao Presidente da República do Peru, Alejandro Toledo. Brasília, 12 de fevereiro de 2004 287

Comunicado do Grupo do Rio sobre a situação no Haiti. Brasília, 20 de janeiro de 2004 288

Comunicado do Grupo do Rio sobre a situação no Haiti. Brasília, 25 de fevereiro de 2004 289

Comunicado do Grupo do Rio sobre atentados terroristas em Madri. Brasília, 12 de março de 2004 290

Comunicado do Grupo do Rio sobre o assassinato do Xeque Ahmed Assim. Brasília, 25 de março de 2004 291

Comunicado do Grupo do Rio sobre a situação na Nicarágua Brasília, 18 de outubro de 2004. 292

GRUPO DE REFLEXÃO DE ALTO NÍVEL DO GRUPO
DO RIO SOBRE OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO
NOS PAÍSES MEMBROS DO MECANISMO 293

Introdução .....

Relatório da reunião do Grupo de Especialistas de Alto Nível
Convocado pelo Grupo do Rio. Brasília, 2 a 4 de agosto
de 2004 ..... 295/297

Informe de la reunión del Grupo de Expertos de Alto Nivel
convocado por el Grupo de Río. Brasília, 2 al 4 de agosto
de 2004 311

Report on the Meeting of the High Level Reflection Group
convened by the Rio Group. Brasilia, 2 to 4 August 2004 323

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, estabelecido no Rio de Janeiro em 1986 e conhecido como Grupo do Rio, foi concebido como instrumento de articulação política de alto nível e posto a serviço da consolidação da democracia. Caracterizado por grau mínimo de institucionalização, o Grupo constitui canal privilegiado de entendimento entre os Estados membros e foro propício à concertação de posições em importantes questões regionais e internacionais.

Os fundadores do Mecanismo resolveram delimitar seu escopo de atuação a reuniões de caráter informal, destinadas a servir como espaço exclusivamente político, apropriado para consultas, troca de informações, e eventuais iniciativas conjuntas, decididas sempre por consenso. Nessa qualidade, o Mecanismo tem tido, ao longo dos últimos dezoito anos, significativo sucesso, adquirindo expressão própria e credibilidade como interlocutor de peso específico no cenário regional e mundial.

Havendo assumido a Secretaria Pro Tempore pela segunda vez em 8 de janeiro de 2004, o Brasil, sem descurar do conjunto das atividades do Mecanismo, buscou acentuar os aspectos propriamente políticos do Grupo do Rio, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico e social da região e à sua integração.

Na preparação da XVIII Cúpula do Mecanismo, os Coordenadores Nacionais e, em seguida, os Chanceleres do Grupo do Rio discutiram temas com repercussões concretas sobre a realidade de nossos países.

Foram debatidas, em consonância com essa visão, questões relacionadas ao fortalecimento do multilateralismo e à cooperação internacional, à preparação e seguimento do Encontro de Líderes Mundiais para a Ação contra a Fome e a Pobreza, à adoção de mecanismos

financeiros inovadores para a ampliação do investimento público e à solidariedade internacional com o Haiti, entre outros.

Nesse debate, os países do Grupo do Rio reafirmaram, em 2004, sua convicção de que apenas o tratamento multilateral dos problemas globais e o pleno respeito ao Direito Internacional tornarão possível, em um contexto de fortalecimento e reforma integral das Nações Unidas e dentro de uma atmosfera de genuína cooperação internacional, alcançar a paz e o desenvolvimento com inclusão social.

O Grupo renovou seu compromisso com a plena consecução das Metas do Milênio. Nesse sentido, além de continuar a empenhar-se pelo aumento do volume de recursos destinados ao financiamento do desenvolvimento, os países do Mecanismo manifestaram atribuir especial importância ao seguimento da Ação contra a Fome e a Pobreza, no entendimento de que o combate à pobreza e à injustiça social no mundo é vital para a segurança e a estabilidade de todos os países, tanto desenvolvidos, como em desenvolvimento.

No Cúpula do Rio de Janeiro, os Estados Membros deram novas provas de interesse em relação à situação do Haiti e demonstraram decidida disposição – refletida nos termos da Declaração do Rio de Janeiro – em participar e apoiar os esforços internacionais em favor da estabilização daquele país, da recuperação de suas instituições, economia e infra-estrutura. Manifestava-se no Rio de Janeiro, com toda sua força, a vocação do Grupo do Rio para o encaminhamento e solução de problemas complexos no âmbito regional.

Tanto em sua atuação conjunta no âmbito das Nações Unidas como nos contatos que manteve com outros países e grupos de países, o Grupo do Rio atribuiu especial relevo, em 2004, a seu objetivo primordial de busca do desenvolvimento econômico e da justiça social, os quais constituem, juntamente com a consolidação e defesa de democracia, os eixos prioritários de ação concertada dos países integrantes do Mecanismo. Nesses contatos, o Grupo do Rio aprofundou o diálogo

sobre a adoção de mecanismos financeiros inovadores com o objetivo de ampliar e potencializar investimentos públicos que produzam rendimentos tanto econômicos como sociais. A ampliação da capacidade de investimento público dos Estados proporcionará maior racionalidade econômica à captação e emprego dos recursos financeiros disponíveis, com previsíveis efeitos multiplicadores sobre as economias dos países do Grupo e de seus sócios extra-regionais.

Ao transferir a Secretaria Pro Tempore à Argentina, assegurando-lhe, desde já, inteira disposição em cooperar para o êxito de sua condução do Grupo do Rio, o Brasil reafirma o valor que atribui ao Mecanismo como espaço privilegiado de aproximação de posições, onde as legítimas aspirações de cada país membro se associem de forma a promover mais eficazmente os objetivos de democracia, desenvolvimento e paz.

Luiz Filipe de Macedo Soares
Subsecretário-Geral da América do Sul
Secretário Pro Tempore Adjunto

Vera Pedrosa
Subsecretária-Geral Política
Secretária Pro Tempore Adjunta

CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO
DA SECRETARIA PRO TEMPORE

ATA DE TRANSMISSÃO DA SECRETARIA PRO TEMPORE DO MECANISMO PERMANENTE DE CONSULTA E CONCERTAÇÃO POLÍTICA – GRUPO DO RIO DA REPÚBLICA DO PERU PARA A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Em cumprimento às diretrizes estabelecidas para o funcionamento do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política – Grupo do Rio, realizou-se em Brasília, no dia oito de janeiro do ano de 2004, cerimônia por meio da qual o Ministro das Relações Exteriores do Peru, Embaixador Manuel Rodríguez Cuadros, transmitiu ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, as atribuições da Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio. Caberá, por conseguinte, à República Federativa do Brasil exercer a Secretaria Pro Tempore durante o ano de 2004.

Da cerimônia, de que a presente Ata faz constância, participaram o Embaixador Roberto García Moritán, Representante do Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, o Embaixador Harry Beleván-McBride, Secretário Pro Tempore do Grupo do Rio em 2003, os Embaixadores em Brasília dos Países-Membros do Grupo do Rio e os Coordenadores Nacionais do Brasil e do Peru. A presente Ata foi redigida em português e espanhol, sendo ambas de idêntico teor e igualmente autênticas.

Brasília, em 8 de janeiro de 2004.

Celso Amorim
Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

Manuel Rodríguez Cuadros
Ministro das Relações Exteriores
da República do Peru

Roberto García Moritán
Representante do Ministro das Relações Exteriores,
Comércio Internacional e Culto da República Argentina

ACTA DE TRESPASO DE LA SECRETARÍA PRO TEMPORE DEL MECANISMO PERMANENTE DE CONSULTA Y CONCERTACIÓN POLÍTICA – GRUPO DE RIO – DE LA REPÚBLICA DEL PERÚ A LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

En cumplimiento de las directrices establecidas para el funcionamiento del Mecanismo Permanente de Consulta y Concertación Política – Grupo de Río –, se realizó en Brasilia el día 8 de enero de 2004, la ceremonia por medio de la cual el Ministro de Relaciones Exteriores del Perú, Embajador Manuel Rodríguez Cuadros, traspasó al Ministro de Estado de Relaciones Exteriores del Brasil, Embajador Celso Amorim, las atribuciones de la Secretaría Pro Tempore del Grupo de Río. Corresponderá, por consiguiente, a la República Federativa del Brasil ejercer la Secretaría Pro Tempore durante el año 2004.

En la ceremonia, de la cual la presente Acta deja constancia, participaron el Embajador Roberto García Moritán, Representante del Ministro de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto de Argentina, el Embajador Harry Beleván-McBride, Secretario Pro Tempore del Grupo de Río en 2003, los Embajadores en Brasilia de los países miembros del Grupo de Río y los Coordinadores Nacionales del Brasil y del Perú. La presente Acta ha sido redactada en español y portugués, siendo ambas de igual tenor y validez.

Brasilia, 8 de enero del 2004.

Celso Amorim
Ministro de Estado de Relaciones Exteriores
de la República Federativa del Brasil

Manuel Rodríguez Cuadros
Ministro de Relaciones Exteriores
de la República del Perú

Roberto García Moritán
Representante del Ministro de Relaciones Exteriores,
Comercio Internacional y Culto de la República Argentina

ROTEIRO PARA O PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO PERU, EMBAIXADOR MANUEL RODRÍGUEZ CUADROS, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO AO BRASIL DA SECRETARIA PRO TEMPORE DO GRUPO DE RIO

Brasília, 8 de janeiro de 2004

Hace casi exactamente un año, el 10 de enero pasado, el Perú recibió el honroso encargo de presidir el Grupo de Río mediante el ejercicio de la Secretaría Pro Tempore, encargo que lo entendimos como la gran responsabilidad que indudablemente representaba pero también como un gran desafío. Por ello, desde el inicio nuestro gobierno se planteó como objetivo central de su gestión el reforzamiento del rol político del Mecanismo.

En este convencimiento, tuvo para el Perú especial relevancia la valoración que las 19 naciones que conformamos el Grupo de Río nos hacemos de las características iniciales de nuestra agrupación. Los antecedentes del Grupo se entroncan con la compleja situación centroamericana de los años 80. La paz estaba entonces en serio riesgo en América Central. Pero también lo estaban nuestras frágiles democracias en la región. Y la pobreza y desigualdad se acrecentaban en toda América Latina.

Es en ese momento en el que Latinoamérica enfrentaba una de las crisis más serias que le haya tocado vivir el siglo pasado, cuando la región apeló a las tradiciones diplomáticas que la distinguen, siendo la primera de ellas la práctica de la consulta y de la concertación política hemisférica.

Ya los Congresos Interamericanos del siglo diecinueve habían definido esa vocación por la concertación, cuyo ejercicio ha sido una constante en los dos siglos en que América Latina ha participado como

un actor de pleno derecho en el escenario internacional. El Grupo de Río, sin embargo, aportó un nuevo elemento a esa práctica histórica: instauró un Mecanismo Permanente.

Hoy, en el marco del Grupo de Río se presenta una oportunidad y un escenario privilegiados para impulsar posiciones conjuntas en los principales temas de la agenda internacional y, a partir de ello, para la definición de una identidad política internacional propia de nuestra región. Aprovechar ese potencial resulta un imperativo cada vez más exigente, particularmente a la luz del acelerado paso que la globalización adquiere en nuestros días y los múltiples retos que implica para nuestros países y para nuestros pueblos.

Los atentados del 11 de septiembre del 2001 habían anunciado ya que el mundo de la post Guerra Fría estaba en los umbrales de otra etapa. A principios del año pasado, se sumaba a ello la inminencia de una guerra en Irak, en la que el papel de la organización mundial parecía cada vez más dudoso. Por otro lado, la persistencia del estancamiento económico de la región –con su insoportable correlato de agudización de la pobreza y la desigualdad- hacía evidente el agotamiento de una serie de políticas que se propalaron en nuestra región durante los años 90. Frente a ello, cuando nos tocó presidir el Grupo de Río, sugerimos que desde la propia región debía hacerse un esfuerzo consciente por replantear a América Latina y su ubicación en el emergente sistema internacional. "Pensar a América Latina desde la propia región". Esa fue la manera como expresamos nuestra meta. Un elemento central en este esfuerzo fue la definición de una Agenda Estratégica para el Grupo Río. El "Consenso del Cusco", que nuestros Jefes de Estado y de Gobierno adoptaron en la XVII Cumbre en mayo pasado, convalida esfuerzos de consulta y concertación alrededor de temas puntuales y prioritarios.

En la medida en que la Memoria que hoy presento recoge las actividades que, con ese objetivo, hemos llevado a cabo durante el

2003, permítanme concentrarme apenas en algunos de los aspectos sustantivos en los que, en el curso del presente año, el Perú ha tratado de concentrar la actividad del Grupo de Río, naturalmente que con el apoyo de sus otros miembros.

Una de las primeras constataciones que arroja cualquier evaluación de la situación internacional y regional es la de una lacerante persistencia de la pobreza y la exclusión. En este sentido, los presidentes de los países del Grupo de Río han asignado "un carácter prioritario a la superación de pobreza y en particular de la pobreza extrema". Esto es en sí mismo un claro mensaje de la voluntad de concertación en temas centrales de la agenda política regional. Sin embargo, una apreciación que no tenga en cuenta la evolución reciente de la sociedad internacional y su efecto en esta realidad, no podría resultar completa y, por ende, enteramente eficaz.

Resulta evidente que los problemas de la pobreza y la desigualdad están intrínsecamente ligados y que ese vínculo adquiere particulares características en el período de aceleración de la globalización por el que atraviesa el sistema internacional. Existe un importante estudio de Branko Milanovic del Grupo de Investigación sobre el Desarrollo del Banco Mundial, publicado a principios del año 2002 en el *Journal of Economics* de la Royal Economic Society, en el que – a partir de un primer estudio basado en el ingreso de los hogares en casi 100 países, se demuestra que la desigualdad en el mundo aumentó del ya alto coeficiente de 63 puntos en el Índice GINI, a 66 en el periodo 1988-1993 en el que la globalización tomó realmente cuerpo.

Pero ello no es lo único que aquel estudio demuestra. De acuerdo con el mismo, las diferencias entre los ingresos promedio de los países – en particular de los desarrollados con los PVD – constituyen el factor más importante detrás de la desigualdad a nivel mundial. "Ella explica entre el 75 y el 88 por ciento de la desigualdad total", según Milanovic. Esto ubica el problema en una dimensión internacional que debe ser

comprendida y atendida como tal por un ente de concertación política como el Grupo de Río. Es en base a este tipo de ideas que, en el curso de la gestión peruana, procuramos promover la adopción de posiciones conjuntas sobre aspectos vinculados a la agenda económica internacional.

El resultado tangible ha sido un acuerdo para revalorizar la variable del desarrollo y la promoción de un sistema de comercio internacional más libre y equitativo. En un mundo en el que la agenda de la seguridad viene adquiriendo un peso creciente, nuestros países han acordado mantener una estrecha concertación para asegurar que ello no postergue el tratamiento de los temas vinculados a la agenda del desarrollo. Por ello, según fue expresado en el Cusco, ambos temas deben ser abordados "en forma integral y equilibrada". Por cierto que el tema de la paz y la seguridad internacionales también está en el centro de las preocupaciones del Grupo de Río. El Grupo de Río ha forjado a través de casi dos décadas una sólida posición en apoyo de la paz y la seguridad internacionales, a través del fortalecimiento de un sistema multilateral basado en el derecho internacional y en la Carta de las Naciones Unidas.

La Declaración de Asunción de 1997, fue un punto de partida que se entronca en una misma línea conceptual con los acuerdos contenidos en el Consenso del Cusco, en relación con el fortalecimiento del sistema multilateral. El proceso de concertación sobre este tema alcanzó un momento clave con la adopción en marzo pasado de la Declaración sobre la Situación en Irak, que formulamos en Atenas, pocos días después del inicio de las operaciones armadas, y en la que el Grupo de Río "hace un llamado a que se reactiven iniciativas para mejorar y fortalecer el sistema de seguridad colectiva de las Naciones Unidas". De igual forma, varias decisiones adoptadas en septiembre en Naciones Unidas han dado un contenido concreto a este llamado y fijan una posición del Mecanismo que incluye un compromiso con los principios y normas de la Carta de Naciones Unidas pero, también, con reformas sustantivas en la composición, las agendas y los procesos

de toma de decisiones de sus órganos principales. Hemos empezado, pues, a trabajar en esa vía y creemos que debemos continuar haciéndolo.

América Latina tiene hoy un papel importante que jugar a favor de la paz, en un mundo en el que las instituciones y regímenes que hasta hoy garantizaron la seguridad colectiva se encuentran en una encrucijada. El aporte de nuestra región debe ser hoy tan vital como lo ha sido en otros momentos cruciales de la historia. Hace 180 años las batallas de Junín y Ayacucho, libradas en el corazón del Perú, garantizaron a nuestros pueblos su definitiva independencia política y el derecho a gobernarse democráticamente. En el 2004 se cumplen treinta años de la Declaración de Ayacucho. Por eso, deseo alentar a nuestros países a aprovechar esta simbólica ocasión para recuperar el espíritu de tal iniciativa y dar pasos decididos a fin de evitar una carrera de armamentos.

Entendemos que la consolidación de la paz, la equidad y la democracia son, en nuestra región, un proceso en el que debemos avanzar concertadamente. Así, el tercer gran foco de preocupación hacia el cual el Perú ha convocado las actividades del Mecanismo durante el 2003, ha sido el fortalecimiento de la gobernabilidad democrática, tema que nuestros Jefes de Estado definieron como "la tarea central del Grupo de Río". Este tema ha sido, de alguna manera, un hilo conductor de las labores sustantivas del Mecanismo a lo largo del año pasado.

Dos dimensiones de la gobernabilidad democrática se evidenciaron desde el principio como particularmente urgentes. La propuesta del Presidente Toledo de establecer mecanismos financieros innovadores para fortalecer la gobernabilidad democrática a través de la atención de las legítimas demandas sociales de la población y del combate frontal a la pobreza, había puesto ya en el debate internacional un asunto particularmente urgente. A lo largo del año 2003, el Grupo de Río ha realizado avances importantes sobre esta propuesta y nos hallamos trabajando en varias iniciativas sustantivas: temas tales como el

establecimiento de fideicomisos para construir la infraestructura indispensable a la integración regional; la adopción de procedimientos contables en los organismos financieros internacionales que no obstruyan la inversión productiva; o la creación de instrumentos de deuda de carácter contra-cíclico que permitan estimular la economía de nuestros países en momentos de dificultades, constituyen algunas de esas iniciativas. En este sentido, confiamos en que pueda adoptarse prontamente una propuesta específica del Grupo en el tema de los mecanismos financieros innovadores, de manera que se pueda iniciar su negociación a nivel internacional, en particular en el marco de una reunión cumbre que, con el patrocinio del Secretario General de las Naciones Unidas, debería tener lugar este año con los Jefes de Estado del Grupo de los Ocho y los responsables de los organismos financieros internacionales.

Un segundo eje de la gobernabilidad ha sido el del reforzamiento de la institucionalidad democrática, con particular énfasis en el papel que les toca cumplir a los partidos políticos. "No hay democracia sin partidos, ni partidos sin democracia", hemos afirmado en el Consenso del Cusco. De esta manera, a partir de la Carta Democrática Interamericana, nuestra región sigue construyendo un andamiaje institucional para la consolidación de la democracia.

Señor Canciller y amigo, señores Embajadores, distinguidos invitados:

Antes de concluir, quiero recoger los elementos de una reflexión colectiva que, pueda coadyuvar a una mayor concreción de la identidad regional que representa el propio Grupo de Río.

El Perú, que acaba de incorporarse como Estado asociado al Mercosur y en su condición de miembro fundador de la Comunidad Andina, en su permanente vocación vertebradora de pueblos y geografías de nuestro continente, considera que la revalorización del espacio sudamericano, especialmente en sus componentes de integración física

y de creación de mercados regionales inter-fronterizos, constituye quizás el mayor desafío y la gran ventana de oportunidades para fortalecer la capacidad de acción de América Latina a través de un proceso de convergencia de los procesos de integración en el espacio sudamericano.

Señor Canciller Amorim:

El desempeño peruano en la responsabilidad de velar por la buena marcha del Grupo de Río, ha discurrido por las líneas conceptuales que he resumido anteriormente. Como ya lo adelanté, dejo a la paciente lectura de los interesados el relatorio de todas las actividades que han sido emprendidas para llevarlas a la práctica y que está contenido en la Memoria que en este acto me honro en hacer entrega a Su Excelencia.

Confiamos en que, con el enriquecimiento que el tiempo y la evolución de la situación internacional inevitablemente hará necesario, nuestra Agenda Estratégica aprobada en la Cumbre del Cusco contribuya a dar consistencia a la acción política exterior de la región, y a concentrarla en aquellos aspectos que, en conjunto, hemos definido como centrales para nuestros pueblos.

Finalmente, deseo expresar mi sincero agradecimiento a los países miembros por su permanente apoyo y, en particular, a Costa Rica que tuvo una destacada participación en la Troika. Asimismo, doy una fraternal bienvenida a la República Argentina que, a partir de este momento, se integra a este núcleo coordinador del Grupo de Río junto al Brasil y al Perú.

Tengo la plena certeza – que estoy convencido todos compartimos –, que la Secretaría Pro Tempore del Grupo de Río, que a partir de este momento queda en manos tan expertas como las de Itamaraty, es augurio de progreso y consolidación de nuestro Mecanismo Permanente de Consulta y Concertación Política.

Gracias.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO AO BRASIL DA SECRETARIA PRO TEMPORE DO GRUPO DO RIO

Brasília, 8 de janeiro de 2004

Senhor Embaixador Garcia Moritán, meu amigo de muitas outras lutas, nos mais variados campos, sobretudo multilaterais, que está hoje representando o Chanceler Bielsa; senhores Embaixadores dos países membros do Grupo do Rio; meu caro amigo Secretário-Geral, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; senhores Subsecretários, senhores Chefes-de-Gabinete, Embaixadores, Embaixadoras, senhores membros da imprensa, senhoras e senhores.

Queria dizer que esse é um momento de grande importância, e muito especial, por vários motivos. O primeiro, naturalmente, é receber essa tarefa de substituir o Peru na presidência da Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio. Como vocês viram pelos volumes que me foram entregues, não será uma tarefa fácil. O Peru realmente fez um trabalho extraordinário, provocou discussões sobre temas importantíssimos, conduziu diálogos de grande importância, com a União Européia, com a Rússia e com vários outros países. Menciono esses especificamente porque foi com eles que estive envolvido mais diretamente. Aproveito também para prestar uma homenagem ao meu antecessor, Alan Wagner, com quem visitei a Rússia, acompanhado também do Chanceler da Costa Rica. Nessa ocasião, tivemos uma conversa muito ampla, com o próprio Presidente da Rússia, num momento delicado da situação internacional, que mostrou a capacidade de ação e de expressão do Grupo do Rio, em momento difícil.

Além disso, na reunião preparatória, e depois na Reunião de Cusco, discutimos temas como esses que foram mencionados aqui, como os

mecanismos inovadores de financiamento. São temas importantíssimos, para que nós possamos fazer face aos problemas sociais e às tarefas da integração física da América do Sul e da América Latina em geral, que foram oportunamente levantados pelo Presidente Toledo e foram objeto de discussões muito valiosas, e que têm dado resultado. Como foi lembrado, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, assumiu a responsabilidade de convocar uma discussão importante sobre esse tema.

Também creio que esse momento se reveste de caráter especial para mim porque é uma coincidência que, depois de dez anos, eu receba pela segunda vez a Presidência do Grupo do Rio. Em 1994, como Ministro do Presidente Itamar Franco, coube-me presidir o Grupo do Rio. Foi um período bastante interessante porque, naquele momento, tivemos que coordenar as nossas posições em relação a vários temas, inclusive inaugurar alguns diálogos, como esse com a Rússia, que foi mencionado. Também tivemos que coordenar a nossa posição com relação a vários temas, entre os quais a Cúpula de Miami, quando foram lançadas várias iniciativas relacionadas com cooperação hemisférica, inclusive a Área de Livre Comércio das Américas.

O fato de que tenhamos sido capazes de nos coordenar nessa altura indica que também seremos capazes de nos coordenar agora, não só em relação a esse tema, mas em relação a outros temas de natureza multilateral, como é o caso da OMC. Muitos de nós temos trabalhado muito próximos, em vários desses assuntos, e eu creio que é um bom augúrio o fato de estarmos juntos aqui hoje para iniciar esse novo período.

Creio também que é motivo de especial satisfação que a Troica tenha essa composição agora. É claro que todos os países que são membros do Grupo do Rio são países muito caros e muito queridos ao Brasil, no nosso relacionamento. Mas é verdade também que, com o Peru e com a Argentina, especialmente neste último ano, desenvolvemos relações de especial proximidade e intimidade, relações definidas como estratégicas. Isso nos confere uma obrigação adicional de trabalharmos

juntos e com os demais países também, para valorizarmos o Grupo do Rio como um foro de concertação e de diálogo, para encontrarmos soluções para os problemas da região e continuarmos a defesa da democracia, entendida não só no seu aspecto formal, mas num aspecto substantivo, que tem a ver com temas que foram mencionados aqui, como a pobreza, o desenvolvimento, a necessidade de financiamento adequado, a necessidade de comércio justo, que não existirá enquanto tivermos que enfrentar os enormes subsídios que afetam, entre outras coisas, a nossa agricultura. E também outros temas, como direitos humanos ou temas relacionados com a paz e os direitos internacionais. O fato de que o Brasil está, neste momento, ocupando uma cadeira no Conselho de Segurança, juntamente com o Chile, também é uma maneira de que a Troica e o Grupo do Rio possam expressar as suas idéias para que possamos aprimorar a nossa coordenação.

É evidente que sempre haverá matizes nas posições dos países. Nós vemos o mundo de óticas diferentes, de geografias às vezes, que embora semelhantes, não são idênticas, e a partir de situações que têm suas especificidades. Mas temos muito mais em comum.

Também é motivo de alegria que essa transmissão se dê em um momento que se sucede, em poucas semanas, ao ingresso do Peru como membro associado do Mercosul. Isso é algo que, a nosso ver, fortalece muito a integração da América do Sul. E sobre isso, já que temos representantes dos nossos amigos do México, da América Central e do Caribe, quero dizer que não há contradição quando enfatizamos a integração da América do Sul, com a integração da América Latina. Pelo contrário, achamos que um reforço da integração sul-americana só pode contribuir para uma integração mais ampla da América Latina como um todo. Apenas reforça, digamos assim, um pólo de atração para que a América Latina, como um todo, possa se dedicar a essas tarefas de maneira concreta.

Por todos esses motivos, quero dizer que hoje é um dia de especial alegria para o Brasil que, dez anos depois, coincidentemente na minha pessoa, reassume a Presidência do Grupo do Rio. A tarefa é enorme. Tentar igualar o trabalho que o Peru desenvolveu será muito difícil, mas será certamente um estímulo para que nós nos dediquemos de maneira intensa a essa concertação, a esse aprofundamento do diálogo, à busca da continuidade dos temas que foram levantados em Cusco, e outros que vêm já de antes, mas também de outras questões que possam nos inspirar.

Queria agradecer muito ao Ministro Manuel Rodrigues Cuadros por sua presença aqui e pelas palavras generosas que disse; ao meu amigo Embaixador Garcia Moritán, por estar aqui também representando o Chanceler Bielsa; e quero agradecer aos Embaixadores de todos os países membros do Grupo do Rio pela sua presença e dizer que recebo essa tarefa com um sentimento de contentamento por poder contribuir para o aprimoramento das nossas relações, mas também com uma certa intimidação em função da grandeza do trabalho que foi realizado pelo Peru e que nos cabe agora continuar. Para isso, conto não só com a Troica, mas com todos os demais países. Muito obrigado.

DECRETO DE CRIAÇÃO DA SECRETARIA PRO TEMPORE

DECRETO DE 16 DE FEVEREIRO DE 2004

Cria a Secretaria Pro Tempore do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a" da Constituição,

DECRETA:

Art 1º Fica criada a Secretaria Pro Tempore do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio), com a finalidade de planejar, coordenar e executar as medidas de preparação temáticas e providências administrativas, logísticas e protocolares necessárias às reuniões do referido Mecanismo que se realizarão no Brasil, durante o ano de 2004.

Art 2º A Secretaria Pro Tempore será constituída por um Secretário Pro Tempore, dois Secretários Pro Tempore Adjuntos, um Coordenador Nacional, um Coordenador Nacional Adjunto, um Coordenador Executivo e uma Comissão Organizadora.

§ 1º O Secretário Pro Tempore será o Ministro de Estado das Relações Exteriores.

§ 2º Os Secretários Pro Tempore Adjuntos serão o Subsecretário-Geral da América do Sul e o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Ministério das Relações Exteriores.

§ 3º O Coordenador Nacional será o Chefe de Gabinete do Subsecretário-Geral da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores.

§ 4º Caberá ao Coordenador Nacional assessorar o Secretário Pro Tempore e os Secretários Pro Tempore Adjuntos e, sob suas instruções, articular-se com os Coordenadores Nacionais dos demais países do Grupo do Rio, bem como organizar as reuniões, no Brasil, das Coordenadorias Nacionais e dos Chanceleres.

Art 3º O Coordenador Nacional será assistido por um Coordenador Nacional Adjunto e por um Coordenador Executivo, designados pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

§ 1º Competirá ao Coordenador Executivo coordenar e executar as medidas e providências administrativas, logísticas e protocolares da XVIII Cúpula Presidencial do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio), a se realizar no Rio de Janeiro em agosto de 2004.

§ 2º O Coordenador Executivo presidirá a Comissão Organizadora, que será composta por representantes designados pelos seguintes órgãos:

I – Comando da Marinha;

II – Comando do Exército;

III – Comando da Aeronáutica;

IV – Secretaria Geral da Presidência da República;

V – Departamento de Polícia Federal; e

VI – Secretaria da Receita Federal.

§ 3º Poderão ser convidados para integrar a Comissão Organizadora um representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro e outro da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Art 4º As despesas decorrentes do disposto neste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas ao Ministério das Relações Exteriores.

Art 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de fevereiro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Celso Luiz Nunes Amorim

DECRETO DE 9 DE JUNHO DE 2004

Dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto de 16 de fevereiro de 2004 que cria a Secretaria Pro Tempore do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a" da Constituição,

DECRETA:

Art 1º O parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto de 16 de fevereiro de 2004, que cria a Secretaria Pro Tempore do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio), passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º .....

I – Casa Civil da Presidência da República

II – Ministério da Defesa

III – Secretaria Geral da Presidência da República

IV – Comando da Marinha

V – Comando do Exército

VI – Comando da Aeronáutica

VII – Departamento de Polícia Federal

VIII – Secretaria da Receita Federal."

Art 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de junho de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Celso Luiz Nunes Amorim

REUNIÃO DE
COORDENADORES NACIONAIS
DO GRUPO DO RIO

REUNIÃO DE COORDENADORES NACIONAIS DO GRUPO DO RIO

Brasília, 5 e 6 de agosto de 2004

AGENDA

ITEM I. Resultados das atividades do Parlamento Latino-Americano para o desenvolvimento e consolidação de instâncias de cooperação permanente entre os partidos políticos e organizações políticas dos países membros do Mecanismo.

ITEM II. Conclusões do Grupo de Reflexão de Alto Nível sobre os Efeitos da Globalização (Brasília, 2 a 4 de agosto de 2004).

ITEM III. Criação de página *web* do Grupo do Rio.

ITEM IV. Mecanismos financeiros inovadores que permitam a ampliação do investimento público.

ITEM V. Reunião de Líderes em Nova York (20 de setembro) para a discussão de mecanismos financeiros para o combate à fome e à pobreza.

ITEM VI. Informação sobre a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

ITEM VII. Identificação de temas de interesse comum da conjuntura regional e internacional para eventual inclusão na Declaração Presidencial.

ITEM VIII. Projeto de agenda para a XXIII Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio.

ITEM IX. Aspectos logísticos da XXIII Reunião de Chanceleres (Brasília, 19 e 20 de agosto) e da XVIII Cúpula do Grupo do Rio (Rio de Janeiro, 4 e 5 de novembro).

REUNIÃO DE COORDENADORES NACIONAIS DO GRUPO DO RIO

Brasília, 5 e 6 de agosto de 2004

RELATÓRIO

Realizou-se em Brasília, em 5 e 6 de agosto de 2004, Reunião de Coordenadores Nacionais do Grupo do Rio, a qual foi presidida pelo Subsecretário-Geral da América do Sul do Itamaraty, Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares, e pela Subsecretária-Geral Política, Embaixadora Vera Pedrosa, Secretários Pro Tempore Adjuntos do Mecanismo.

2. Participaram os Coordenadores Nacionais da Argentina, Embaixador Darío Alessandro; Bolívia, Ministro Álvaro del Pozo Carafa; Chile, Embaixador Carlos Portales Cifuentes; Costa Rica, Embaixador Javier Sancho Bonilla; Equador, Embaixador Roberto Betancourt; El Salvador, Embaixador Cesar Martínez Flores; Guatemala, Embaixador Jorge Skinner-Klee Arenales; México, Ministra Yanerit Morgan Sotomayor; Peru, Ministro Luis Enrique Chávez; República Dominicana, Embaixador Jesús María Hernández Sánchez; e Venezuela, Dr. Temir Porras Ponceleón. Fizeram-se representar por Coordenadores Nacionais Adjuntos a Nicarágua (Sra. Maria Cecilia Argüello) e o Paraguai (Conselheira Martha Moreno Rodríguez Alcalá). A Colômbia foi representada por integrante da Coordenação Nacional (Sra. Luz Helena Abello). Guiana, Honduras e Panamá estiveram representados por seus Embaixadores em Brasília (respectivamente os Embaixadores Marilyn Miles, Victor Manuel Lozano Urbina e Mario Boyd Galindo); e o Uruguai pela Ministra Conselheira de sua Embaixada, Pamela Vivas.

3. Ao abrir os trabalhos, a Subsecretária-Geral Política do Itamaraty recordou que, juntamente com a busca do desenvolvimento econômico e da justiça social, a defesa da democracia permanece um dos eixos prioritários de ação concertada dos países integrantes do Grupo do Rio. Observou, a respeito, que o Brasil pretende, com a cooperação do conjunto dos Estados membros, promover uma revalorização desse aspecto do Mecanismo, colocando em relevo a capacidade do Grupo de fortalecimento da democracia a partir do desenvolvimento econômico e social da região, baseado em um crescente processo de cooperação e integração entre os países. Acrescentou que o Brasil vê o Mecanismo como espaço privilegiado de aproximação de posições, onde as legítimas aspirações de cada país membro se associem de forma a promover mais eficazmente os objetivos do Grupo do Rio de democracia, paz e desenvolvimento com justiça social.

4. Em cumprimento a mandato recebido da última Cúpula do Grupo do Rio (Cusco, 2003), o Presidente Adjunto do Parlamento Latino-Americano, Senador Fernando Pizarro, do Chile, e o Secretário Executivo daquele Parlamento, o ex-Senador colombiano Humberto Peláez Gutiérrez, apresentaram, sob o item I da agenda da reunião, os resultados das atividades do Parlatino para o desenvolvimento e consolidação de instâncias de cooperação permanente entre os partidos políticos e organizações políticas dos países membros. Foi distribuído às delegações documento elaborado pelo Parlatino com o propósito específico de dar cumprimento ao mandato do Grupo do Rio, intitulado "La Democracia, la Governabilidad y los Partidos Políticos en América Latina". O documento do Parlatino aborda a situação econômica, social, cultural e política dos países membros do Mecanismo e sugere medidas para o aprimoramento dos partidos políticos da região. Entre as conclusões do documento, destaca-se a de que as mudanças necessárias para a superação do "déficit democrático" percebido nas sociedades da região dependem da efetiva integração entre

os países, devendo os partidos políticos assumir o papel fundamental que lhes corresponde nesse processo, em sua qualidade de agentes de representação e canalizadores das demandas da sociedade. Houve consenso entre as delegações no sentido de confirmar o mandato do Parlatino, que deverá prosseguir com seu trabalho no âmbito do Grupo do Rio.

5. Sob o item II da agenda, foi exibido às delegações depoimento gravado em vídeo pelo Subsecretário de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, Senhor José Antonio Ocampo, relativo aos resultados do Grupo de Reflexão de Alto Nível do Grupo do Rio sobre os Efeitos da Globalização. O Senhor Ocampo, que desempenhou as funções de coordenador do Grupo de Reflexão de Alto Nível, descreveu as questões objeto de debate dos especialistas convocados pela Secretaria Pro Tempore brasileira, os quais estiveram reunidos em Brasília de 2 a 4 de agosto, e antecipou as conclusões do Grupo, a serem apresentadas proximamente em relatório às instâncias superiores do Grupo do Rio. Entre as áreas prioritárias de ação para o Grupo do Rio identificadas pelo Grupo de Reflexão, enumerou a) a reforma da ONU, com especial atenção para o papel do ECOSOC, b) o seguimento das metas estabelecidas nas Cúpulas presidenciais, c) a obtenção de recursos, por meio de mecanismos financeiros inovadores, para consecução daquelas metas, d) a abordagem da questão migratória nos quadros normativos regionais e multilaterais, e) a reforma dos organismos de Bretton Woods, aí incluídos o re-exame das condicionalidades e das normas de contabilidade fiscal, f) o comércio internacional, com ênfase sobre as questões de subsídios, pisos, quotas e g) a coordenação em matéria tributária, de forma a evitar distorções ao comércio e às políticas tributárias nacionais.

6. O Chefe da Assessoria Econômica do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil, Senhor Demian Fiocca, apresentou aos delegados o tema relativo aos mecanismos financeiros

inovadores para a ampliação do investimento público, com ênfase na proposta, de origem peruana, de criação de uma Autoridade Sul-Americana de Investimento em Infra-Estrutura (ASI). O projeto da ASI, a que se referiu como "empresa multinacional de propósito específico" para viabilizar a integração sul-americana, busca o aumento da eficiência dos projetos de infra-estrutura da região por meio do estabelecimento de canal direto entre as instituições financeiras multilaterais (BID, CAF) e os países contratantes, uma vez que os desembolsos apareceriam como contabilidade do fundo fiduciário constituído pela ASI, e não dos orçamentos nacionais correspondentes. Permanecem dependentes de definição e aprofundamento diferentes aspectos do projeto, tais como o *status* jurídico que assumiria a ASI, ou a natureza e alcance dos dispositivos de controle correspondentes.

7. Os delegados foram unânimes em relação à necessidade de criação de novos instrumentos financeiros, capazes de reduzir os custos sociais dos processos de ajuste macroeconômico em curso nos países do Mecanismo, com a manutenção em níveis adequados do investimento público, especialmente na área de infra-estrutura. A delegação peruana fez distribuição de documento sobre o tema elaborado pelo Comitê Especial de Mecanismos Financeiros daquele país, intitulado "Préstamos Indexados al PBI; Propuesta para América Latina", que trata das restrições ao acesso ao financiamento pelas economias emergentes. As delegações opinaram que o tema dos mecanismos financeiros inovadores deve ser incluído na agenda da reunião ministerial (Brasília, 19 e 20 de agosto).

8. Sob o item V da agenda, a Ministra Maria Nazareth Farani Azevedo, assessora do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, fez exposição a respeito dos objetivos da Reunião de Líderes para o Combate à Fome e à Pobreza, convocada por iniciativa conjunta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos Presidentes da França e do Chile, que deverá realizar-se em 20 de setembro de 2004, em Nova

York. Ao descrever os trabalhos de preparação da reunião, esclareceu que, na visão do Presidente brasileiro, o combate à fome e à pobreza não está ligado à noção de distribuição de alimentos, mas à criação de oportunidades e ao conceito mais abrangente de promoção do desenvolvimento. Informou, igualmente, a respeito da instituição de Grupo Técnico para explorar novas fontes de financiamento, seja "mandatárias", tais como a taxação sobre a venda de armas e transações financeiras, ou "voluntárias" e socialmente responsáveis. Acrescentou que a proposta britânica de estabelecimento de um "Mecanismo Financeiro Internacional" também está em análise no Grupo, que estuda ainda a possibilidade de redução dos ônus incidentes sobre as remessas de recursos de imigrantes a seus países de origem. A iniciativa recebeu amplo respaldo do conjunto das delegações, havendo Costa Rica, Guatemala e Uruguai confirmado, na ocasião, a participação de seus Presidentes na reunião de 20 de setembro.

9. O item VI da agenda, correspondente à informação sobre a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), foi apresentado aos Coordenadores Nacionais pelo Embaixador Ruy Carlos Pereira, Chefe de Gabinete do Secretário-Geral do Itamaraty, que regressara na véspera de missão àquele país. O Embaixador Ruy Pereira fez descrição pormenorizada das atuais condições do Haiti e deu esclarecimentos sobre a participação do Brasil e de outros países membros do Grupo do Rio na Missão de Estabilização. Observou que o sucesso dos objetivos da MINUSTAH de estabilização e democratização do país dependerá, em grande medida, da rapidez com que a vertente militar da Missão possa ser substituída por seu componente civil. De forma a recuperar a ordem e "curar" a sociedade hatitiana, reestabelecendo as funções normais do Estado, será necessário, segundo observou, considerável esforço de apoio ao Governo de transição na esfera da assistência "civil" àquele país, em áreas como a cooperação financeira e eleitoral, o desarmamento da população e a

proteção aos direitos humanos. A Embaixadora da Guiana em Brasília, Marilyn Miles, fez referência, nesse contexto, à missão ministerial caribenha chefiada pela Ministra dos Negócios Estrangeiros de Barbados, Billie Miller, e composta pelos Chanceleres da Guiana, Trinidad e Tobago, Antigua e Barbuda e Bahamas, que visitou Porto Príncipe nos dias 13 e 14 de julho de 2004, com a finalidade de analisar com o Governo provisório haitiano as possibilidades da reatamento das relações diplomáticas.

10. A Embaixadora Miles mencionou a importância de que se tenham presentes os termos de referência levados em conta pela missão ministerial, entre os quais salientou a rejeição de represálias a opositores políticos e a promoção de soluções inclusivas, de forma a contemplar, de maneira abrangente, todos os espectros de opinião. Adiantou, a propósito, haver a missão ministerial da CARICOM recomendado a retomada das relações com o Haiti, bem como da assistência aos haitianos, anúncio que foi recebido com otimismo pelos Coordenadores Nacionais. O Coordenador Nacional daArgentina propôs que a situação do Haiti passe a constar permanentemente da agenda do Grupo do Rio.

11. Finalmente, passou-se à consideração de temas de interesse comum da conjuntura regional e internacional, com vistas a sua eventual inclusão na Declaração a ser emitida por ocasião da Cúpula presidencial do Grupo do Rio (Rio de Janeiro, 4 e 5 de novembro). À luz dos debates que se seguiram à apresentação de cada um dos temas da agenda, as delegações acordaram selecionar os seguintes temas, que deverão compor a agenda da próxima reunião de Chanceleres do Mecanismo: relatório do Parlatino sobre a cooperação entre os partidos políticos; relatório do Grupo de Reflexão de Alto Nível sobre os efeitos da Globalização; mecanismos financeiros inovadores e investimentos em infra-estrutura; combate à fome e à pobreza e investimentos sociais; situação no Haiti; e fortalecimento do multilateralismo. Por sugestão

da delegação da Colômbia, secundada por outras delegações, incluiu-se sob o tema relativo aos investimentos sociais a questão do acesso dos países médios à ajuda ao desenvolvimento.

Brasília, 5 e 6 de agosto de 2004.

PARTICIPANTES

REPÚBLICA ARGENTINA
EMBAIXADOR DARÍO ALESSANDRO
Coordenador Nacional da Argentina no Grupo do Rio

REPÚBLICA DA BOLÍVIA
MINISTRO ÁLVARO DEL POZO CARAFA
Coordenador Nacional da Bolívia no Grupo do Rio

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
EMBAIXADOR LUIZ FILIPE DE MACEDO SOARES
Secretário Pro Tempore Adjunto
EMBAIXADORA VERA PEDROSA
Secretária Pro Tempore Adjunta
MINISTRO MARCELO L. DA S. VASCONCELOS
Coordenador Nacional do Brasil no Grupo do Rio

REPÚBLICA DO CHILE
EMBAIXADOR CARLOS PORTALES CIFUENTES
Coordenador Nacional do Chile no Grupo do Rio

REPÚBLICA DA COLÔMBIA
SRA. LUZ HELENA ABELLO
Integrante da Coordenação Nacional da Colômbia no Grupo do Rio

REPÚBLICA DA COSTA RICA
EMBAIXADOR JAVIER SANCHO BONILLA
Coordenador Nacional da Costa Rica no Grupo do Rio

REPÚBLICA DO EQUADOR
EMBAIXADOR ROBERTO BETANCOURT
Coordenador Nacional do Equador no Grupo do Rio

REPÚBLICA DE EL SALVADOR
EMBAIXADOR CESAR MARTÍNEZ FLORES
Coordenador Nacional de El Salvador no Grupo do Rio

REPÚBLICA DA GUATEMALA
EMBAIXADOR JORGE SKINNER KLEE
Coordenador Nacional da Guatemala no Grupo do Rio

REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA
EMBAIXADORA MARILYN CHERYL MILES
Embaixadora da Guiana em Brasília

REPÚBLICA DE HONDURAS
EMBAIXADOR VÍCTOR MANUEL LOZANO URBINA
Embaixador de Honduras em Brasília

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS
MINISTRA YANERIT MORGAN SOTOMAYOR
Coordenadora Nacional do México no Grupo do Rio

REPÚBLICA DA NICARÁGUA
SRA. MARÍA CECILIA ARGÜELLO
Coordenadora Nacional Adjunta da Nicarágua no Grupo do Rio

REPÚBLICA DO PANAMÁ
EMBAIXADOR MARIO BOYD GALINDO
Embaixador do Panamá em Brasília

REPÚBLICA DO PARAGUAI
CONSELHEIRA MARTHA MORENO RODRÍGUEZ ALCALÁ
Coordenadora Nacional Adjunta do Paraguai no Grupo do Rio

REPÚBLICA DO PERU
MINISTRO LUIS ENRIQUE CHÁVEZ
Coordenador Nacional do Peru no Grupo do Rio

REPÚBLICA DOMINICANA
EMBAIXADOR JESÚS MARÍA HERNÁNDEZ SÁNCHEZ
Coordenador Nacional da República Dominicana no Grupo do Rio

REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI
MINISTRA PAMELA VIVAS
Ministra Conselheira da Embaixada do Uruguai em Brasília

REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA
SR. TEMIR PORRAS PONCELEÓN
Coordenador Nacional da Venezuela no Grupo do Rio

XXIII REUNIÃO DE CHANCELERES DO GRUPO DO RIO

Brasília, 19 e 20 de agosto de 2004

XXIII REUNIÃO DE CHANCELERES DO GRUPO DO RIO

Brasília, 19 e 20 de agosto de 2004

AGENDA

ITEM I. Mecanismos financeiros inovadores que permitam a ampliação do investimento público. Investimentos em infra-estrutura.

ITEM II. Combate à fome e à pobreza. Informação sobre a Reunião de Líderes em Nova York (20 de setembro). Investimentos sociais. Acesso à ajuda ao desenvolvimento.

ITEM III. Situação no Haiti.

ITEM IV. Diálogos do Grupo do Rio à margem da Assembléia Geral da ONU.

ITEM V. Fortalecimento do multilateralismo.

ITEM VI. Relatório do Parlamento Latino-Americano sobre o desenvolvimento e consolidação de instâncias de cooperação permanente entre os partidos políticos e organizações políticas dos países membros do Mecanismo.

ITEM VII. Relatório do Grupo de Reflexão de Alto Nível do Grupo do Rio sobre os Efeitos da Globalização nos países do Mecanismo.

ITEM VIII. Outros assuntos.

ABERTURA DA XXIII REUNIÃO DE CHANCELERES DO GRUPO DO RIO

ROTEIRO PARA INTERVENÇÃO DO CHANCELER CELSO AMORIM

Senhores Chanceleres, Embaixadores, Parlamentares, Senhoras e Senhores,

Sejam muito bem-vindos a Brasília e à XXIII Reunião Ministerial do Grupo do Rio.

Nosso Grupo é um mecanismo de concertação e foro de diálogo. Caracteriza-se pela simplicidade de procedimentos e grau mínimo de institucionalização.

Nele temos trabalhado, com êxito, ao longo dos últimos dezessete anos, pela consolidação da democracia. Nesse esforço, vimos confirmado que a busca do desenvolvimento econômico e da justiça social são parte essencial da defesa da democracia que queremos fortalecer.

Com esses objetivos em vista, trataremos aqui de temas diretamente ligados ao bem-estar de nossos povos, a exemplo dos investimentos em infra-estrutura e dos investimentos na área social. Mecanismos financeiros inovadores poderão ajudar-nos a ampliar o investimento público, o combate à fome e à pobreza.

O Haiti, país mais pobre das Américas, é mais um exemplo dessa relação estreita entre democracia e desenvolvimento. A situação no Haiti, que também está na agenda da nossa reunião, é um tema que se adapta à vocação de diálogo, concertação e cooperação característica do Grupo do Rio.

Com o apoio dos demais membros da Troica – o Peru, que com tanto brilho conduziu os trabalhos do Grupo do Rio ao longo de 2003, e a Argentina, que nos sucederá em 2005 – e com a cooperação de todos os Estados membros, podemos seguir valorizando a capacidade

do Grupo de contribuir para o fortalecimento da democracia com desenvolvimento na região.

Como sabem, hoje, 19 de agosto, faz um ano do falecimento de Sérgio Vieira de Mello, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas no Iraque, em um atentado terrorista.

Sérgio Vieira de Mello era um defensor incansável do humanismo e do direito. Sua constante defesa da paz nos lembra que, face aos atuais conflitos e todos os desafios que ultrapassam nossa capacidade de atuar isoladamente, devemos reafirmar a importância do multilateralismo, a necessidade de assegurar a vigência do direito internacional e de privilegiar o exercício da diplomacia para a manutenção da paz e da segurança internacional, assim como da cooperação.

Nesse sentido, gostaria de convidá-los a refletir em conjunto sobre o multilateralismo e naturalmente o tema do fortalecimento das Nações Unidas.

Senhoras e Senhores,

A pedido dos Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo, reunidos em Cusco, o Parlamento Latino-Americano realizou importante trabalho de análise de questões ligadas à governabilidade, o qual poderemos igualmente considerar na presente reunião. Igualmente em cumprimento a mandato de Cusco, reuniu-se em Brasília, no início de agosto, um Grupo de Reflexão de Alto Nível que estudou os efeitos da globalização nos Estados membros, havendo identificado áreas prioritárias de ação para o Grupo do Rio, que estão por ser apresentadas em relatório.

Do diálogo político entre os Estados membros do Grupo do Rio têm emergido propostas concretas para o resgate da dívida histórica que temos para com as massas de excluídos dos nossos países. Devemos ter a sabedoria de implementar soluções próprias para problemas e circunstâncias que nos são comuns, com vistas a que nossas sociedades

sejam não só democráticas, prósperas e unidas, mas gozem de justiça social.

Colegas,

A prioridade atribuída pelo Governo brasileiro à aproximação com seus vizinhos do Mercosul corresponde a uma realidade histórica, geográfica e econômica. Por essa razão, ela é viável, bastando apenas que seja impulsionada pela nossa vontade e determinação política. Nesse contexto, um dos instrumentos indispensáveis para atingirmos os nossos propósitos é a promoção da integração da infra-estrutura, tema de que trataremos aqui. Não pode haver progresso sem energia, transportes e comunicações eficientes entre nossos países.

O Brasil concebe a integração entre o Mercosul e a Comunidade Andina como uma ferramenta essencial para a união dos dois blocos comerciais do Continente. A integração econômico-comercial não é, e não deve ser, um fim em si mesmo. O seu objetivo é associar a integração continental ao bem-estar dos nossos povos.

Nosso propósito é a constituição de uma Comunidade Sul-americana de Nações. Essa idéia é perfeitamente compatível e, na verdade, complementar a outros processos. A constituição de uma comunidade sul-americana favorecerá toda a América Latina e o Caribe, ao criar condições para a implementação de políticas benéficas a todos os países da região, no contexto de um movimento político de maior alcance.

Tendo presente os objetivos da integração, o Brasil vê o Grupo do Rio como espaço privilegiado de aproximação de posições, onde as legítimas aspirações de cada país membro se associem de forma a promover mais eficazmente os objetivos do Grupo de democracia, paz e desenvolvimento.

Como se recordam, será realizada em 4 e 5 de novembro, no Rio de Janeiro, a XVIII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio. A preparação da Reunião do Rio de Janeiro, tendo presentes os objetivos permanentes

do Grupo e a conveniência de que as decisões presidenciais venham a ser traduzidas de forma sucinta, desprovida de retórica ou reiterações, é o que nos reúne hoje aqui.

Assim sendo, submeto à consideração dos Chanceleres o Projeto de Agenda distribuído às delegações.

XXIII REUNIÃO DE CHANCELERES DO GRUPO DO RIO

Brasília, 19 e 20 de agosto de 2004

RELATÓRIO

Realizou-se em Brasília, em 19 e 20 de agosto de 2004, a XXIII Reunião de Chanceleres do Grupo do Rio. Participaram os Chanceleres da Bolívia, Juan Ignacio Siles del Valle; Chile, María Soledad Alvear; Costa Rica, Roberto Tovar Faja; Equador, Patricio Zuquilanda; Guatemala, Jorge Briz Abularach; Honduras, Leonidas Rosa Bautista; Paraguai, Leila Rachid de Cowles; Peru, Manuel Rodríguez Cuadros; República Dominicana, Carlos Morales Troncoso; Uruguai, Didier Opertti Badán; e Venezuela, Jesús Arnaldo Pérez. O Chanceler da Argentina, Rafael Antonio Bielsa, chegou a participar da abertura dos trabalhos, mas retirou-se em seguida, devido ao falecimento, em Buenos Aires, do Embaixador Juan José Uranga.

2. A Colômbia e El Salvador se fizeram representar por seus Vice-Ministros de Relações Exteriores, respectivamente os Embaixadores Camilo Reyes Rodríguez e Eduardo Cálix. A delegação do México foi chefiada pelo Embaixador Miguel Hakim, Subsecretário para América Latina e Caribe, e a da Nicarágua pelo Embaixador Mauricio Herdocia, Presidente da Corte Interamericana de Justiça. A Guiana (CARICOM) e o Panamá estiveram representados por seus Embaixadores em Brasília, Marilyn Miles e Mario Boyd Galindo.

3. Em breves palavras introdutórias, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil destacou a vocação do Grupo do Rio como foro de diálogo e mecanismo de concertação política. Acentuou a importância da função política, tal como ilustrada, uma vez mais, na contribuição do Grupo de Amigos da Venezuela para o equacionamento

democrático da situação naquele país e na participação da grande maioria dos países reunidos em Brasília na assistência e cooperação ao Haiti. Anunciou sua intenção de propor aos demais Chanceleres do Grupo, no decorrer da reunião, reflexão sobre a situação de Cuba e a conveniência de procurar facilitar sua reinserção na família latino-americana de países. A respeito, observou que, mais do que na busca de objetivos técnicos específicos, o Grupo do Rio é especialmente eficaz como instrumento político de contribuição para a paz e a democracia.

4. Os trabalhos se iniciaram pelo exame do item relativo à Reunião de Líderes em Nova York (20 de setembro de 2004) para o combate à fome e à pobreza, convocada por iniciativa do Presidente do Brasil e dos Presidentes da França e do Chile. O Ministro Celso Amorim relatou aos Chanceleres o andamento dos trabalhos de preparação da reunião e informou sobre a divulgação, no início de setembro, do relatório do Grupo Técnico encarregado de examinar mecanismos inovadores de financiamento ao desenvolvimento e combate à fome e à pobreza.

5. A respeito da Declaração dos quatro Presidentes (Brasil, Chile, França e Espanha), à qual poderão, na ocasião, aderir outros Chefes de Estado e Governo, sublinhou que o caráter do documento não recomenda negociação de texto nos moldes tradicionais. Esclareceu, no entanto, que todos os países foram convidados, por meio de *aide-mémoire*, a encaminhar suas sugestões sobre os elementos que gostariam de ver incluídos na Declaração. Finalmente, manifestou a satisfação do Governo brasileiro com o expressivo número de Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio que confirmaram presença no referido encontro.

6. Aberto o debate sobre o tema, a iniciativa recebeu respaldo do conjunto das delegações. A Chanceler do Chile sugeriu que os países do Grupo do Rio passem a coordenar posições sobre o tema em outros foros internacionais de que participam. O recém-empossado Chanceler

da República Dominicana, ao manifestar o reconhecimento de seu Governo pela presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de posse do Presidente Leonel Fernández, referiu-se ao fato de ter sido a Reunião de Líderes em Nova York mencionada na Declaração de Santo Domingo (17/08/04). Acordou-se incluir o tema da consecução das Metas do Milênio, com ênfase sobre as iniciativas voltadas para a erradicação da fome e da pobreza, nas agendas dos diálogos da Troica ampliada do Grupo do Rio à margem da LIX Assembléia Geral da ONU.

7. Sob o item relativo à situação no Haiti, o Coordenador Nacional da Argentina no Grupo do Rio fez exposição em que destacou a situação de pobreza extrema naquele país e o papel a ser desempenhado pelos países da América Latina no "resgate de um dos seus". Afirmou que o envolvimento com a tarefa de "pacificação" do Haiti é, para o Governo argentino, um compromisso de médio e longo prazo. Mencionou a importância da concertação com a Organização dos Estados Americanos e os países da Comunidade do Caribe nos esforços políticos de reconciliação dos diferentes setores da sociedade haitiana e a necessidade de prestação de apoio ao Governo de transição nas áreas eleitoral e de direitos humanos.

8. A Chanceler do Chile salientou a importância do componente ético da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), em sua tarefa de reconstrução do país. Destacou o fato de que as forças militares da Missão sejam chefiadas por um brasileiro e que o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para o Haiti seja um chileno, referindo-se, respectivamente, ao General-de-Divisão Augusto Heleno Ribeiro Pereira e ao Embaixador Juan Gabriel Valdés.

9. O Chanceler uruguaio opinou que a fórmula de ação concertada adotada em relação ao caso do Haiti constitui demonstração de maturidade dos países da região. A delegação mexicana lembrou

que, apesar da existência de restrições legais, em seu país, à participação em força de natureza militar, o México presta contribuição ao Haiti nas áreas de combate à pobreza, reflorestação e organização eleitoral.

10. A Embaixadora da Guiana em Brasília manifestou o reconhecimento da Comunidade do Caribe diante da assistência prestada pelos países latino-americanos ao Haiti, país membro da Comunidade. Referiu-se à preocupação caribenha em relação à natureza da transição de Governo naquele país, motivada pela tradição de democracia e justiça social dos países da região. Ao mencionar a missão ministerial caribenha ao Haiti chefiada pela Ministra dos Negócios Estrangeiros de Barbados (13 e 14 de julho de 2004), destacou, entre suas conclusões, a necessidade de tratamento igualitário a todos os setores de opinião e a realização de eleições tão logo quanto possível. A delegação da Venezuela declarou compartilhar a visão caribenha em relação à situação política no Haiti, anunciando, ao mesmo tempo, a intenção de prestar decidido apoio ao povo daquele país.

11. O Chanceler do Brasil observou serem inteiramente legítimas as preocupações do Caribe em relação ao Haiti. Recordou, a respeito, a missão realizada no início de abril último pela Subsecretária-Geral Política do Itamaraty, Embaixadora Vera Pedrosa, na qualidade de Enviada Especial do Presidente do Brasil à CARICOM, ocasião em que manteve consultas sobre o tema com o Primeiro Ministro P. J. Patterson, da Jamaica, e outras altas autoridades caribenhas. Afirmou ser necessário que os esforços se concentrem sobre o futuro do país. Para tanto, declarou julgar benéfico promover, sempre em concertação com os países do Caribe, uma aproximação do Haiti em relação à América Latina. Observou que a participação do Brasil na Missão de Estabilização da ONU, com significativo número de tropas, confere ao país a necessária autoridade moral para assegurar-se de que esta não se resumirá a uma força de intervenção militar.

12. O Ministro Celso Amorim recordou, finalmente, a necessidade de dar cumprimento ao acordado na Conferência de Doadores realizada em Washington em 19 e 20 de julho de 2004, de forma a que o grande volume de recursos ali comprometido seja efetivamente canalizado em benefício do Haiti. As delegações acordaram incluir a situação do Haiti nas agendas dos encontros da Troica ampliada à margem da LIX AGNU.

13. O item da agenda relativo aos mecanismos financeiros inovadores para a promoção do investimento público foi discutido ao início dos trabalhos do dia 20 de agosto, em debate que discutiu o encaminhamento da proposta peruana de criação de "Mecanismos Financeiros Inovadores para Assegurar a Governabilidade Democrática". Após apresentar breve contextualização da proposta peruana desde o seu lançamento, por ocasião da Cúpula de Cusco, em maio de 2003, o Ministro Celso Amorim enfatizou a importância que o Governo brasileiro atribui à iniciativa.

14. O chanceler peruano, Manuel Rodríguez Cuadros, apresentou detalhada explanação sobre as três propostas veiculadas em Cusco, a saber: 1) a reforma dos métodos de contabilidade fiscal no âmbito do FMI; 2) a implementação da Autoridade Sul-Americana de Infra-Estrutura (ASI); e 3) o lançamento de bônus indexados. Lembrou, inicialmente, que as propostas visam a fazer frente ao crescente hiato entre, de um lado, a consolidação dos regimes democráticos latino-americanos e, de outro lado, a capacidade dos governos de atender às demandas sociais urgentes de suas populações. Tais propostas, assegurou, tenderiam a reformar a ordem financeira internacional sem rupturas, por intermédio de "ajustes" – e não "mudanças" – nas regras do jogo.

15. Ao comentar as propostas peruanas, o Chanceler Celso Amorim informou que as autoridades técnicas competentes no Brasil vêm analisando a idéia de criação da ASI. Ressaltou que o Governo brasileiro vem realizando exitosas gestões junto ao FMI com respeito

à adoção de métodos de contabilidade fiscal que levem em consideração o impacto positivo de gastos com investimentos na economia. Lembrou, a propósito, a decisão de se excluirem do cálculo do déficit fiscal determinados investimentos produtivos realizados pela Petrobrás. Por fim, enfatizou que o Governo brasileiro vem estudando a possibilidade de adoção de componente anticíclico no gerenciamento das contas fiscais, embora a discussão sobre o assunto até o presente momento seja inconclusiva.

16. As delegações presentes reagiram de forma positiva às propostas e sugeriram a necessidade de dar seguimento ao tema no Grupo do Rio. As delegações do México e de El Salvador lembraram a conveniência de vincular o tema da ASI à experiência obtida com o Plano Puebla-Panamá – iniciativa que, lançada em 2001, deu ensejo a oito projetos – quatro na área de infra-estrutura e quatro na área social.

17. O chanceler do Uruguai recomendou cautela em relação ao que qualificou como tendência à "inflação institucional" no continente, e enfatizou que os custos de administração da ASI deveriam ser mantidos em níveis reduzidos. Tal preocupação foi compartilhada pelas demais autoridades presentes. O chanceler do Peru lembrou, a esse respeito, que a proposta original prevê a criação de estrutura gerencial mínima, preferencialmente com a utilização de agências já existentes.

18. Sobre a proposta de emissão de bônus indexados, a Delegação do México informou que os técnicos de seu país que vêm estudando a idéia manifestaram a conveniência de que os títulos possam ter aceitação não apenas no mercado primário, mas também no mercado secundário. A falta de liquidez para tais bônus, lembrou, poderia levar a aumentos indesejáveis nos juros cobrados. De forma geral, as autoridades presentes confirmaram o grande interesse de seus países nesse mecanismo.

19. Com respeito à proposta de alteração nos métodos de contabilidade fiscal, a delegação argentina salientou a importância de que o tema não seja associado a qualquer indício de irresponsabilidade

fiscal, mas interpretado como forma de assegurar maior qualidade no gerenciamento do gasto público. Tal percepção foi compartilhada por várias delegações.

20. O Chanceler Celso Amorim propôs a convocação de uma reunião de Vice-Ministros da área econômica dos países do Grupo do Rio, com a participação das respectivas Chancelarias, de forma a propiciar maior densidade técnica, assim como apoio político, às propostas veiculadas. Sugeriu que a reunião viesse a ocorrer em Brasília, ainda no mês de setembro de 2004, e mencionou a conveniência de que os países do Grupo do Rio procurem coordenar posições com relação ao tema em outros foros internacionais de que participam.

21. Empreendeu-se, em seguida, sob o item V da agenda, discussão sobre a necessidade de fortalecimento do multilateralismo. A delegação da Guiana falou, nesse contexto, sobre o ponto de vista dos pequenos Estados e suas necessidades especiais. Opinou que o Grupo do Rio poderia ter papel de relevo na defesa dos interesses desse Estados, "which are listened to but are not heard". Foram examinados diferentes aspectos do tema, sendo reiteradas as diretrizes do Consenso de Cusco sobre o assunto, relativas à necessidade de a) reforma das Nações Unidas de maneira integral; b) revitalização da Assembléia Geral; c) reforma do Conselho de Segurança; d) reforma do ECOSOC; e) aperfeiçoamento dos regimes multilaterais.

22. Ainda no âmbito da reflexão sobre o fortalecimento do multilateralismo, a Secretaria Pro Tempore propôs aos Chanceleres o estabelecimento de canal de diálogo entre o Grupo do Rio e Cuba, de forma a promover a reinserção daquele país ao convívio regional. Durante o debate que teve lugar sobre o assunto, a proposta obteve o apoio da maioria das delegações, sem, contudo, recolher consenso.

23. O Presidente Adjunto do Parlamento Latino-Americano, Senador Fernando Pizarro, do Chile, apresentou relatório elaborado pelo Parlatino, em cumprimento a mandato recebido da última Cúpula

do Mecanismo (Cusco, 2003), sobre o desenvolvimento e consolidação de instâncias de cooperação permanente entre os partidos políticos e organizações políticas dos países membros. O relatório distribuído aos Estados membros, intitulado "La Democracia, la Governabilidad y los Partidos Políticos en América Latina", destaca, entre suas conclusões, a de que a superação do "déficit democrático" percebido nas sociedades da região está diretamente ligada à necessidade de efetiva integração entre os países. O relatório do Parlamento Latino-Americano foi recebido com satisfação pelas delegações. Os Chanceleres do Equador e do Paraguai saudaram com especial entusiasmo a qualidade e utilidade do documento. Houve acordo em submeter o trabalho do Parlatino à consideração da XVIII Cúpula do Grupo do Rio, para eventual confirmação do mandato.

24. No contexto do item referente ao relatório do Grupo de Reflexão de Alto Nível do Grupo do Rio sobre os Efeitos da Globalização, o Secretário Pro Tempore anunciou haver sido recebido, à véspera da Reunião de Chanceleres, do Coordenador do Grupo, o Subsecretário de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, José Antonio Ocampo, projeto de relatório que foi distribuído às delegações para exame mais detido pelos países. O projeto de documento identifica áreas prioritárias de ação para o Grupo do Rio, entre as quais a melhoria da qualidade das respostas nacionais aos efeitos da globalização; valorização da concertação regional e convergência em direção a uma política externa comum).

25. Acordou-se que a Secretaria Pro Tempore enviaria diretamente às Coordenações Nacionais, por meio eletrônico, informações sobre o calendário tentativo de reuniões entre a Troica ampliada do Grupo do Rio e outros países ou grupos de países à margem da LIX Assembléia Geral da ONU, o que foi feito.

26. Sob o item "outros assuntos", o Chanceler da Guatemala anunciou a decisão de seu Governo de reincorporar-se ao G-20.

Declarou esperar que a decisão guatemalteca, tomada com base em "avaliação objetiva da dinâmica própria das negociações" no âmbito da Organização Mundial do Comércio, sirva de encorajamento, aos países em desenvolvimento que ainda não o hajam feito, para juntarem-se a um grupo "que tem a capacidade e a oportunidade de colocar sobre a mesa os temas que nos interessam".

27. A delegação argentina, que assumirá a Secretaria Pro Tempore em 2005, anunciou, sob o mesmo item, haver acedido a pedido do Governo do Luxemburgo para sediar no próximo ano a reunião Ministerial Grupo do Rio – União Européia, que se realiza a cada dois anos (a última reunião teve lugar em Atenas, em 2003).

Brasília, 19 e 20 de agosto de 2004.

NOTA À IMPRENSA DIVULGADA PELO ITAMARATY EM 20 DE NOVEMBRO DE 2004 POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DA XXIII REUNIÃO DE CHANCELERES DO GRUPO DO RIO

Celebrou-se em Brasília, em 19 e 20 do corrente mês, a XXIII Reunião de Chanceleres do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política – Grupo do Rio. Esta reunião em Brasília serviu à preparação da XVIII Cúpula do Grupo do Rio, prevista para o Rio de Janeiro, em 4 e 5 de novembro próximo.

Os Ministros reafirmaram a importância do Mecanismo para a promoção da democracia e do desenvolvimento. Singularizaram o valor do diálogo e do entendimento políticos que o Grupo do Rio enseja e a importância dos contatos e reuniões com outros países e grupos de países.

Examinaram os preparativos da reunião de líderes mundiais em Nova York, em 20 de setembro próximo, à véspera da abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas. Esse encontro, cujo anfitrião será o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, objetiva dar maior impulso político à erradicação da fome e à redução da pobreza, para o cumprimento das Metas do Milênio e a mobilização, para tanto, de recursos financeiros que facilitem sua consecução.

Os Chanceleres, ao examinar a situação no Haiti, coincidiram na importância de soluções duradouras que não somente recuperem as condições para a paz e a democracia naquele país latino-americano, como lhe ofereçam condições para o desenvolvimento. Nesse sentido, manifestaram o compromisso de prestar apoio, dentro das possibilidades de cada país, à atuação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) em colaboração com o povo e as autoridades haitianas.

Os Chanceleres prosseguiram no desenvolvimento da iniciativa do Grupo do Rio para a promoção de mecanismos financeiros flexíveis e inovadores que permitam ampliar o investimento público e privado nos países da região, especialmente para a integração física. Para isto, ficou acordada a convocação, antes da Cúpula do Rio, em novembro, de Reunião de Altos Funcionários, que examinará propostas para sua implementação.

Os Ministros realçaram a prioridade atribuída pelo Grupo do Rio ao fortalecimento do multilateralismo, notadamente para a defesa da paz e a promoção do desenvolvimento, através da ação conjunta para enfrentar as ameaças à segurança mundial e a reforma da estrutura e do funcionamento das Nações Unidas.

Os Ministros receberam com satisfação relato das atividades do Parlamento Latino-Americano para o desenvolvimento e consolidação de instâncias de cooperação permanente entre os partidos políticos e organizações políticas dos países da região, o qual será estudado e encaminhado à reunião presidencial.

PARTICIPANTES

REPÚBLICA ARGENTINA
RAFAEL ANTONIO BIELSA
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DA BOLÍVIA
JUAN IGNACIO SILES DEL VALLE
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CELSO AMORIM
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DO CHILE
MARÍA SOLEDAD ALVEAR
Ministra das Relações Exteriores

REPÚBLICA DA COLÔMBIA
CAMILO REYES RODRÍGUEZ
Vice-Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DA COSTA RICA
ROBERTO TOVAR FAJA
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DO EQUADOR
PATRICIO ZUQUILANDA DUQUE
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DE EL SALVADOR
EDUARDO CÁLIX LÓPEZ
Vice-Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DA GUATEMALA
JORGE BRIZ ABULARACH
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA
MARILYN CHERYL MILES
Embaixadora da Guiana em Brasília

REPÚBLICA DE HONDURAS
LEONIDAS ROSA BAUTISTA
Ministro das Relações Exteriores

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS
MIGUEL HAKIM
Subsecretário para América Latina e Caribe

REPÚBLICA DA NICARÁGUA
MAURICIO HERDOCIA SACASA
Presidente do Comitê Jurídico Interamericano

REPÚBLICA DO PANAMÁ
MARIO BOYD GALINDO
Embaixador do Panamá em Brasília

REPÚBLICA DO PARAGUAI
LEILA RACHID DE COWLES
Ministra das Relações Exteriores

REPÚBLICA DO PERU
MANUEL RODRÍGUEZ CUADROS
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DOMINICANA
CARLOS MORALES TRONCOSO
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI
DIDIER OPERTTI BADÁN
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA
JESÚS ARNALDO PÉREZ
Ministro das Relações Exteriores

REUNIÃO DE VICE-MINISTROS DA ÁREA ECONÔMICA E DAS CHANCELARIAS DOS PAÍSES DO GRUPO DO RIO PARA DISCUSSÃO DO TEMA MECANISMOS FINANCEIROS INOVADORES

Brasília, 16 de setembro de 2004

AGENDA

I. Autoridade Sul-Americana de Infra-Estrutura

II. Relatos de experiências nacionais na área de mecanismos financeiros inovadores

II.1 Bônus indexados ao crescimento
II.2 Critérios de contabilidade fiscal
II.3 Outros

REUNIÃO DE VICE-MINISTROS DA ÁREA ECONÔMICA E DAS CHANCELARIAS DOS PAÍSES DO GRUPO DO RIO PARA DISCUSSÃO DO TEMA MECANISMOS FINANCEIROS INOVADORES

Realizou-se em Brasília, em 16 de setembro de 2004, reunião de Vice-Ministros da área econômica e das Chancelarias dos países do Grupo do Rio convocada pela XXIII Reunião de Chanceleres do Mecanismo (Brasília, 19 a 20 de agosto) para discutir o tema dos mecanismos financeiros inovadores. A reunião, presidida pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral do Itamaraty, contou com a participação de Vice-Ministros da Venezuela e da Bolívia, Subsecretários dos Ministérios de Economia da Argentina e do Equador, Diretores do Ministério de Economia do Uruguai e do Paraguai, altos funcionários do Peru, além de representantes das Embaixadas em Brasília dos demais países do Grupo.

2. A Delegação brasileira foi chefiada pelo Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, e integrada pelo Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Demian Fiocca, pelo Diretor do Departamento Econômico, pelo Coordenador Nacional do Brasil no Grupo do Rio e por representantes dos três Ministérios.

3. Segundo a agenda acordada, tratou-se primeiramente da proposta de criação da Autoridade Sul-Americana de Infraestrutura (ASI). A delegação brasileira concentrou sua exposição sobre os aspectos cujo exame, em seu entendimento, necessita ainda ser aprofundado, tais como o formato institucional da Autoridade (o Brasil favoreceria uma estrutura leve, na qual se procuraria terceirizar o maior número possível de atividades); a compatibilidade com as legislações nacionais em matéria de garantias, licitações e compromissos fiscais; e a relação

entre o risco associado a projetos contratados por meio da ASI e as garantias soberanas individuais dos países.

4. A delegação do Peru, por sua vez, realizou apresentação em que procurou enfatizar os aspectos positivos da iniciativa: a criação da ASI permitiria a intermediação de empréstimos tomados junto a organismos financeiros internacionais, como o BID, reduzindo seu impacto na contabilidade fiscal dos países participantes. Nesse sentido, a Autoridade poderia viabilizar a realização de investimentos – notadamente aqueles contemplados no âmbito da Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) em contexto no qual os Governos se encontram severamente limitados em sua capacidade de contratar empréstimos externos ou oferecer contrapartidas.

5. A delegação peruana informou que deverá ser entregue, no início do mês de outubro de 2004, um estudo contratado por seu Governo, na presidência de turno da IIRSA, que deverá examinar, em detalhe, diversos aspectos da iniciativa, inclusive algumas das questões levantadas pelo Brasil. O estudo deverá incluir, ainda, um projeto de convênio constitutivo da ASI. As delegações solicitaram que lhes fosse enviado o relatório da consultoria, tendo os participantes da IIRSA se comprometido a submeter ao Governo peruano seus comentários e sugestões a esse respeito no mais breve prazo.

6 Sob os itens da agenda relativos aos bônus indexados ao crescimento e à revisão dos critérios de contabilidade fiscal aplicáveis a investimentos, foram relatadas experiências e trocadas impressões entre os países do Grupo do Rio. A delegação uruguaia indicou não ser do interesse daquele país a utilização de bônus indexados ao crescimento, posição essa que foi compartilhada pelas delegações da Bolívia e da Venezuela. Os representantes da Argentina e do Peru, por outro lado, manifestaram posição favorável à idéia dos bônus, ou de empréstimos indexados, os quais poderiam funcionar como instrumentos de política contra-cíclica e contribuir para a estabilidade macroeconômica. A

delegação brasileira indicou que a utilização desse tipo de bônus não seria de interesse do Brasil, entre outras razões porque a economia do País deve apresentar crescimento sustentado nos próximos anos: argumentou que os países que, individualmente e em função de suas situações particulares, o desejassem, poderiam explorar individualmente a possibilidade de utilização desse tipo de bônus.

7. No que tange à revisão dos critérios de contabilidade fiscal para investimentos, a delegação brasileira informou sobre os avanços logrados no tratamento do assunto junto ao Fundo Monetário Internacional, com a perspectiva de que se considere a aplicação de tratamento diferenciado para projetos-piloto de investimentos cujo retorno fiscal no longo prazo seja comprovadamente neutro ou positivo. O Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda indicou aos participantes do encontro estar o Governo brasileiro à disposição para uma troca de informações sobre a experiência brasileira na elaboração de critérios de avaliação do retorno fiscal dos projetos e no tratamento do tema junto com o Fundo.

8. A reunião de Vice-Ministros cumpriu o propósito de aprofundar as discussões sobre possíveis mecanismos financeiros inovadores, tendo-se identificado, como iniciativa a merecer maiores considerações técnicas no Grupo, a da eventual constituição da ASI. Concluído o exame do informe de consultoria e dos comentários a esse respeito mencionados acima, os países poderão reunir-se novamente para dar continuidade à análise da viabilidade da conformação daquela entidade.

Brasília, 16 de setembro de 2004.

NOTA À IMPRENSA DIVULGADA PELO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL EM 16 DE SETEMBRO DE 2004, RELATIVA À REUNIÃO DE VICE-MINISTROS DA ÁREA ECONÔMICA E DAS CHANCELARIAS DO GRUPO DO RIO PARA DISCUTIR O TEMA DOS MECANSIMSO FINANCEIROS INOVADORES

Por iniciativa da Secretaria Pro-Tempore Brasileira do Grupo do Rio, realizou-se em Brasília, no dia 16 de setembro de 2004, reunião de Vice-Ministros da área econômica e das Chancelarias dos países do Grupo do Rio para discutir o tema dos "mecanismos financeiros inovadores", destinados a incrementar os investimentos produtivos e os investimentos em infra-estrutura na região, sem prejudicar suas políticas fiscais.

Foram examinadas as experiências nacionais em matéria de disciplina fiscal e investimentos em infra-estrutura e apresentadas as experiências dos países no aperfeiçoamento dos critérios de contabilidade fiscal dos organismos financeiros internacionais, com vistas a permitir a execução de investimentos produtivos, sem comprometer a sustentabilidade fiscal dos países. Foram feitos relatos e trocadas percepções sobre os Bônus vinculados ao crescimento, de interesse de alguns países da região.

Reafirmou-se a importância de avançar com firmeza e rapidez nas análises técnicas que viabilizem a Autoridade Sul-Americana de Infra-estrutura (ASI), de modo a se poder desenvolver projetos de integração entre os países da região.

Os representantes dos países presentes à reunião agradeceram ao Governo do Peru pelos esforços de fazer avançar a ASI e solicitaram que lhes fosse enviado o informe de consultoria sobre a iniciativa. Os

participantes da IIRSA se comprometeram a submeter ao Governo peruano seus comentários e sugestões a esse respeito no mais breve prazo. O Governo do Peru prontificou-se a fazer circular os comentários entre os países do Grupo do Rio. Oportunamente será marcada data de reunião técnica para examinar os comentários e avançar na constituição da ASI.

REUNIÕES DO GRUPO DO RIO
À MARGEM DA LIX ASSEMBLÉIA GERAL
DAS NAÇÕES UNIDAS

REUNIÃO DA TROICA AMPLIADA DE CHANCELERES DO GRUPO DO RIO COM O CHANCELER DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

A Troica ampliada dos Ministros de Relações Exteriores do Grupo do Rio reuniu-se com o Chanceler da Federação da Rússia em 24 de setembro de 2004, à margem da LIX Assembléia Geral das Nações Unidas. Presidiu o Grupo do Rio o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim. Participaram do encontro os Chanceleres do Chile, Soledad Alvear, da Colômbia, Carolina Barco, e do Uruguai, Didier Opertti, bem como representantes dos demais países do Mecanismo. O Ministro Serguei Lavrov liderou a delegação russa.

2. A agenda acordada incluiu os seguintes pontos: a) multilateralismo e cooperação internacional; b) MINUSTAH e a cooperação internacional no Haiti; c) as Metas do Milênio e as iniciativas para a erradicação da pobreza; e d) mecanismos financeiros inovadores.

3. Os dois lados coincidiram em relação à importância de se fortalecer o multilateralismo e o sistema das Nações Unidas, revitalizando a Assembléia-Geral e o ECOSOC, e dotando o Conselho de maior eficiência e representatividade. O Ministro Lavrov singularizou, em sua intervenção, o Brasil, a Índia e a Alemanha como países que poderiam contribuir, como membros permanentes, para esse processo. Acentuou a importância de que o processo de reforma do Conselho de Segurança conte com a mais ampla aprovação.

4. Os países do Grupo do Rio e a Federação da Rússia convieram ainda na necessidade de completar as mudanças na composição do Conselho com a modernização de seus métodos de trabalho e a reestruturação de sua agenda. O Ministro Lavrov advogou pela exclusão da pauta daquele órgão dos temas de caráter mais genérico, que competiriam antes à Assembléia Geral da ONU.

5. A Federação Russa expressou apoio à liderança e ativa participação de países do Mecanismo de Consulta e Concertação do Grupo do Rio na estabilização e conciliação do Haiti. A Secretaria Pro Tempore brasileira instou os interlocutores a estender esse apoio às etapas de integralização e conclusão da mobilização dos efetivos da MINUSTAH, bem como à cooperação internacional para o trabalho de médio e longo prazo a ser realizado pela sociedade e o governo haitianos.

6. Em nome dos países do Grupo do Rio, o Chanceler Celso Amorim manifestou solidariedade à Federação da Rússia e às vítimas dos atos de terrorismo em Beslan. Coincidiram ambos os lados na importância e urgência da cooperação internacional no combate ao terrorismo.

7. Com respeito à situação no Iraque, o Ministro russo sublinhou não acreditar ser possível uma ação efetiva de estabilização naquele país antes de que se logre construir as bases de um entendimento nacional.

8. Os dois lados manifestaram satisfação com o diálogo propiciado pelas reuniões do Grupo do Rio e da Federação Russa. Mostraram-se igualmente interessados em estabelecer, para ampliá-lo, mecanismo de consulta política regular no nível de Vice-Ministros das Relações Exteriores. Foi divulgado Comunicado Conjunto relativo aos resultados da reunião.

COMUNICADO CONJUNTO ADOTADO AO FINAL DA REUNIÃO MINISTERIAL ENTRE A TROICA DO GRUPO DO RIO E A FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, REALIZADA EM NOVA YORK EM 24 DE SETEMBRO DE 2004, À MARGEM DA LIX ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU, NO ORIGINAL INGLÊS E EM VERSÃO PARA O PORTUGUÊS

On 24 September 2004, in New York, during the 59th session of the United Nations General Assembly, a meeting was held between Mr. Serguei Lavrov, Minister of Foreign Affairs of the Russian Federation, and the Rio Group Troika, represented by Mr. Celso Amorim, Minister of External Relations of Brazil, Ambassador Santiago Marcovich, on behalf of the Minister of Foreign Affairs of Peru, and Ambassador Dario Alessandro, on behalf of the Minister of Foreign Affairs of Argentina. The Ministers of Foreign Affairs of Chile, Colombia and Uruguay also participated in the meeting.

The representatives engaged in a fruitful exchange of views regarding multilateralism and international cooperation; the MINUSTAH and international cooperation with Haiti; the Millennium Development Goals and initiatives to combat hunger and poverty; and innovative financial mechanisms.

The representative of Russia expressed appreciation for the efforts carried out by members of the Rio Group with regard to the situation in Haiti and concurred with the view expressed by the representative of Brazil that the stabilization process in Haiti requires the prompt deployment in full of MINUSTAH and a long-term commitment on the part of the international community, as well as the engagement and cooperation of all United Nations bodies, including the ECOSOC.

The representatives agreed on the accrued importance of multilateralism in the current international situation and on the need

to strengthen the United Nations, by making the Security Council more efficient and representative, as well as revitalizing the General Assembly and the ECOSOC.

On behalf of the Rio Group, the representative of Brazil extended the group's solidarity to the Russian Federation, in view of the deplorable acts of terrorism carried out in Beslan. Both sides recognized that the fight against terrorism is a challenge of the highest priority for the international community, and pledged the full support of the Rio Group for efforts to combat the scourge of terrorism.

Both sides expressed their commitment to maintain a high level of dialogue and to deepen cooperation on international matters. To this end, the representatives agreed on the desirability of establishing a mechanism of political consultation to be carried out through regular meetings at the level of Vice-Ministers of Foreign Affairs."

***

Em 24 de setembro de 2004, em Nova York, por ocasião da 59ª Assembléia Geral das Nações Unidas, realizou-se reunião entre o Senhor Serguei Lavrov, Ministro das Relações Exteriores da Federação da Rússia, e a Tróica do Grupo do Rio, representada pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, pelo Embaixador Santiago Marcovitch, em nome do Ministro das Relações Exteriores do Peru, e pelo Embaixador Dario Alessandro, em nome do Ministro das Relações Exteriores da Argentina. Também participaram da reunião os Ministros das Relações Exteriores do Chile, da Colômbia e do Uruguai.

Os participantes mantiveram frutífero intercâmbio de opiniões sobre o multilateralismo e a cooperação internacional; a MINUSTAH e a cooperação com o Haiti; as Metas do Milênio e as iniciativas de combate à fome e à pobreza; e os mecanismos financeiros inovadores.

O representante da Rússia expressou reconhecimento pelos esforços levados a cabo pelo Grupo do Rio com relação à situação no Haiti e compartilhou a visão manifestada pelo representante do Brasil no sentido de que o processo de estabilização no Haiti depende da pronta e completa mobilização das forças da MINUSTAH e de compromisso de longo prazo por parte da comunidade internacional, bem como do envolvimento e da cooperação de todos os órgãos das Nações Unidas, inclusive do ECOSOC.

Os participantes concordaram quanto ao aumento da importância do multilateralismo no atual contexto internacional e à necessidade de fortalecimento das Nações Unidas, por meio da transformação do Conselho de Segurança em um órgão mais eficiente e representativo, bem como da revitalização da Assembléia Geral e do ECOSOC.

Em nome do Grupo do Rio, o representante do Brasil manifestou a solidariedade do Grupo à Federação da Rússia, diante dos deploráveis atos de terrorismo praticados em Beslan. Ambas as Partes reconheceram que o combate ao terrorismo constitui desafio da mais alta prioridade para a comunidade internacional; o Grupo do Rio emprestou seu completo apoio aos esforços para combater o flagelo do terrorismo.

Ambas as Partes manifestaram seu compromisso em relação à manutenção de um alto nível de diálogo e ao aprofundamento da cooperação em questões internacionais. Para esse fim, os representantes concordaram ser desejável o estabelecimento de um mecanismo de consultas políticas a ser implementado por meio de encontros periódicos em nível de Vice-Ministros de Relações Exteriores.

REUNIÃO DA TROICA AMPLIADA DE CHANCELERES DO GRUPO DO RIO COM O VICE-MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ÍNDIA, SHYAM SARAN

A Troica ampliada dos Ministros de Relações Exteriores do Grupo do Rio reuniu-se com o Vice-Chanceler da Índia em 24 de setembro de 2004, à margem da LIX Assembléia Geral das Nações Unidas. Presidiu o Grupo do Rio a Subsecretária-Geral Política do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Embaixadora Vera Pedrosa. Integraram a Troica o Subsecretário de Política Multilateral do Ministério das Relações Exteriores Peru, Embaixador Santiago Marcovitch, e o Vice-Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Embaixador Jorge Taiana. Participaram do encontro representantes de todos os países do Mecanismo. O lado indiano foi, por sua vez, presidido pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores, Shyam Saran.

2. A agenda acordada incluiu os seguintes pontos: a) multilateralismo e cooperação internacional; b) a MINUSTAH e a cooperação internacional no Haiti; c) as Metas do Milênio e a erradicação da fome e da pobreza; e d) mecanismos financeiros inovadores.

3. Na discussão do tema relativo ao multilateralismo e à cooperação internacional, a presidência brasileira referiu-se à fórmula sobre o fortalecimento das Nações Unidas e a reforma do Conselho de Segurança adotada na XI Cúpula do Mecanismo, em Assunção, como aquela que resume o nível atual de consenso no Grupo do Rio sobre o tema. A Índia discorreu sobre sua candidatura a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e se referiu, amplamente, à ação do G4, e aos esforços empreendidos pelos países que o integram,

para fazer avançar uma reforma das Nações Unidas que assegure ao Conselho maior legitimidade, transparência e eficiência.

4. Em duas intervenções que se seguiram, o Chanceler Didier Opertti, do Uruguai, assinalou a importância de aperfeiçoar, no processo de reforma, o relacionamento inter-orgânico, em particular entre Conselho de Segurança e a Assembléia Geral. O Vice-Chanceler argentino, ao lembrar a pluralidade das posições políticas no interior do Grupo do Rio, a qual se reflete também nessa questão, ressaltou a convergência e a unidade dos países do Mecanismo quanto à necessidade de fortalecer o multilateralismo e de trabalhar em favor da ampliação do caráter democrático e da eficácia de atuação das Nações Unidas, não obstante matizes diferentes quanto ao procedimento a adotar para a reforma.

5. Reagindo à apresentação do Brasil sobre a participação dos países do Mecanismo na estabilização e na conciliação do Haiti, o lado indiano lamentou que não pudesse considerar a hipótese de participação com efetivos na MINUSTAH, e ofereceu toda a cooperação possível na preparação de pessoal para integrar operações de paz mandatadas pelas Nações Unidas.

6. Em resposta à intervenção da Secretaria Pro Tempore sobre as Metas do Milênio e as iniciativas para a erradicação da fome e redução da pobreza, a delegação da Índia coincidiu na importância da cooperação internacional para o tratamento prioritário desses temas. Sublinhou, no contexto, a preocupação em assegurar a adicionalidade de recursos e o não comprometimento dos fluxos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento.

7. O lado indiano demonstrou interesse em dar seguimento aos entendimentos com vistas a eventual assinatura de memorando de entendimento com o Grupo do Rio. O tema foi remetido a consideração posterior.

REUNIÃO DA TROICA AMPLIADA DE CHANCELERES DO GRUPO DO RIO COM A UNIÃO EUROPÉIA

A Troica ampliada dos Ministros de Relações Exteriores do Grupo do Rio reuniu-se com a União Européia em 24 de setembro de 2004, à margem da LIX Assembléia Geral das Nações Unidas. Coordenou o Grupo do Rio o Embaixador Jorge Taiana, Vice-Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina. Integraram a Troica a Embaixadora Vera Pedrosa, Subsecretária Geral Política do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e o Embaixador Santiago Marcovich, Subsecretário de Política Multilateral do Ministério das Relações Exteriores do Peru. Participaram da reunião a Chanceler Soledad Alvear, do Chile, a Chanceler Carolina Barco, da Colômbia, e o Chanceler Didier Opertti, do Uruguai, além de representantes dos demais países do Mecanismo. O lado europeu foi presidido por Bernard R. Bot, Ministro das Relações Exteriores dos Países Baixos.

2. A agenda acordada incluiu os seguintes pontos: a) seguimento da III Cúpula América Latina Caribe-União Européia e perspectivas para a IV Cúpula; b) "2005 Major Event" (implementação das Metas do Milênio e iniciativas para a erradicação da fome e da pobreza); c) Tribunal Penal Internacional; d) multilateralismo e cooperação internacional; e) MINUSTAH e cooperação internacional no Haiti; e f) mecanismos financeiros inovadores.

3. Os dois lados procederam a avaliação conjunta da III Cúpula América Latina, Caribe e União Européia (ALC-UE), bem como a troca de idéias com vistas à preparação do IV encontro, em Viena, em 2006. A delegação européia renovou a indicação de que tenciona promover reunião de altos funcionários em Bruxelas para iniciar o mais cedo possível a preparação da Cúpula de Viena. O Ministro Bot sugeriu a adoção do "multilateralismo efetivo" como um dos possíveis

temas para foco dos trabalhos. Os dois lados coincidiram em que se deveria procurar evitar declarações finais demasiado extensas e reiterativas.

4. Por ocasião do debate, introduzido pela União Européia, do item da agenda relativo ao Tribunal Penal Internacional, o lado europeu instou os países que ainda não o fizeram a aderir ao Estatuto de Roma e alertou para a inconsistência que poderia configurar a assinatura de acordos bilaterais pelas Partes do instrumento constitutivo do Tribunal.

5. A delegação da UE expressou seu apoio aos esforços em favor da estabilização e da conciliação do Haiti que têm liderado e de que têm participado ativamente países do Grupo do Rio. Observou esperar que as autoridades haitianas cumpram fielmente seus compromissos.

6. No exame da cooperação internacional com vistas à consecução das Metas do Milênio, o lado europeu manifestou apoio às iniciativas lideradas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a erradicação da fome e da pobreza, e, nesse contexto, acentuou a importância que atribui ao encontro havido em 20 de setembro de 2004, nas Nações Unidas.

7. A União Européia referiu-se, por último, à Reunião Ministerial Institucionalizada que se realiza bienalmente entre os dois grupos de países, e a sua próxima celebração, em 2005, no Luxemburgo.

REUNIÃO DA TROICA AMPLIADA DE CHANCELERES DO GRUPO DO RIO COM O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A Troica Ampliada dos Ministros das Relações Exteriores do Grupo do Rio reuniu-se com o Ministro das Relações Exteriores da República Popular da China em 27 de setembro de 2004, à margem da LIX Assembléia Geral das Nações Unidas. Presidiu a Troica a Embaixadora Vera Pedrosa, Subsecretária-Geral Política do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Integraram-na o Embaixador Santiago Marcovich, Subsecretário de Assuntos Multilaterais do Ministério das Relações Exteriores do Peru, e o Embaixador Darío Alessandro, Subsecretário de Política Latino-Americana do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina. Participaram do encontro o Chanceler Didier Opertti, do Uruguai, e representantes dos demais países do Mecanismo. A delegação chinesa foi liderada pelo Ministro das Relações Exteriores, Zhao Xing.

2. A agenda acordada para a reunião foi a seguinte: a) multilateralismo e cooperação internacional (sub-itens: reforma das Nações Unidas e combate ao terrorismo); b) relações Grupo do Rio-China; c) a MINUSTAH e a cooperação internacional no Haiti; d) as Metas do Milênio e iniciativas para a erradicação da fome e da pobreza; e e) mecanismos financeiros inovadores.

3. Durante o diálogo sobre o item relativo ao multilateralismo e à cooperação internacional, a delegação chinesa declarou apoiar os trabalhos do Painel de Alto Nível com vistas ao fortalecimento do sistema das Nações Unidas. Disse que a reforma do sistema deveria ter como um de seus focos a maior participação de países em

desenvolvimento no Conselho de Segurança, onde estão sub-representados. Afirmou que, em nenhuma hipótese, o tratamento multilateral dos problemas poderia se afastar dos princípios e objetivos da Carta das Nações Unidas, e servir como desculpa, em nome do humanitarismo, para ingerências em assuntos internos dos países.

4. Na apresentação do tema do combate ao terrorismo, cuja inclusão na agenda solicitara juntamente com o da reforma das Nações Unidas, o lado chinês acentuou três pontos: (a) depois do atentado terrorista praticado em Beslan, na Rússia, não haveria mais lugar para comportamentos ambíguos, ou complacência com qualquer forma de terrorismo; (b) a reação válida e efetiva ao terrorismo deveria ter como base a cooperação internacional, sob coordenação das Nações Unidas; e (c) é necessário atacar, simultaneamente, as raízes do problema, o que torna os temas relativos ao desenvolvimento ainda mais importantes.

5. A Presidência do Grupo, em resposta, acentuou a ampla convergência de visão dos dois lados sobre a inadmissibilidade de se recorrer a ações terroristas para avançar quaisquer reivindicações, concordando com o lado chinês em que não existe terrorismo "bom". Reafirmou a importância de um tratamento equilibrado dos temas das chamadas agendas da paz e do desenvolvimento. Diante das referências feitas pelo Chanceler chinês à questão de Taiwan, a Secretaria Pro Tempore lembrou a existência de matizes nas percepções dos países que integram o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política sobre aquela questão e reiterou o apoio brasileiro à posição da China.

6. Reagindo a apresentação da Secretaria Pro Tempore sobre o tema das Metas do Milênio e das iniciativas de cooperação internacional para a redução da pobreza e erradicação da fome, o chefe da delegação chinesa manifestou reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Brasil nessa área. Acrescentou estar igualmente convencido de que a

fome seja a maior arma de destruição em massa. Acentuou a necessidade de contar com recursos em volume adequado para enfrentar desafio dessa magnitude e de trabalhar também para que a economia e o comércio internacionais contribuam positivamente para o desenvolvimento.

7. Na seqüência da apresentação, pela delegação do Peru, do item da agenda relativo aos mecanismos financeiros inovadores, o Ministro chinês defendeu reforma do sistema financeiro internacional que promova maior participação dos países em desenvolvimento no processo decisório, contribua para a redução da volatilidade dos fluxos internacionais e não incida negativamente sobre o desejado fortalecimento da cooperação internacional.

8. No encerramento do encontro, ao discorrer sobre a intensificação do diálogo com o Grupo do Rio, o Chanceler chinês mencionou a próxima visita oficial ao Brasil do Primeiro Ministro Hu Jin Tao e mencionou eventual encontro da equipe chinesa com a Troica do Mecanismo. Declarou ser intenção da China ampliar seu intercâmbio com a região para incluir toda a América Latina e o Caribe.

REUNIÃO DA TROICA AMPLIADA DE CHANCELERES DO GRUPO DO RIO COM O CONSELHO DE COOPERAÇÃO DO GOLFO

A Troica ampliada dos Ministros de Relações Exteriores do Grupo do Rio reuniu-se com o Conselho de Cooperação do Golfo em 27 de setembro de 2004, à margem da LIX Assembléia Geral das Nações Unidas. A Troica, liderada na oportunidade pelo Chanceler do Peru, Embaixador Manuel Rodríguez Cuadros, foi integrada pela Embaixador Vera Pedrosa, Subsecretária-Geral Política do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e pelo Embaixador Darío Alessandro, Subsecretário de Política Latino-Americana do Ministério das Relaões Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina. O Chanceler Didier Opertti, do Uruguai, e representantes dos demais países do Mecanismo de Consulta e Concertação Política do Grupo do Rio participaram do diálogo. A delegação do Conselho de Cooperação do Golfo foi presidida pelo Ministro Mohammad Al-Sahah, do Kuaite, e integrada pelo Secretário-Geral do Conselho, representantes do Catar e do Bareine, e funcionários de outros países do Conselho.

2. A agenda acordada entre as partes foi a seguinte: a) assuntos regionais do Conselho de Cooperação do Golfo (Irã, Iraque e a situação no Oriente Médio); b) multilateralismo e cooperação internacional; c) a MINUSTAH e a cooperação internacional no Haiti; d) as Metas do Milênio e iniciativas para a erradicação da fome e da pobreza; e) mecanismos financeiros inovadores; e f) relações Conselho de Cooperação do Golfo – Grupo do Rio.

3. O Chanceler do Kuaite reafirmou o apoio do Conselho de Cooperação do Golfo à Resolução 1546 do Conselho de Segurança para o equacionamento da situação no Iraque. Expôs visão otimista da evolução do cenário local. Acentuou a importância das eleições para

que se logre estabilizar o quadro, e disse que até a conclusão, com êxito, do processo eleitoral será de prever-se a possibilidade de agravamento da violência no país, uma vez que alguns grupos não têm interesse na normalização do processo de pacificação interna do país. Afirmou que os membros do Conselho têm todo o interesse na pacificação do Iraque e que contribuíram generosamente para a Conferência Internacional de Doadores para a reconstrução do país.

4. Durante a discussão do segundo dos temas da agenda proposto pelo Conselho, o Chanceler Al-Sahah observou que o relacionamento dos países do CCG com o Irã conhece altos e baixos, encontrando-se atualmente sob tensão por força da ocupação de três ilhas reclamadas pelos Emirados Árabes Unidos. Com o apoio dos demais membros do Conselho, os Emirados procuraram solução pacífica bilateral, e se dispõem a recorrer, se necessário, à Corte Internacional de Justiça. A coordenação peruana lembrou que também os países do Grupo do Rio defendem, historicamente, a solução pacífica de controvérsias. O Ministro kuwaitiano disse, por fim, esperar que uma maior cooperação entre o Irã e a Agência Internacional de Energia Atômica venha a contribuir significativamente para a eliminação de tensões na região.

5. A Presidência do Conselho de Cooperação do Golfo apresentou as linhas mestras da Proposta Árabe para a Paz no Oriente Médio, e lamentou que Israel opte por construir muros e continue assim a contribuir para o aumento da violência e mesmo do terrorismo na área. O Chanceler do Peru lembrou que, a despeito de matizes que refletem por vezes a pluralidade na composição do Grupo do Rio, os países da região defendem o direito inalienável dos palestinos a constituírem um Estado independente e o direito de todos, Israel incluído, a viverem em segurança. Acrescentou que, dessa perspectiva, a Proposta Árabe afigurava-se compatível com as resoluções das Nações Unidas e as recomendações do Quarteto.

6. O Secretário-Geral do Conselho apresentou o projeto dos países do Golfo de constituírem, até 2007, mercado comum, e de adotarem em 2010 moeda comum, além de estabelecerem crescentemente políticas comuns, inclusive no que respeita à prestação gratuita de serviços de saúde na região. Professou o interesse de promover simultaneamente a maior abertura da economia dos países do Golfo e a mais intensa cooperação com outros grupamentos de países, entre os quais singularizou o Grupo do Rio. Lembrou que já se encontra em exame projeto de acordo quadro com o Mercosul cujos termos poderiam ser eventualmente estendidos aos participantes de outras iniciativas integracionistas como a CAN, a SICA e o CARICOM.

7. Respondendo ao interesse dos países do Golfo de ampliar o diálogo que mantém com o Grupo para temas comerciais e em matéria de Direitos Humanos e de trabalho, o Chanceler peruano propôs fossem, por um lado, os Representantes respectivos em Genebra instruídos a procurarem definir bases, agenda e programa para a ampliação do diálogo naquela cidade, e, pelo outro, instadas as Secretarias dos mecanismos integracionistas, incluída a ALADI, a examinar, com a Secretaria-Geral do Conselho do Golfo, modalidades para um intercâmbio preliminar de informação com vistas ao aprofundamento do diálogo bi-regional.

8. No debate sobre a implementação das Metas do Milênio e a cooperação internacional para a erradicação da fome e redução da pobreza, os representantes do Golfo louvaram a liderança assumida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e afirmaram a disposição de continuar a contribuir para a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento com o dobro do percentual de 0,7% do PIB. O Chanceler peruano advogou, quanto ao último ponto, que não sejam excluídos dessa ajuda os países de renda média.

9. Ao final do diálogo, os representantes do Conselho solicitaram o apoio dos países do Mecanismo para as candidaturas, em 2006, do Bareine, à Presidência da Assembléia Geral da ONU, e do Catar, a membro não-permanente do Conselho de Segurança.

XVIII REUNIÃO DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DO GRUPO DO RIO

Rio de Janeiro, 4 e 5 de novembro de 2004

REUNIÃO DE COORDENADORES NACIONAIS DO GRUPO DO RIO

Rio de Janeiro, 2 e 3 de novembro de 2004

AGENDA

ITEM I. Aprovação da Declaração Presidencial do Rio de Janeiro.

ITEM II. Outros assuntos.

XXIV REUNIÃO DE CHANCELERES DO GRUPO DO RIO

Rio de Janeiro, 3 e 4 de novembro de 2004

AGENDA

ITEM I. Multilateralismo e cooperação internacional.

ITEM II. Encontro de Líderes Mundiais para a Ação contra a Fome e a Pobreza e as Metas do Milênio.

ITEM III. Cooperação internacional com o Haiti.

ITEM IV. Mecanismos financeiros inovadores.

ITEM V. Relatório do Parlamento Latino-Americano sobre o desenvolvimento e consolidação de instâncias de cooperação permanente entre os partidos políticos e organizações políticas dos países membros do Mecanismo.

ITEM VI. Relatório do Grupo de Reflexão de Alto Nível do Grupo do Rio sobre os Efeitos da Globalização nos países do Mecanismo.

ITEM VII. Diálogo entre os Chanceleres do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

ITEM VIII. Outros assuntos.

XVIII CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DO GRUPO DO RIO

Rio de Janeiro, 4 e 5 de novembro de 2004

AGENDA

ITEM I. Multilateralismo e cooperação internacional.

ITEM II. Encontro de Líderes Mundiais para a Ação contra a Fome e a Pobreza e as Metas do Milênio.

ITEM III. Cooperação internacional com o Haiti.

ITEM IV. Mecanismos financeiros inovadores.

ITEM V. Relatório do Parlamento Latino-Americano sobre o desenvolvimento e consolidação de instâncias de cooperação permanente entre os partidos políticos e organizações políticas dos países membros do Mecanismo.

ITEM VI. Relatório do Grupo de Reflexão de Alto Nível do Grupo do Rio sobre os Efeitos da Globalização nos países do Mecanismo.

ITEM VII. Outros assuntos.

XVIII CÚPULA DO GRUPO DO RIO

Discurso pronunciado pelo Presidente da República do Peru, Alejandro Toledo, por ocasião da sessão de abertura

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2004

Hace dieciocho años, ocho países de la región, creamos el Mecanismo Permanente de Consulta y Concertación Política, más conocido como el Grupo de Río. Fue precisamente en esta hermosa y hospitalaria ciudad que convinimos en establecer un espacio de diálogo, a través de sus Jefes de Estado, para intercambiar ideas con miras a actuar de manera convergente en el escenario internacional.

El Grupo de Río no fue concebido solamente como un espacio de concertación. Este mecanismo no nació sólo de la convicción de que la región necesitaba dialogar para alcanzar consensos que le permitan proyectarse externamente de manera convergente, pensando que la unión hace la fuerza. Nació, sobre todo, de la certeza que esta unión, para ser realmente, requiere de una autoridad moral que sólo proporciona el ejercicio legítimo del poder. En ese sentido, el concepto de democracia tiene en el Grupo de Río un carácter fundacional.

Dieciocho años después podemos hacer hoy un breve balance y veremos que, en efecto, hemos evolucionado. Hemos evolucionado en números: de ocho ahora somos 19 países, que representan a las democracias de América Latina y del Caribe. Nuestras preocupaciones han ido más allá de lo estrictamente protocolar. Las circunstancias internacionales nos han llevado a construir juntos, en efecto, una Agenda Estratégica para el Grupo de Río, aprobada en la pasada Cumbre del Cusco.

Amigas y amigos, quiero hoy compartir con ustedes algunas reflexiones que van más allá de lo estrictamente político. Quiero compartir

con ustedes una reflexión sobre el imperativo del multilateralismo y la cooperación internacional para enfrentar la pobreza y el fortalecimiento de las instituciones democráticas en este hemisferio. Por razones diversas, los ciudadanos de esta América Latina mestiza, vienen perdiendo un tanto la fe en la democracia, y ésta a su vez debilita la necesaria fortaleza institucional. Cuando existe pobreza, cuando existe hambre en las magnitudes que experimenta la región, corre el riesgo de que los esfuerzos que hagamos los líderes por tratar de fortalecer la democracia, puedan desestabilizarla. La democracia no se circunscribe sólo al acto electoral. La libertad no es sólo aquel derecho de ir a votar. Si no existe libertad para escoger, si no existe libertad para ir esta noche a dormir tranquilos sabiendo que mañana tendrá un puesto de trabajo digno y tendrá un ingreso para vivir, no es una total libertad.

Por eso al tratar a través del multilateralismo y la cooperación internacional, podemos trabajar juntos para producir resultados concretos a los ciudadanos comunes y corrientes de a pie de este gran hemisferio.

Fortalecer el multilateralismo es llevar la concertación regional a escala global. Los países de la región somos conscientes que la solución a nuestros problemas más agobiantes, como el hambre, como la pobreza, como la necesidad de proteger nuestro medio ambiente y la seguridad, requiere no sólo de un diálogo intrarregional, sino requiere también de la participación de países que no pertenecen a nuestra región. Los problemas globales requieren de soluciones globales.

Fortalecer el multilateralismo no significa solamente mejorar el proceso de toma de decisiones en las Naciones Unidas, o más genéricamente, reformar las organizaciones internacionales para que sean más eficientes. Fortalecer el multilateralismo significa, principalmente, dar legitimidad a la concertación internacional a través de acciones específicas que tengan efectos concretos en beneficio de las personas. Desde esta óptica, la Misión de Estabilización de las Naciones

Unidas en Haití (Minusta) es un claro ejemplo de cómo la comunidad internacional y los países del Grupo de Río en particular, llevamos nuestras declaraciones al terreno de lo concreto. La labor eficaz de las Naciones Unidas en Haití, fortalece el multilateralismo. En este caso concreto, busca, además, consolidar la democracia en una nación hermana, coadyuvando a la reconstrucción de la economía y de la sociedad en Haití.

Por ello, muchos de nosotros participamos directamente con efectivos militares de la Minusta, porque estamos convencidos que cuando se trata de contribuir a la paz, cuando se trata de contribuir a la democracia, no hay contribución pequeña. Todos los esfuerzos son necesarios y tienen un gran valor. Mi país está contribuyendo con un contingente de soldados peruanos a consolidar la paz y a buscar la estabilidad en Haití como un gesto de solidaridad, pequeño, sí, pero gesto concreto. La naturaleza de los problemas que enfrenta Haití nos obliga a pensar en acciones de largo aliento que van más allá del término de la Minusta. Los países del Grupo de Río debemos asumir un compromiso de largo alcance que no se agota con la realización de elecciones libres y transparentes en ese país hermano. Debemos velar porque el ciclo perverso de crisis y restauración democrática se detenga y no se reproduzca. Señores, es nuestra responsabilidad tender una mano solidaria a un hermano de la región: Haití. Por ello el proceso de estabilización de esa nación, requiere de una política regional de largo alcance que siente las bases para el desarrollo con justicia social.

Ésta es otra convicción profunda que, creo, todos aquí compartimos. No es posible hablar de democracia cuando hay pobreza. Por ello los países del Grupo, como natural consecuencia de nuestra vocación democrática, hemos decidido incluir en nuestra agenda diversas cuestiones económicas. La pobreza es uno de esos temas y no la podemos olvidar; la tenemos que enfrentar con coraje y acciones concretas, que van más allá de solamente esperar que el chorreo que

viene del crecimiento económico tenga un impacto significativo en la mejora de las condiciones de vida de los ciudadanos.

El Estado necesita empuñar en sus manos acciones de política de inversión pública que acompaña a la inversión privada. Inversión pública que se refleje en puestos de trabajo productivos dignos, que se refleje en mejores ingresos, que se refleje en la construcción de caminos rurales, de electrificación rural, que se refleje en la construcción de hospitales, de escuelas, que se refleje en poner un rostro humano al manejo responsable de la economía, nos toca tomar decisiones de políticas de Estado sin caer en la tentación del populismo.

Amigas y amigos, desde nuestro encuentro en el Cusco, en donde propusimos la necesidad de construir juntos algunos Mecanismos Financieros Innovadores, que nos proporcione mayores grados de libertad económica, para que los Presidentes de América Latina dejemos de ser planilleros y tengamos mayores recursos para hacer inversión pública, desde ese entonces se ha avanzado bastante pero no suficiente. Existe hoy conciencia en el seno del Fondo Monetario Internacional sobre la necesidad de explorar mecanismos que separen la contabilidad del déficit fiscal, que nos permita separar la contabilidad de los gastos corrientes de aquellos de los gastos de inversión. No es posible que los Presidentes se queden atados de manos frente a un reducido margen de inversión pública, porque esto engendra desesperanza. Los efectos positivos del crecimiento económico demoran para sentirse de manera generalizada. Si esperamos quince años más para que por efecto del chorreo se mejore las condiciones de los más pobres, corremos el riesgo de gran inestabilidad, de minar la gobernabilidad democrática en la región.

Desde el Cusco a aquí, hemos hecho avances importantes. Se ha sensibilizado sobre la necesidad de buscar Mecanismos Financieros Innovadores que permitan incrementar la inversión pública y que acompañe a la inversión privada que, en último análisis, es el motor

del crecimiento económico. Si no hacemos esto, podemos truncar nuestros propios esfuerzos porque el crecimiento sea sostenido. Queremos una región con altas expectativas sociales contenidas. Si no lo desembalsamos podemos generar inestabilidad que ahuyenta la inversión privada.

Amigas y amigos, sé que en esta Cumbre también, vamos a conocer el informe del Parlamento Latinoamericano sobre el desarrollo y la consolidación de instancias de cooperación permanente entre los partidos políticos y las organizaciones políticas. Ha llegado el momento de hacer esfuerzos claros, juntos, por recuperar la fe en la democracia. Ha llegado el momento por devolver a los ciudadanos latinoamericanos la esperanza de que estamos caminado hacia un futuro mejor. Si no atendemos las expectativas sociales, si no enfrentamos con coraje el tema de la corrupción, va a ser difícil que los ciudadanos vuelvan a creer en sus líderes. La combinación de incrementos en la inversión pública, con decisiones de Estado para enfrentar la corrupción, puede ser una combinación que nos permita recuperar la fe, la esperanza en nuestro futuro.

Amigas y amigos, ayer, hace dos días estuve en la frontera con Ecuador y vi a unas señoras caminando, jalando un balde con agua, agua contaminada por cierto, pero no tenían otra cosa más. Descalzos, con un balde con agua caminando cerca de un kilómetro, me hacía recordar el rostro de la pobreza y ésa la conozco yo.

Amigo don Lula, permítame volver a felicitarlo por la iniciativa que usted tuvo en las Naciones Unidas de convocar a los líderes del mundo para enfrentar el tema del hambre, juntos, con firmeza, con cooperación internacional, con multilateralismo, pero también con acciones concretas de poner un rostro humano a la globalización y hacer que el crecimiento económico de nuestros pueblos se sienta en los bolsillos del ciudadano común y corriente de a pie. Fue una gran ocasión. Reitero mis felicitaciones.

Amigas y amigos, temas nuevos han sido planteados, pero siempre dentro de una agenda permanente. ¿Cuál es la agenda? El multilateralismo y la cooperación internacional para luchar contra la pobreza y consolidar la democracia. No desmayemos en este esfuerzo iniciado hace dieciocho años. Que este retorno a las fuentes aquí, en este Río de Janeiro, que la hospitalidad de este hermano pueblo de Brasil, y su siempre lúcida conducción de los debates, señor Presidente, nos permita consolidar las metas que nos hemos trazado. No sólo aquéllas que hemos trazado en el Acuerdo del Milenio, sino el acuerdo que nos hemos trazado para devolver la fe y la esperanza a las mujeres y hombres de América Latina.

Señor Presidente, muchas gracias por recibirnos en su país, gracias por su generosidad, que Dios bendiga a los líderes de América Latina, que nos proporcione la fuerza para tomar decisiones concretas que nos permita cambiar el rostro social de nuestra región.

Muchísimas gracias.

XVIII CÚPULA DO GRUPO DO RIO

Discurso de Abertura
pronunciado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2004

Reencontro com grande prazer os Presidentes dos países do Grupo do Rio, nesta bela cidade que dá nome ao nosso grupo. A freqüência com que nos encontramos ao longo do último ano comprova a vitalidade de nossas relações e capacidade de atuar em conjunto. Nosso trabalho se enriquece também na medida em que avançam os processos de integração regional.

Agradeço a presença de nossos convidados, o Presidente Eduardo Duhalde, Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL, os Senhores Allan Wagner, Secretário-Geral da Comunidade Andina, Enrique García, Presidente da Corporação Andina de Fomento, José Machinea, Secretário Executivo da CEPAL, bem como o Senhor José Antonio Ocampo, Subsecretário de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, e o Deputado Ney Lopes, Presidente do Parlamento Latino-americano. Estendo a todos as boas vindas, em nome do povo brasileiro.

Queria, em primeiro lugar, expressar meu reconhecimento, e creio interpretar o desejo de todos, pelo trabalho do Presidente Toledo e da Secretaria Pro Tempore peruana na coordenação do Grupo em 2003. Somos gratos pelo impulso que souberam dar ao nosso diálogo e pelas oportunas iniciativas a que estamos dando continuidade este ano.

Há dezoito anos, nesta mesma cidade, formamos o Grupo do Rio para somar esforços na busca de soluções próprias para nossas dificuldades. A diplomacia e o diálogo político têm sido as ferramentas que utilizamos para promover a paz e impulsionar o desenvolvimento sustentado de nossa região.

Muitas vezes, os conflitos e os problemas com que nos defrontamos são maiores e mais complexos do que nossa capacidade de equacioná-los individualmente. Mesmo países grandes e até mesmo os mais poderosos não podem prescindir do diálogo. No mundo globalizado, a cooperação internacional é uma resposta fundamental para países que, como os nossos, ainda têm de superar o desafio de oferecer os benefícios básicos e a perspectiva do desenvolvimento a todos os seus cidadãos.

Em nossa região, compartilhamos um rico patrimônio de valores e história comum. Ainda assim, teremos opiniões diferentes, que respondem aos anseios singulares de nossas sociedades. É aí que reside o valor de nosso grupo. Este espaço de consulta e concertação política nos permite avançar em consensos necessários para o fortalecimento da democracia e da justiça social em nosso entorno.

No ano passado, mencionei que a família latino-americana e caribenha de nações encontrava no Grupo do Rio um ponto aglutinador para questões de seu interesse. É com esse espírito de solidariedade regional que gostaria de sugerir o estabelecimento de um diálogo com a nação irmã de Cuba. Vejo com muito bons olhos qualquer iniciativa que reforce o papel do Grupo do Rio como mecanismo de inclusão regional.

Caros amigos Presidentes,

Hoje, a solidariedade tem, mais do que nunca, uma dimensão pragmática. O gesto de justiça que, com emoção, reclamamos deve ser, ao mesmo tempo, uma resposta objetiva aos desafios com que nos deparamos. Deve ser assim com o combate à AIDS, com as ações contra a fome e a pobreza, ou na estabilização e reconciliação do Haiti.

O Brasil ofereceu apoio à missão da ONU para o Haiti sem nenhuma hesitação. Moveu-nos o espírito de solidariedade com um povo irmão e o desejo sempre muito presente entre nós, membros do Grupo do Rio, de preservar a governabilidade e defender instituições e

princípios democráticos. O meu governo enviou tropas e ajuda ao Haiti com uma atitude diferente. O Brasil acredita na proposta de colaborar a longo prazo com a reconstrução do país e a recuperação da dignidade do povo haitiano. O uso da força apenas e a preocupação exclusiva com a manutenção da ordem não são suficientes. Isso foi tentado há dez anos sem nenhum êxito, sem nenhum benefício concreto para a população haitiana.

O esforço nacional de cada país permanece como peça-chave para a promoção do desenvolvimento e da justiça social. Em nossa condição de países em desenvolvimento, porém, não podemos prescindir da cooperação internacional. Devemos seguir trabalhando juntos por um aceso maior e mais previsível aos mercados internacionais. Os importantes resultados que conseguimos na OMC, em Genebra, devem servir de estímulo para que sigamos unidos e fortes em defesa de um sistema multilateral de comércio equilibrado, que ofereça oportunidades de desenvolvimento para todos.

Em nossa região, tivemos um avanço significativo com a conclusão do acordo do Mercosul com a Comunidade Andina. Esse auspicioso resultado foi um passo decisivo para a integração da América do Sul e só aumenta minha confiança no enorme potencial existente na crescente aproximação de todas as nações da América Latina e do Caribe.

Senhores Presidentes,

O fortalecimento e a consolidação da democracia em nossos países deve ser acompanhado da ampliação e do fortalecimento da governança democrática no plano internacional. Na nossa visão, a democracia não existe sem justiça social. Enfrentar a pobreza e erradicar a fome são tarefas vitais para garantir a segurança e a estabilidade de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento. Foi essa a mensagem que levei à reunião de líderes mundiais sobre o combate à fome e à pobreza em Nova York.

Estamos em um momento decisivo para as relações internacionais. Um momento em que a comunidade internacional é chamada a refletir sobre a atualização da estrutura política encarregada da preservação da paz e da segurança internacionais.

Nossa região, que tem um histórico compromisso com a solução pacífica das controvérsias, deve manter-se unida na defesa do sistema multilateral, único capaz de oferecer as bases para um diálogo construtivo e soluções aceitas consensualmente. A renovação e o fortalecimento do Conselho de Segurança, com a presença de países em desenvolvimento entre os membros permanentes, é fundamental para que a diplomacia prevaleça sobre a força. Mas a reforma da ONU não se esgota aí. É essencial adequar os mecanismos existentes às necessidades geradas pela reconstrução de países recém-saídos de conflitos e a prevenção de crises. Acreditamos que o revigoramento do ECOSOC, com ajustes em seu funcionamento, poderá contribuir para uma ação mais efetiva da comunidade internacional, em casos como o do Timor Leste, Serra Leoa, Guiné Bissau, ou, para ficarmos em nossa região, do Haiti.

Vejo o mundo com o olhar brasileiro, sul-americano, latino-americano, de quem quer ser cidadão de seu tempo e de seu lugar, para poder ser plenamente cidadão do mundo. Porque sei, de saber e de sentir, a importância decisiva da identidade e do sentimento de pertencer.

Por isso enfatizo a urgência de buscarmos a melhor coordenação entre nós que compartilhamos valores e história de importância inestimável. Por isso confio na nossa capacidade de desenvolver uma visão própria dos nossos problemas e das questões mundiais.

Convido-os, uma vez mais, a aproveitar esta oportunidade para aprofundar o diálogo, a informação e o entendimento.

Declaro aberta a XVIII Cúpula do Grupo do Rio.

XVIII CÚPULA DO GRUPO DO RIO

Brinde pronunciado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião de jantar oferecido aos Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2004

Senhores Presidentes, Caros amigos,

Gostaria de repetir que Marisa e eu temos enorme prazer em recebê-los no Rio de Janeiro para a XVIII Cúpula do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política do Grupo do Rio.

Como já disse na abertura dos nossos trabalhos, o formato dos encontros do Grupo do Rio presta-se ao diálogo franco, à aproximação das posições dos nossos governos e à construção conjunta de uma visão regional própria dos problemas e desafios que vivemos ou testemunhamos.

A participação de nossos convidados especiais e as contribuições recebidas do Parlatino e do Grupo de Especialistas de Alto Nível que havíamos convocado enriquecem nossa agenda.

Coincido plenamente com as recomendações do trabalho coordenado pelo Parlatino sobre a importância do intercâmbio entre os Poderes Legislativos dos nossos países para o avanço dos ideais de integração que perseguimos. No caso do Brasil, o propósito de integração latino-mericana está inscrito na própria constituição, como sabem, abrindo-se aqui uma oportunidade concreta de colaboração entre os parlamentos.

Subscrevo, com igual entusiasmo, a proposta do relatório do Grupo de Especialistas apresentado pelo Dr. Antonio Ocampo, no sentido de se dar um crescente conteúdo político e social ao nosso

regionalismo, procurando criar ao mesmo tempo mecanismos efetivos de instrumentação para os acordos em que o pactuamos. Já estamos trabalhando nesse sentido, na América do Sul, com a idéia de constituir uma Comunidade Sul-americana de Nações.

A concretização das possibilidades que a integração oferece servirá para multiplicar nossos esforços nacionais, e nos permitirá crescer juntos.

O desenvolvimento com inclusão social é o único caminho que nos permitirá resgatar dívidas históricas com nossos povos e seguir fortalecendo a democracia na região.

O diálogo constante e enriquecedor que mantemos no Grupo do Rio resulta particularmente útil para a consecução de nossos objetivos de fortalecimento pela união. Celebro portanto este encontro de idéias e de amigos. E convido a todos a um brinde por dias sempre melhores para nossos povos e a intensificação permanente das produtivas e fraternais relações que nos unem.

Muito obrigado.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA AOS PARTICIPANTES DA XVIII CÚPULA DO GRUPO DO RIO

É um prazer saudar os participantes da XVIII Cúpula dos países membros do Grupo do Rio.

Atribuímos grande valor ao diálogo que se está gradualmente aprofundando entre a Rússia e esse prestigioso bloco de integração. Acreditamos que a Declaração de Moscou, aprovada no encontro entre os Ministros de Relações Exteriores da Rússia e da Troica do Grupo do Rio realizado em Moscou, em abril de 2003, estabeleceu uma boa base para a promoção qualitativa da interação multifacetada entre nossos países, bem como para o desenvolvimento da cooperação, tanto no formato bilateral como multilateral.

Bem sabemos que os países membros da sua associação são firmes partidários do direito internacional e se manifestam pela busca de mecanismos coletivos para garantir estabilidade e segurança. Na Rússia, estamos igualmente convencidos de que as ameaças e os desafios globais, como o terrorismo internacional, o subdesenvolvimento econômico, a fome e a pobreza, só podem ser enfrentados por meio dos esforços comuns de todos os membros da comunidade internacional.

Gostaria de confirmar a disposição da Rússia de cooperar estreitamente com os países do Grupo do Rio no interesse do progresso sócio-econômico no século XXI, da construção de uma estrutura de segurança internacional que seja apropriada para todos os países do mundo.

Desejo-lhes êxito em seu trabalho para o bem de seus países e povos, bem como para a consolidação dos mecanismos de integração do Grupo do Rio.

V. PUTIN

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA LÍBIA, MUAMMAR AL KHADDAFI, AO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DA XVIII CÚPULA DO GRUPO DO RIO

Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva,
Presidente da República Federativa do Brasil

Dirijo-me a Vossa Excelência com a melhor das saudações e os mais sinceros desejos de sucesso para vossa Cúpula, que seja esta mais um importante elemento na construção do Continente Latino.

Vossa Reunião é de extrema importância e afirma a vontade dos líderes da América Latina em completar a construção do espaço latino-americano e unir todos os fatores e as grandes potencialidades do continente a serviço de todos e para o bem e o avanço dos povos do mesmo, em um mundo onde não há mais espaço para governos e países isoladamente.

A Cúpula do Rio estuda fazer instituições de cooperação e de integração, realizar o crescimento a serviço da paz, a participação ativa nos assuntos internacionais e o aprofundamento do entendimento. Tudo isso são as bases que afirmam que o Espaço Latino-americano está completando sua construção e estrutura e terá um papel muito importante, por tudo que a América Latina representa e pelos fatores de unificação, num mundo que se faz em base de Espaços Gigantescos.

Os Africanos completam também a construção de um Espaço Africano e a realização da Grande União Africana, sendo que suas instituições desde já começaram a trabalhar e desempenhar suas funções. Essas rumam ao encontro estratégico e a integração essencial entre os Espaços Africano e Latino-americano, buscando a realização da

integração e da cooperação entre os dois, um convite contínuo que teve boa ressonância de vossa parte desde que o fizemos, sendo que hoje o reafirmamos.

Com minha alta estima e consideração

Cel. Muammar Al Khaddafi
Líder da Grande Revolução de 1° de Setembro
Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia

Trípoli, 4 de Novembro de 2004.

XVIII CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DO GRUPO DO RIO

Rio de Janeiro, 4 e 5 de novembro de 2004

RELATÓRIO

Realizou-se no Rio de Janeiro, em 4 e 5 de novembro de 2004, a XVIII Reunião de Cúpula do Grupo do Rio, a qual foi precedida pela XXIV Reunião de Chanceleres (3 e 4 de novembro) e por reunião de Coordenadores Nacionais do Mecanismo (2 e 3 de novembro).

2. Participaram da XVIII Cúpula os Presidentes da Bolívia, Carlos D. Mesa Gisbert; Chile, Ricardo Lagos; Colômbia, Álvaro Uribe Vélez; Costa Rica, Abel Pacheco de la Espriella; México, Vicente Fox Quesada; Paraguai, Nicanor Duarte Frutos; Peru, Alejandro Toledo; Uruguai, Jorge Batlle Ibáñez; República Dominicana, Leonel Fernández Reyna; e Venezuela, Hugo Chávez Frías.

3. Estiveram representados por seus Vice-Presidentes El Salvador (Ana Vilma de Escobar), Guatemala, (Eduardo Stein Barillas) e Panamá (Samuel Lewis Navarro). Argentina, Equador, Guiana, Honduras e Nicarágua se fizeram representar por seus Chanceleres, respectivamente Rafael Bielsa, Patricio Zuquilanda Duque, Samuel Rudolph Insanally, Leonidas Rosa Bautista e Norman Caldera Cardenal.

4. Na sessão de abertura, discursaram o Presidente Alejandro Toledo, do Peru, país que presidiu a Troica do Grupo do Rio em 2003, e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Presidente Toledo destacou o papel da democracia como fundamento central do Grupo do Rio e a importância do crescimento econômico e do combate à corrupção como elementos geradores de inclusão social. O Presidente do Brasil falou, entre outros assuntos, sobre a crescente consciência de que os problemas enfrentados pelos países do Grupo são maiores e

mais complexos do que a capacidade de cada país de equacioná-los individualmente, o que demanda, cada vez mais, diálogo, cooperação e ação conjunta entre os Estados membros.

5. Integraram a agenda da XVIII Cúpula os seguintes itens: multilateralismo e cooperação internacional; Encontro de Líderes Mundiais para a Ação Contra a Fome e a Pobreza e o cumprimento das Metas do Milênio; cooperação internacional com o Haiti; mecanismos financeiros inovadores; relatório do Parlamento Latino-Americano sobre o desenvolvimento e consolidação de instâncias de cooperação permanente entre os partidos políticos e organizações políticas dos países membros; e relatório do Grupo de Reflexão de Alto Nível do Grupo do Rio sobre os efeitos da globalização nos países membros.

6. Ao abrir o debate, o Presidente da República propôs uma reflexão sobre o papel do Grupo do Rio na atualidade, notando que o Mecanismo tem a ganhar em ater-se a seu propósito original de fortalecimento da concertação política na região.

7. Iniciados os trabalhos, o Presidente do Chile, Ricardo Lagos, opinou ser conveniente a articulação de posições comuns do Mecanismo em Genebra, com vistas a fazer avançar as negociações comerciais, a exemplo do sucesso obtido nesse âmbito pelo G-20. Com relação à situação no Haiti, propôs que o Grupo do Rio exerça pressão para a mobilização completa de contingentes da MINUSTAH, pela concretização das doações anunciadas em Washington, e pela definição de mandato mais inclusivo para a Missão, de forma a contemplar o apoio à reconciliação política e reconstrução econômica do País. Afirmando ser fundamental a coordenação entre o G-Rio e a CARICOM para a solução política da situação haitiana, afirmou que o próximo Governo daquele país deverá ter suficiente representatividade para favorecer soluções duradouras.

8. O Presidente Abel Pacheco, da Costa Rica, discorreu sobre a justiça social como fundamento da estabilidade política. Destacou a

importância do combate à corrupção, que qualificou como "a mãe de todas as pobrezas", e sugeriu a criação de uma instância internacional de sanção às empresas transnacionais corruptoras. Referiu-se ao Haiti como "campo experimental" propício para a demonstração da capacidade de atuação conjunta do Grupo do Rio. Também sobre a questão do Haiti, opinou o Presidente do Uruguai, Jorge Batlle, que a situação política no país deverá debilitar-se caso a população local venha a perceber a presença da MINUSTAH como irrelevante do ponto de vista de seu bem-estar mais imediato.

9. O Presidente Leonel Fernández, da República Dominicana, atribuiu a atual situação do país vizinho, que descreveu como "completamente inviável", ao preço cobrado pelas potências coloniais para conceder ao Haiti sua independência. Afirmou que a permanência de tropas no país com o mero propósito de manutenção da ordem não será bem sucedida e afirmou ser preciso definir claramente o objetivo estratégico da presença da MINUSTAH no país.

10. O Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, falou sobre a importância do fortalecimento da integração entre a América do Sul e a América Central, destacando a intenção de seu país de associação ao Plano Puebla-Panamá e saudando a iniciativa da adesão do Panamá ao G-3 (Colômbia, Venezuela e México). Afirmou ser necessária a flexibilização, por parte das instituições financeiras internacionais, dos critérios de contabilização dos investimentos públicos aplicados aos países do Grupo do Rio e ofereceu o apoio da Colômbia ao Haiti na área de saneamento básico.

11. O Presidente Vicente Fox, do México, opinou que o Grupo do Rio deveria definir, de forma ordenada, as atividades de cooperação em favor do Haiti, sendo importante a assignação de responsabilidades entre os diferentes países. O Presidente Hugo Chávez lembrou que a Venezuela não reconhece o Governo provisório haitiano.

12. Observou que, de forma a evitar a reprodução, na região, de modelos exógenos de intervenção, o Grupo do Rio deve promover solução própria para os problemas do Haiti. Sugeriu que, havendo sido "dissolvida" a República naquele país, faz-se necessária a convocação de uma Assembléia Constituinte, através da qual o próprio povo haitiano definiria seu destino político. Afirmou estar a Venezuela disposta a cooperar com o Haiti por meio do envio de pessoal civil.

13. O Presidente paraguaio, Nicanor Duarte, saudou a atitude de liderança do Brasil e de outros países em relação à busca de solução para o caso do Haiti, a qual não se resume, segundo afirmou, à questão de ordem pública, sendo preciso construir as bases que permitam a legitimação do exercício do poder no país.

14. O Vice-Presidente do Panamá, Samuel Lewis Navarro, ofereceu a cooperação de se país ao Haiti na área eleitoral, ressaltando acreditar que o mais importante seria a disposição do povo haitiano de construir seu próprio destino. Ao manifestar solidariedade para com o Haiti, a Vice-Presidente de El Salvador, Ana Vilma de Escobar, lembrou que seu país tembém viveu a experiência de reconstrução por meio de ajuda externa.

15. O Presidente da Bolívia discorreu sobre a reforma das estruturas do ECOSOC e do Conselho de Segurança como condição essencial para a obtenção de um multilateralismo eficiente. Carlos Mesa falou sobre a importância do apoio das instituições financeiras internacionais ao combate à pobreza e a necessidade de promoção de diálogo entre o Grupo do Rio e o FMI. Sobre o Haiti, notou ser preciso recuperar no plano imediato condições mínimas de convivência, para o quê, segundo assinalou, a CARICOM pode e deve ser um apoio importante para o Grupo do Rio.

16. O Vice-presidente da Guatemala, Eduardo Stein Barillas, lembrou haverem os países da América Central se beneficiado da cooperação internacional para recuperar-se de crises. Defendeu o

desenvolvimento de plano estratégico para o Haiti, cujo êxito dependeria de contribuição decisiva do Grupo do Rio. Na mesma linha, o Chanceler da Nicarágua, Norman Caldera, fez referência ao auxílio prestado pelos Grupos de Contadora e de Apoio ao seu país e defendeu a ação do Grupo do Rio no Haiti, por meio de mecanismo a ser coordenado pela Troica em coordenação com a CARICOM. O Ministro das Relações Exteriores de Honduras, Leonidas Rosa Bautista, destacou a importância da iniciativa brasileira na área de combate à fome e à pobreza e sugeriu que a solução para o Haiti deve ser promovida no âmbito das Nações Unidas sob a condução do Grupo do Rio.

17. O Chanceler da Argentina, Rafael Bielsa, opinou que a atuação do Grupo naquele país deveria dar-se em coordenação com a OEA. Compartilhou a opinião do Presidente do Chile em relação à necessidade de melhor definição do mandato da MINUSTAH. O Embaixador Samuel Rudolph Insanally, Chanceler da Guiana, enfatizou a importância, para os países do Caribe, do predomínio do "rule of law" no Haiti. Manifestou o apoio da Guiana à plena e pronta mobilização da MINUSTAH e opinou ser necessário o envolvimento do ex-Presidente Aristide na solução do problema político do país.

18. O Presidente Alejandro Toledo fez referência à questão dos mecanismos financeiros inovadores. A exemplo do Presidente da Bolívia, observou que a região vem sendo discriminada pelas instituições financeiras internacionais e sugeriu que a Troica ampliada deva reunir-se com os presidentes do Banco Mundial, do FMI, do BID e da CAF para corrigir esse desequilíbrio. O Chanceler do Equador, Patricio Zuquilanda, agradeceu a aprovação de comunicado conjunto dos Presidentes sobre a situação em seu país.

19. O Presidente do Brasil convidou o Presidente da Corporação Andina de Fomento, Enrique García, a usar a palavra no âmbito do item da agenda relativo aos mecanismos financeiros inovadores. O Presidente da CAF notou que os bons resultados alcançados pelas

economias da região em 2004 não autorizam otimismo quanto à sustentação de quadro de recuperação. Afirmou ser necessário trabalhar simultaneamente, nesse contexto, em favor da estabilidade, da eficiência e da eqüidade. Mencionou, etnre as principais limitações das economias dos Estados membros, a baixa capacidade de investir internamente, os limites à capacidade de investimento impostos pelos programas com o FMI, e a carência de iniciativas de incentivo aos investimentos.

20. No contexto do mesmo item, o Secretário-Executivo da CEPAL, José Luis Machinea, fez exposição em termos análogos, opinando ser ainda incerta a sustentação do desenvolvimento. Observou que uma eventual redução de 5% nos níveis de desigualdade poderia garantir, por si só, notável estímulo à redução da pobreza. Falou ainda sobre a importância da participação cidadã na formulação de soluções para as economias dos países do Grupo, entre as quais mencionou a geração de empregos de qualidade, estratégias comuns de desenvolvimento e redução da volatilidade financeira.

21. Sob o item IV da agenda, o Subsecretário-Geral Adjunto para Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento das Nações Unidas, José Antonio Ocampo, apresentou relatório do Grupo de Especialistas de Alto Nível convocado pela Secrtaria Pro Tempore brasileira, em cumprimento de mandato da Declaração de Cusco, para examinar os efeitos da globalização nos países membros. Os Presidentes consideraram que as propostas contidas no relatório constituíram aporte valioso para os tarbalhos da Cúpula.

22. Sob o item V, o Deputado Ney Lopes, Presidente do Parlamento Latino-Americano, fez apresentação aos Chefes de Estado e de Governo sobre o trabalho do Parlatino para o desenvolvimento e consolidação de instâncias de cooperação permanente entre os partidos políticos e organizações políticas dos países membros. O estudo do Parlatino destaca, em suas conclusões, a necessidade de maior coordenação e aproximação dos Poderes Legislativos para a efetiva

integração entre os países membros. Os Presidentes solicitaram ao Parlamento Latino-Americano que, em coordenação com a Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio, continue a desenvolver as recomendações formuladas.

23. Consolidando as opiniões manifestadas nas diferentes intervenções, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinalou os principais pontos de convergência do debate, entre os quais destacou a necessidade de maior coordenação entre os países do Grupo e de atuação conjunta em benefício do Haiti. A respeito, informou sobre a realização, pelo Professor Marco Aurélio Gracia, seu Assessor Especial para Assuntos Internacionais, de missão ao Haiti, bem como do envio de emissário especial que deverá estabelecer contato com o ex-Presidente Aristide.

24. Afirmou o Presidente Lula que a fórmula para a solução dos problemas enfrentados por aquele país depende da combinação de acordo político interno com cooperação internacional baseada em forte apoio financeiro. Para aplicá-la, segundo afirmou, o Grupo do Rio deve estar disposto a trabalhar unido e em coordenação com a Comunidade do Caribe. Acrescentou nunca haver existido a intenção decidir o que quer que seja pelo povo haitiano.

25. O Presidente do Brasil observou que a atuação do Grupo do Rio em relação ao caso do Haiti torna ainda mais oportuno o exercício de reflexão que propôs, ao início dos trabalhos, sobre o papel a ser desempenhado pelo Mecanismo, cuja vocação natural, essencialmente política, é a solução de crises regionais.

26. Nesse contexto, sugeriu que as próximas reuniões presidenciais devam ter agenda ainda mais concisa do que a da XVIII Cúpula, sendo conveniente a escolha de um, ou no máximo dois, temas para debate, a remessa prévia de contribuições pelos participantes de forma a facilitar a coordenação dos trabalhos, e o acompanhamento das iniciativas adotadas. A respeito, propôs dois temas possíveis para a XIX Cúpula (a ter lugar em Buenos Aires, em 2005), a saber, a formação

de grande empresa petrolífera sul-americana e a discussão em profundidade da questão energética na região.

27. O Presidente Lula manifestou satisfação diante do oferecimento da Guiana para sediar a XX Reunião de Presidentes do Mecanismo, em 2006, notando que essa será a primeira vez que um dos países da CARICOM assume a Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio.

28. O conjunto dos acordos alcançados durante a Cúpula foi consignado na Declaração do Rio de Janeiro, cujo teor se encontra reproduzida a seguir. Foram aprovados seis comunicados presidenciais conjuntos (sobre as Ilhas Malvinas, o combate ao terrorismo, a democracia na Bolívia e as situações na Nicarágua, na Costa Rica e no Equador), igualmente em anexo.

Rio de Janeiro, 5 e 6 de novembro de 2004.

DECLARAÇÃO
DO RIO DE JANEIRO

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
APROVADA EM 5 DE NOVEMBRO DE 2004

Nesta cidade do Rio de Janeiro realizou-se, há dez anos, a VIII Cúpula Anual do Grupo do Rio. A prática do diálogo e da concertação a que nos propuséramos tem contribuído para reafirmar os princípios fundamentais comuns, como o fortalecimento da democracia, o respeito ao Estado de Direito, a promoção e proteção dos direitos humanos, bem como o avanço das iniciativas para a integração em nossa região, a ampliação do comércio e a valorização das raízes culturais comuns. Nosso diálogo tem-se reforçado, ao mesmo tempo, mediante a identificação dos interesses compartilhados e a busca de soluções próprias para os desafios que enfrenta a nossa região, em especial no que se refere ao combate à pobreza e à corrupção .

2. Reafirmamos que somente o tratamento multilateral dos problemas globais e das ameaças à paz e à segurança internacionais e o pleno respeito ao Direito Internacional nos permitirão, dentro de um novo espírito de cooperação internacional, alcançar a paz e o desenvolvimento com inclusão social. Do mesmo modo, reconhecemos a necessidade urgente de fortalecer o multilateralismo para a solução e o tratamento efetivo dos temas da agenda global.

3. As novas realidades internacionais exigem com urgência o fortalecimento e a reforma integral das Nações Unidas, particularmente para que a Assembléia-Geral, o Conselho de Segurança e o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), reestruturados, mais eficientes, democráticos, representativos e transparentes, possam prevenir o surgimento de situações que afetem a paz e coordenar a cooperação internacional essencial para a consecução dos objetivos acima mencionados.

4. A consolidação da ordem institucional democrática e a governabilidade democrática requerem um crescimento com aumento dos investimentos para maior eqüidade e bem estar social. Aprofunda-se entre nós a convicção de que o esforço de cada um, para que possa ter êxito, requer a solidariedade de todos.

5. Com espírito de responsabilidade solidária ratificamos nosso compromisso com as Metas do Milênio, a Declaração de Monterrey para o Financiamento ao Desenvolvimento e o Plano de Implementação de Johanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável. Foi com essa mesma resolução de promover o desenvolvimento e de estimular simultaneamente a cooperação internacional que, no dia 20 de setembro último, reunimo-nos à margem da Assembléia-Geral das Nações Unidas para juntarmos nossos melhores esforços na Ação contra a Fome e a Pobreza. Esse mesmo espírito nos guiará na IV Cúpula das Américas, na Argentina.

6. Para que os países da região possam enfrentar efetivamente o desafio de alcançar um desenvolvimento econômico e social sustentável, reiteramos a importância de que sejam levadas em conta as necessidades especiais das economias pequenas e vulneráveis.

7. Reiteramos que os países latino-americanos e do Caribe de renda média necessitam, de maneira complementar aos esforços nacionais, cooperação e Assistência Oficial ao Desenvolvimento para atingir melhores graus de governabilidade, diminuir as disparidades internas, alcançar as Metas do Milênio e superar a pobreza.

8. A paz e a reconstrução da economia e da sociedade no Haiti são um desafio para os haitianos e para nossos países. Com espírito de solidariedade, comprometemo-nos a contribuir decididamente, como vizinhos e irmãos, para a estabilização política e reconciliação da sociedade haitiana. Ademais, a situação desse país irmão tem sido agravada por sucessivas catástrofes naturais. Esse esforço de cooperação é um compromisso de curto, médio e longo prazo.

9. Para lograr a solução duradoura para a crise que o Haiti uma vez mais atravessa, torna-se necessário criar as bases que permitam à sociedade haitiana construir instituições democráticas, sólidas e eficientes, bem como avançar no desenvolvimento econômico com justiça social.

10. A crise haitiana é de tal magnitude e complexidade que se tem convertido em preocupação prioritária para o Grupo do Rio. O processo de sua solução é responsabilidade compartilhada que exige: a) que se complete pronta e plenamente a mobilização de todos os efetivos da MINUSTAH, incluídos os contingentes militares e a missão civil; b) que se concretizem a tempo os generosos oferecimentos feitos na Conferência de Países Doadores em Washington; c) que os organismos internacionais, em particular as agências das Nações Unidas e a OEA, redobrem seus esforços para que a cooperação internacional com o Haiti possa materializar-se com urgência e eficiência; d) que o povo e todas as forças políticas do Haiti contribuam para construir a paz em um sistema democrático pleno e inclusivo.

11. O Grupo do Rio exercerá ação conjunta nas Nações Unidas, com o devido sentido de urgência, para que se completem os contingentes necessários à atuação eficiente da MINUSTAH, bem como para que a nova resolução sobre o Haiti, a ser adotada, defina claramente o mandato da Missão, de modo a contemplar adequadamente a necessidade de reconciliação política e reconstrução econômica. Nesse sentido, o Grupo do Rio reafirma sua convicção de que deve assegurar-se ao povo do Haiti a possibilidade de definir, por seus próprios meios, e de acordo com a sua própria vontade popular, o seu futuro político.

12. O Grupo do Rio empreenderá gestões junto ao Banco Mundial, ao Fundo Monetário Internacional, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e aos países doadores com vistas à pronta liberação dos recursos comprometidos para a estabilização do Haiti.

13. Nesse sentido, instruímos nossos Chanceleres a organizarem uma comissão composta, entre outros, pelos países da Troica e pelos países da região que atualmente integram o Conselho de Segurança das Nações Unidas, para convocar seminário que se deverá realizar antes do dia 20 de novembro corrente. O seminário deverá analisar em profundidade a situação no Haiti e assignar, aos países interessados, tarefas de cooperação com aquele país nos campos político, econômico e social.

14. Levando em conta a vacância do cargo de Secretério-Geral da Organização dos Estados Americanos os países do Grupo do Rio acordamos iniciar o processo de consultas para eleger, o quanto antes, o novo Secretário-Geral.

15. Aprofundamos no Rio de Janeiro o diálogo sobre a adoção de mecanismos financeiros inovadores compatíveis com as condições específicas de política econômica e fiscal de nossos países. Seu objetivo é o de ampliar e potencializar investimentos públicos que produzam rendimentos econômicos e sociais e dar maior racionalidade econômica à captação e emprego dos recursos, com previsíveis efeitos multiplicadores sobre nossas economias e as de nossos sócios extra-regionais, em termos de oportunidades de investimento e de comércio. Nesse sentido, acordamos continuar promovendo essas iniciativas por meio de nossas autoridades nacionais competentes.

16. Solicitamos ao Fundo Monetário Internacional dar um tratamento mais flexível à contabilização do gasto com investimento, com o fim de ter mais espaço fiscal para o gasto social, projetos e programas no combate à fome. Para tanto, comprometemo-nos a definir e cumprir metas sociais de curto e médio prazo, no âmbito de uma adequada progressividade tributária, garantindo austeridade e transparência nos gastos. Convidamos os representantes da região no Fundo Monetário Internacional a reunir-se na Colômbia antes do fim do ano para definir uma posição conjunta. Da mesma forma,

acordamos que um grupo de Presidentes, a ser coordenado pela próxima Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio, deverá buscar contato com as direções do Fundo, do Banco Mundial, do BID e da CAF com tais objetivos.

17. Reafirmamos nesta XVIII Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio a certeza de que as iniciativas de integração em nossa região fortalecem a perspectiva de crescermos juntos, de forma sustentada, e de nos beneficiarmos desse crescimento, ao mesmo tempo em que nos preparamos para participar da economia mundializada. Ressaltamos, a propósito, a conclusão dos Acordos de Livre Comércio entre o Mercosul e países da Comunidade Andina, entre o México e os países centro-americanos, e entre a República Dominicana e a América Central. Do mesmo modo, ressaltamos as conversações com vistas aos acordos bilaterais de livre comércio entre o Chile e o Equador, entre o Panamá e a América Central, entre o Chile e a América Central, entre o Chile e o Peru e ao acordo de associação entre o Chile e o México, bem como entre o Mercosul e o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), entre o Mercosul e o México, entre a Comunidade Andina e o México e entre o Panamá e o G-3 (Colômbia, México e Venezuela).

18. Acolhemos com satisfação o trabalho do Parlamento Latino-Americano para o desenvolvimento e consolidação de instâncias de cooperação permanente entre os partidos políticos e organizações políticas dos países membros. Agradecemos ao Parlatino o estudo intitulado "Democracia, Governabilidade e Partidos Políticos na América Latina", o qual destaca, em suas conclusões, a necessidade de maior coordenação e aproximação dos Poderes Legislativos para a efetiva integração entre os países membros. Solicitamos ao Parlamento Latino-Americano que, em coordenação com a Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio, continue a desenvolver as recomendações formuladas.

19. Agradecemos o relatório do Grupo de Especialistas de Alto Nível convocado pela Cúpula de Cusco para examinar os efeitos da

globalização nos países membros. As propostas nele contidas constituíram aporte valioso para nosso diálogo.

20. Agradecemos ao Governo da Argentina o generoso oferecimento para sediar a XIX Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio em 2005.

21. Agradecemos e aceitamos o oferecimento do Governo da República Cooperativista da Guiana para sediar, em 2006, a XX Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio. Manifestamos especial satisfação em que, pela primeira vez, um país da Comunidade do Caribe assuma a Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio.

22. Os Chefes de Estado e de Governo expressamos nossas felicitações ao Governo da República Federativa do Brasil pela excelente organização desta reunião de cúpula e ao povo brasileiro pela cálida hospitalidade recebida nesta cidade que sediou a primeira reunião do Grupo do Rio.

DECLARACIÓN DE RÍO DE JANEIRO
ADOPTADA EL 5 DE NOVIEMBRE DEL 2004

En esta ciudad de Río de Janeiro se realizó, hace diez años, la VIII Cumbre Anual del Grupo de Río. La práctica del diálogo y de la concertación que nos propusiéramos ha contribuido a reafirmar los principios fundamentales comunes, como el fortalecimiento de la democracia, el respeto al Estado de Derecho, la promoción y protección de los derechos humanos, así como el avance de las iniciativas para la integración en nuestra región, la ampliación del comercio, y la valoración de las raíces culturales comunes. Nuestro diálogo se ha reforzado, al mismo tiempo, por medio de la identificación de los intereses compartidos y la búsqueda de soluciones propias para los desafíos que enfrenta nuestra región, en especial en lo que se refiere al combate a la pobreza y a la corrupción.

2. Reafirmamos que solamente el tratamiento multilateral de los problemas globales y de las amenazas a la paz y a la seguridad internacionales y el pleno respeto al Derecho Internacional nos permitirán, dentro de un nuevo espíritu de cooperación internacional, alcanzar la paz y el desarrollo con inclusión social. De igual manera, reconocemos la urgente necesidad de fortalecer el multilateralismo para la solución y tratamiento efectivo de los temas de la agenda global.

3. Las nuevas realidades internacionales exigen con urgencia el fortalecimiento y la reforma integral de las Naciones Unidas, particularmente para que la Asamblea General, el Consejo de Seguridad y el Consejo Económico y Social, reestructurados, más eficientes, democráticos, representativos y transparentes, puedan prevenir el surgimiento de situaciones que afecten la paz y coordinar la cooperación internacional esencial para la consecución de los objetivos arriba mencionados.

4. La consolidación del orden institucional democrático y la gobernabilidad democrática requieren de un crecimiento con mayor equidad y bienestar social. Se profundiza entre nosotros la convicción de que el esfuerzo de cada uno, para que pueda tener éxito, requiere la solidaridad de todos.

5. Con espíritu de responsabilidad solidaria, ratificamos nuestro compromiso con las Metas del Milenio, la Declaración de Monterrey para el Financiamiento al Desarrollo y el Plan de Implementación de Johanesburgo sobre Desarrollo Sostenible. Fue con esa misma resolución de promover el desarrollo y de impulsar simultáneamente la cooperación internacional que, el día 20 de septiembre último, nos reunimos al margen de la Asamblea General de las Naciones Unidas para unir nuestros mejores esfuerzos en la Acción contra el Hambre y la Pobreza. Ese mismo espíritu nos guiará en la IV Cumbre de las Américas en Argentina.

6. Para que los países de la región puedan enfrentar efectivamente el desafío de alcanzar un desarrollo económico y social sostenido, reiteramos la importancia de que sean llevadas en cuenta las necesidades especiales de las economías pequeñas y vulnerables.

7. Reiteramos que los países latino-americanos y del Caribe de renta media, de manera complementaria a los esfuerzos nacionales, requieren de la cooperación y la Asistencia Oficial al Desarrollo para alcanzar mejores grados de gobernabilidad, disminuir las disparidades internas, alcanzar las Metas del Milenio y superar la pobreza.

8. La paz y la reconstrucción de la economía y de la sociedad en Haití son un desafío para los haitianos y para nuestros países. Con espíritu de solidaridad, nos comprometemos a contribuir decididamente, como vecinos y hermanos, a la estabilización política y reconciliación de la sociedad haitiana. Además, la situación de ese país hermano ha sido agravada por sucesivas catástrofes naturales. Este esfuerzo de cooperación es un compromiso de corto, mediano y largo plazo.

9. Para lograr la solución duradera de la crisis que Haití una vez más atraviesa, se hace necesario crear las bases que le permitan a la sociedad haitiana construir instituciones democráticas, sólidas y eficientes, así como avanzar en el desarrollo económico con justicia social.

10. La crisis haitiana es de tal magnitud y complejidad que se ha convertido en una preocupación prioritaria para el Grupo de Río. Su proceso de solución es una responsabilidad compartida que demanda: a) se complete, pronta y plenamente, el despliegue de todos los elementos de MINUSTAH, incluidos los contingentes militares y la misión civil; b) se concreten a tiempo los generosos ofrecimientos hechos en la Conferencia de Países Donantes en Washington; c) los organismos internacionales, en particular las agencias de Naciones Unidas y la OEA, redoblen sus esfuerzos para que la cooperación internacional con Haití se pueda materializar con urgencia y eficiencia; y d) el pueblo y todas las fuerzas políticas de Haití contribuyan a construir la paz en un sistema democrático pleno e inclusivo.

11. El Grupo de Río ejercerá acción conjunta en Naciones Unidas, con el debido sentido de urgencia, para que se completen los contingentes necesarios a la actuación eficiente de MINUSTAH, así como para que la nueva resolución sobre Haití, a ser adoptada, defina claramente el mandato de la Misión, de modo a contemplar adecuadamente la necesidad de reconciliación política y reconstrucción económica. En ese sentido, el Grupo de Río reafirma su convicción de que debe asegurarse al pueblo de Haití la posibilidad de definir, por sus propios medios, y de acuerdo a su propia voluntad popular, su futuro político.

12. El Grupo de Río gestionará ante el Banco Mundial, el Fondo Monetario Internacional, el Banco Interamericano de Desarrollo y los países donantes en pro de la pronta liberación de los recursos comprometidos para la estabilización de Haití.

13. En ese sentido, instruímos nuestros Cancilleres a organizar una comisión compuesta, entre otros, por los países de la Troica y por los países de la región que actualmente integran el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas, para convocar seminário que deberá realizarse antes del día 20 de noviembre corriente. El seminário deberá analisar en profundidad la situación en Haití y asignar, a los países interesados, tareas de cooperación con aquel país en los campos político, económico y social.

14. Habida cuenta de la vacancia del cargo de Secretario-General de la OEA, los países del Grupo de Río acordamos iniciar el proceso de consultas para elegir, cuanto antes, al nuevo Secretario-General.

15. Profundizamos en Río de Janeiro el diálogo sobre la adopción de mecanismos financieros innovadores compatibles con las condiciones específicas de política económica y fiscal de nuestros países. Su objetivo es ampliar y potenciar inversiones públicas que produzcan rendimientos económicos y sociales y dar mayor racionalidad económica a la captación y empleo de los recursos, con previsibles efectos multiplicadores sobre nuestras economías y las de nuestros socios extraregionales, en términos de oportunidades de inversión y de comercio. En ese sentido, acordamos continuar impulsando esta iniciativa a través de nuestras autoridades nacionales competentes.

16. Solicitamos al Fondo Monetario Internacional dar un tratamiento más flexible a la contabilización del gasto en inversión con el fin de tener más espacio fiscal para el gasto social, proyectos y programas en la lucha contra el hambre. Para ello, nos comprometemos a definir y cumplir metas sociales de corto y mediano plazo, en el marco de una aceptable progresividad tributaria y garantizando austeridad y transparencia en los gastos. Invitamos a los representantes de la región ante el Fondo Monetario Internacional a reunirse en Colombia antes de finalizar el año para definir una posición conjunta. Asimismo, acordamos que un grupo de Presidentes, a ser coordinado

por la próxima Secretaría Pro Tempore del Grupo de Río, deberá buscar contacto con las direcciones del Fondo, del Banco Mundial, del BID y de la CAF con tales objetivos.

17. Reafirmamos en esta XVIII Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno del Grupo de Río la seguridad de que las iniciativas de integración en nuestra región fortalecen la perspectiva de crecer juntos, de forma sostenida, y de beneficiarnos de ese crecimiento, al mismo tiempo en que nos preparamos para participar en la economía mundializada. Resaltamos, al respecto, la conclusión de los Acuerdos de Libre Comercio entre el Mercosur y los países de la Comunidad Andina, entre México y los países centroamericanos y entre República Dominicana y Centroamérica. Asimismo, resaltamos las conversaciones con vistas a los acuerdos bilaterales de libre comercio entre Chile y Ecuador, entre Panamá y Centroamérica, entre Chile y Centroamérica, entre Chile y Perú y al acuerdo de asociación entre Chile y México, así como entre el Mercosur y el Sistema de Integración Centroamericana (SICA), entre el Mercosur y México, entre la Comunidad Andina y México, y entre Panamá y el Grupo de los Tres (Colombia, México y Venezuela).

18. Acogemos con satisfacción el trabajo del Parlamento Latinoamericano para el desarrollo y consolidación de instancias de cooperación permanente entre los partidos políticos y organizaciones políticas de los países miembros. Agradecemos al Parlatino el estudio intitulado "La Democracia, la Gobernabilidad y los Partidos Políticos en América Latina", que destaca, entre sus conclusiones, la necesidad de una mayor coordinación y acercamiento de los Poderes Legislativos para la efectiva integración entre sus países miembros. Solicitamos al Parlamento Latinoamericano que, en coordinación con la Secretaría Pro Tempore del Grupo de Río, continue desarrollando las recomendaciones formuladas.

19. Agradecemos el informe del Grupo de Especialistas de Alto Nivel, convocado por la Cumbre de Cusco para examinar los efectos de la globalización en los países miembros. Las propuestas contenidas en éste constituyeron un aporte valioso para nuestro diálogo

20. Agradecemos al Gobierno de Argentina por su generoso ofrecimiento para ser sede de la XIX Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno del Grupo de Río en el 2005.

21. Agradecemos y acceptamos el ofrecimiento del Gobierno de la República Cooperativista de Guiana para sediar, en el 2006, la XX Reunión de Jefes de Estado y de Gobierno del Grupo de Río. Manifestamos especial satisfacción en que, por primeira vez, un país de la Comunidad del Caribe asuma la Secretaría Pro Tempore del Grupo de Río.

22. Los Jefes de Estado y de Gobierno expresamos nuestra felicitación al Gobierno de la República Federativa del Brasil por la excelente organización de esta reunión cumbre, y al pueblo brasileño por la cálida hospitalidad recibida en esta ciudad que fue sede de la primera reunión de Grupo de Río.

RIO DE JANEIRO DECLARATION
APPROVED ON 5 NOVEMBER, 2004

Ten years ago, the VIII Annual Summit of the Rio Group was held here in this city of Rio de Janeiro. The dialogue and conciliation process to which we committed ourselves has contributed to the reaffirmation of common basic principles, such as the strengthening of democracy, respect for the rule of Law, the promotion and protection of human rights, as well as to the advancement of initiatives towards integration in our region, the expansion of trade and the recognition of the value of our common cultural roots. Moreover, our dialogue then initiated has been further enhanced since then by the identification of mutual interests and the search for our own appropriate solutions to the challenges confronting our region, particularly with regard to the struggle against poverty and corruption.

2. We reiterate that we can only achieve peace and attain development based on social inclusion through a multilateral approach to the global problems and the threats to peace and international security which confront us. And we also reaffirm that such an approach must be undertaken with full respect for International Law, and in a new spirit of international cooperation. Equally, we acknowledge the urgent need to strengthen multilateralism in order to effectively address the themes of the global agenda and to enable their solution.

3. New international realities urgently require the strengthening and integral reform of the United Nations, particularly so that a restructured General Assembly, Security Council and Economic and Social Council (ECOSOC), having been made more efficient, democratic, representative and transparent, may prevent the emergence of situations which can pose a threat to peace and may be able to coordinate the international cooperation essential for the implementation of the objectives referred to in the paragraph above.

4. The consolidation of an institutional democratic order and of democratic governance require growth with increased investments that will promote greater equity and social well being. We share an ever-deeper conviction that the success of our individual efforts requires the solidarity of all our countries.

5. In a spirit of mutual responsibility we ratify our commitment to the Millennium Goals, the Monterrey Declaration for the Financing of Development, and the Johannesburg Plan for Sustainable Development. And it was with an equal determination to promote development and stimulate, simultaneously, international cooperation that, last September 20th, we met in the margins of the United Nations General Assembly to marshal our best efforts in the Action against Hunger and Poverty. This same spirit will be our guide during the IV Summit of the Americas, to be held in Argentina.

6. So that the countries of the region may effectively face the challenge of attaining sustainable social and economic development, we reiterate the importance of taking into account the special needs of small and vulnerable economies.

7. We reaffirm the need for medium income Latin-American and Caribbean countries to receive Official Development Aid, in a manner that is complementary to their national efforts, so that they can achieve better grades of governance, diminish internal disparities, attain the Millenium Goals and overcome poverty.

8. Peace in Haiti and the reconstruction of the Haitian economy and society are a challenge both to the Haitian people and to our nations. In a spirit of solidarity, we commit ourselves to contribute, as fraternal neighbors, to political stabilization and reconciliation within Haitian society. Moreover, we note that the situation in Haiti has been further aggravated by a recent series of successive natural disasters. Thus we commit ourselves to a process of short, mid and long term cooperation.

9. In order to bring about a lasting solution to the crisis that has again beset that nation, it is imperative to lay the foundations on which Haitian society can establish solid and efficient democratic institutions, in addition to fostering economic development with social justice.

10. The Haitian crisis is of such magnitude and complexity that it has become a priority concern for the Rio Group. The process leading to its solution is a shared responsibility which requires: a) immediate and full deployment of all the forces contributing to MINUSTAH, both military and civilian; b) that the generous offers made at the Conference of Donor Countries in Washington be realized in a timely fashion; c) that international bodies, particularly UN agencies and the OAS, redouble their efforts so that international cooperation with Haiti can be effected with urgency and efficiency; d) that the people and all the political forces in Haiti contribute to bringing about peace in a fully inclusive and democratic system.

11. The Rio Group will exert joint action at the United Nations, in an urgent manner, to obtain full deployment of those forces necessary to the efficient action of MINUSTAH, as well as to clearly define the mandate of the Mission in the new resolution to be adopted on Haiti, so as to adequately address the need for political reconciliation and economic reconstruction. In this regard, the Rio Group reaffirms its conviction that the opportunity to define their political future, by their own means and according to the popular will, must be ensured to the people of Haiti.

12. The Rio Group will address the World Bank, the International Monetary Fund, the Inter-American Development Bank and the donor countries with a view to a prompt liberation of funds pledged to the stabilization of Haiti.

13. We have instructed our Chancellors to organize a commission to be integrated, among others, by the Troika countries and by the

countries of the region that are currently in the Security Council of the United Nations, with the aim of organizing a seminar to be held before November 20th. The seminar must analyze in depth the situation in Haiti and assign, to interested countries, cooperation tasks with that country in the political, economic and social fields.

14. Taking into account the vacancy for the post of Secretary General of the Organization of American States, the Rio Group countries have agreed to initiate a consultation process aimed at electing, in the shortest possible time, a new Secretary General.

15. In Rio de Janeiro, we expanded on the discussions concerning the adoption of financial mechanisms consistent with the political, economic and fiscal conditions in our countries. The goal is to increase and pave the way for public investments capable of generating economic and social returns and of providing greater economic rationality to efforts aimed at raising and employing financial resources, leading to attendant multiplier effects on our economies and those of our partners outside the region, both in terms of investment and of trade opportunities. In this sense, we agree to continue to promote these initiatives through competent national authorities.

16. We request from the International Monetary Fund a more flexible treatment of the accounting of investment expenses, in order to allow for more fiscal flexibility when investing in social policies, projects and programs of combat against hunger. Therefore, we commit ourselves to define and to fulfill short and mid term social goals, in the scope of an appropriate progressive tax policy, ensuring fiscal austerity and transparency in expenses. We invite the representatives of the region at the International Monetary Fund to a meeting in Colombia before the end of the year, in order to define a joint position. In the same way, we agree that a group of Presidents, to be co-ordinated by the next "Pro Tempore" Secretariat of the Rio Group, should contact the directors of the IMF, the World Bank, IDB and CAF to fulfill such objectives.

17. In this XVIII Summit of Heads of State and Government of the Rio Group, we reaffirm the certainty that the integration initiatives in our region strengthen the perspective of our economies growing together, on a sustainable basis, and of our countries benefiting from this growth, while we prepare ourselves, simultaneously, to participate in the globalized economy. It is apposite to note in this regard, the conclusion of the Free Trade Agreements between Mercosur and countries of the Andean Community, between Mexico and the Central American countries, and between the Dominican Republic and Central America. It is equally important that we highlight the negotiations concerning bilateral agreements on free trade between Chile and Ecuador, Panama and Central America, Chile and Central America, Chile and Peru and the association agreement between Chile and Mexico, as well as between Mercosur and the Central American System of Integration (SICA), between Mercosur and Mexico, between the Andean Community and Mexico and between Panama and the G-3 (Colombia, Mexico and Venezuela).

18. We receive with satisfaction the work of the Latin American Parliament for the development and consolidation of permanent instances of cooperation between the political parties and organizations of the member states. We appreciate the Parlatino's study "Democracy, Governability and Political Parties in Latin America", which highlights, in its conclusions, the need for closer contact and coordination of Legislative Assembly in order to contribute to effective integration between member states. We request the Latin American Parliament to continue to develop, in coordination with the "Pro Tempore" Secretariat of the Rio Group, the recommendations prescribed.

19. We extend our appreciation for the report of the High Level Group of Experts mandated by the Cusco Summit to examine the effects of globalization on member states. The proposals contained in the report are valuable for our dialogue.

20. We thank the Government of Argentina for its generous offer to host the XIX Summit of Heads of State and Government of the Rio Group in 2005.

21. We thank and accept the offer of the Government of the Cooperative Republic of Guyana to host, in 2006, the XX Meeting of Heads of State and Government of the Rio Group. We are particularly satisfied by the fact that, for the first time, a country of the Caribbean Community will assume the "Pro Tempore" Secretariat of the Rio Group.

22. The Heads of State and Government express our congratulations to the Government of the Federative Republic of Brazil for the excellent organization of this summit and to the Brazilian people for the warm hospitality received in this city that hosted the first meeting of the Rio Group.

XVIII CÚPULA DO GRUPO DO RIO

COMUNICADOS CONJUNTOS

Aprovados em 5 de novembro de 2004

COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO GRUPO DO RIO SOBRE A SITUAÇÃO NA NICARÁGUA

Com relação às ameaças ao desenvolvimento do processo político constitucional e ao legítimo exercício do poder na Nicarágua, reiteramos nosso respaldo aos princípios de respeito à institucionalidade democrática consagrados na Carta Democrática Interamericana. Unimo-nos à resolução da Reunião de Presidentes dos Estados Membros do SICA em apoio ao Governo constitucional do Presidente Enrique Bolaños e ao ordenamento democrático nicaragüense, subscrita em 16 de outubro de 2004 em Manágua, e manifestamos nossa vontade de continuar trabalhando na Organização dos Estados Americanos para acompanhar os acontecimentos nesse país irmão e respaldar a vigência da institucionalidade democrática na Nicarágua, ao mesmo tempo em que fazemos um apelo urgente para que cesse qualquer tentativa de afetar a ordem democrática no País. O Grupo do Rio destaca a importância do combate à corrupção e, nesse sentido, respalda os esforços do Governo da República da Nicarágua para combater esse flagelo.

COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO GRUPO DO RIO SOBRE A SITUAÇÃO NA COSTA RICA

Respaldamos os esforços das autoridades competentes do Governo da República da Costa Rica para investigar, até as últimas conseqüências, e reprimir vigorosamente todo ato de corrupção que tenha sido ou seja detectado no país, sem levar em conta quem possa havê-lo cometido, dando assim exemplo de transparência e do império da lei, base indiscutível da democracia e da preeminência do Estado de Direito.

COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO GRUPO DO RIO SOBRE AS ILHAS MALVINAS

Reafirmamos nosso respaldo aos legítimos direitos da República Argentina na disputa de soberania relativa à questão das Ilhas Malvinas. Da mesma forma, recordamos o interesse regional em que a prolongada disputa de soberania entre a República Argentina e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre os referidos territórios alcance uma pronta solução, de conformidade com as resoluções e declarações das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos.

COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO GRUPO DO RIO SOBRE O COMBATE AO TERRORISMO

Reiteramos os compromissos contidos na Resolução S/RES/1373 (2001) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em particular o dever que têm os Estados de prevenir e reprimir todo tipo de apoio, ativo ou passivo, de seus nacionais ou quaisquer entidades ou pessoas que participem no cometimento de atos de terrorismo; recusar-se a homiziar aqueles que financiem, planejem, apóiem ou cometam tais atos; e a impedir que seus territórios sejam utilizados para estes fins.

COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO GRUPO DO RIO EM APOIO AO PROCESSO DE FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DA CIDADANIA NA DEMOCRACIA NA BOLÍVIA

Expressamos nosso decidido apoio ao processo de fortalecimento dos mecanismos efetivos de participação da cidadania na democracia na Bolívia, iniciado por seu atual Governo, através da realização, pela primeira vez em sua história, de uma consulta popular, por meio de um referendo, um Diálogo Produtivo Nacional e, finalmente, a convocatória de uma Assembléia Constituinte no próximo ano.

COMUNICADO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO GRUPO DO RIO SOBRE A SITUAÇÃO NO EQUADOR

Considerando a situação no Equador, reiteramos que o respeito aos Governos eleitos por vontade popular e ao Estado de Direito, princípios básicos da democracia e elementos condutores do Grupo do Rio, contribuirá a manter a estabilidade e a paz social no Equador. Com este fim, decidimos criar um mecanismo que contribua, de forma imediata, a facilitar o diálogo necessário para assegurar a preservação, no Equador, dos princípios que inspiram o Grupo do Rio e que se encontram consagrados na Carta Democrática Interamericana. Encarrega-se a Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio da realização de consultas com esse objetivo, contando para tanto com o apoio de outras instâncias, como a Organização dos Estados Americanos.

XVIII CUMBRE DEL GRUPO DE RÍO

COMUNICADOS CONJUNTOS

Aprobados el 5 de noviembre de 2004

COMUNICADO CONJUNTO DE LOS PRESIDENTES DEL GRUPO DE RÍO SOBRE LAS ISLAS MALVINAS

Reafirmamos nuestro respaldo a los legítimos derechos de la República Argentina en la disputa de soberanía relativa a la cuestión de las Islas Malvinas. Asimismo, recordamos el interés regional en que la prolongada disputa de soberanía entre la República Argentina y el Reino Unido de Gran Bretaña e Irlanda del Norte sobre dichos territorios alcance una pronta solución de conformidad con las resoluciones y declaraciones de las Naciones Unidas y la Organización de los Estados Americanos.

COMUNICADO CONJUNTO DE LOS PRESIDENTES DEL GRUPO DE RÍO SOBRE LA LUCHA CONTRA EL TERRORISMO

Reiteramos los compromisos contenidos en la Resolución S/RES/ 1373 (2001) del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, en particular el deber que tienen los Estados de prevenir y reprimir todo tipo de apoyo, activo o pasivo, de sus nacionales o de todas las entidades o personas que participen en la comisión de actos de terrorismo; a denegar refugio a quienes financien, planifiquen, apoyen o cometan tales actos; y a impedir que sus territorios sean utilizados para estos fines.

COMUNICADO CONJUNTO DE LOS PRESIDENTES DEL GRUPO DE RÍO SOBRE LA SITUACIÓN EN NICARAGUA

En relación con las amenazas al desarrollo del proceso político constitucional y el legítimo ejercicio del poder en Nicaragua reiteramos nuestro respaldo a los principios del respeto a la institucionalidad democrática que consagra la Carta Democrática Interamericana. Nos unimos a la resolución de la Reunión de Presidentes de los Estados Miembros del SICA en apoyo al Gobierno constitucional del Presidente Enrique Bolaños y al ordenamiento democrático nicaragüense suscrita el 16 de octubre de 2004 en Managua, y manifestamos nuestra voluntad de continuar trabajando en la Organización de Estados Americanos para dar seguimiento a los acontecimientos en ese hermano país y respaldar la vigencia de la institucionalidad democrática en Nicaragua al propio tiempo que hacemos un llamado urgente para que cese cualquier intento de afectar el orden democrático en el país. El Grupo de Río destaca la importancia que tiene el combate a la corrupción y en ese sentido respalda los esfuerzos que realiza el Gobierno de la República de Nicaragua para combatir ese flagelo.

COMUNICADO CONJUNTO DE LOS PRESIDENTES DEL GRUPO DE RÍO SOBRE LA SITUACIÓN EN COSTA RICA

Respaldamos los esfuerzos que realizan las autoridades competentes del Gobierno de la República de Costa Rica para investigar, hasta sus últimas consecuencias, y reprimir vigorosamente todo acto de corrupción que haya sido o sea detectado en el país, sin importar quien lo pueda haber cometido, dando así un ejemplo de transparencia y del imperio de la ley, base indiscutible de la democracia y de la preeminencia del Estado de Derecho.

COMUNICADO CONJUNTO DE LOS PRESIDENTES DEL GRUPO DE RÍO EN APOYO AL PROCESO DE FORTALECIMIENTO DE LOS MECANISMOS DE PARTICIPACIÓN CIUDADANA EN LA DEMOCRACIA EN BOLIVIA

Expresamos nuestro decidido apoyo al proceso de fortalecimiento de los mecanismos efectivos de participación ciudadana en la Democracia en Bolivia, iniciado por su actual gobierno, a través de la realización, por primera vez en su historia, de una consulta popular, mediante un referendum, un Diálogo Productivo Nacional y finalmente la convocatoria a una Asamblea Constituyente el próximo año.

COMUNICADO CONJUNTO DE LOS PRESIDENTES DEL GRUPO DE RÍO SOBRE LA SITUACIÓN EN ECUADOR

Considerando la situación en el Ecuador, reiteramos que el respeto a los Gobiernos elegidos por voluntad popular y al estado de derecho, principios básicos de la democracia y elementos rectores del Grupo de Río, contribuirá a mantener la estabilidad y paz social en el Ecuador. Con tal fin, decidimos crear un mecanismo que contribuya, de inmediato, a facilitar el diálogo necesario para asegurar la preservación en el Ecuador de los principios que inspiran al Grupo de Río y que se encuentran consagrados en la Carta Democrática Interamericana. Se encarga a la Secretaría Pro Tempore del Grupo de Río la realización de consultas con ese objetivo, contando para ello, con el apoyo de otras instancias, como la Organización de Estados Americanos.

XVIII SUMMIT OF THE RIO GROUP

JOINT COMMUNIQUÉS

Approved on 5 November 2004

JOINT COMMUNIQUÉ OF THE PRESIDENTS OF THE RIO GROUP ON THE SITUATION IN NICARAGUA

Regarding the threats to the development of the constitutional political process and the legitimate exercise of power in Nicaragua, we reiterate our support for the principles of respect for democratic institutionalism enshrined in the Inter-American Democratic Charter. We join with the resolution arising from the Meeting of Presidents of the Member States of the Central American Integration System (SICA) in support of the constitutional government of President Enrique Bolaños and the Nicaraguan democratic process, signed on 16 October 2004 in Managua, and express our desire to continue working with the Organization of American States to monitor events in that country and back continued democratic institutionalism in Nicaragua, while appealing, in the most urgent terms, for a cessation of any attempt to affect the country's democratic order. The Rio Group underscores the importance of combating corruption and, for this reason, supports the government of the Republic of Nicaragua in its efforts against this scourge.

JOINT COMMUNIQUÉ OF THE PRESIDENTS OF THE RIO GROUP ON THE SITUATION IN COSTA RICA

We would like to express our support for the efforts of the competent authorities in Costa Rica to fully investigate and vigorously suppress all acts of corruption that have been or are identified in that country, irrespective of the party responsible for the commission of such act, and to serve, therefore, as an example of transparency and the preeminence of the rule law, which constitutes the inalienable foundation of democracy and the Democratic State of Law.

JOINT COMMUNIQUÉ OF THE PRESIDENTS OF THE RIO GROUP ON THE FALKLAND ISLANDS

We reaffirm our support for the legitimate rights of the Argentine Republic in its claim of sovereignty over the Falkland Islands (Islas Malvinas). Similarly, we reiterate the region's interest in having the prolonged dispute between the Argentine Republic and the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland with regard to sovereignty over the territories resolved in a timely fashion, pursuant to the resolutions and declarations of the United Nations and the Organization of American States.

JOINT COMMUNIQUÉ OF THE PRESIDENTS OF THE RIO GROUP ON THE EFFORT AGAINST TERRORISM

We reaffirm the commitments set forth in United Nations Security Council Resolution S/RES/1373 (2001), particularly with respect to the duty of States to prevent and suppress all forms of support, whether direct or indirect, by its nationals of any entities or persons that participate in terrorist acts; to refuse shelter for those who finance, plan, support or commit such acts; and to ensure their territories are not used for such ends.

JOINT COMMUNIQUÉ OF THE PRESIDENTS OF THE RIO GROUP IN SUPPORT OF THE PROCESS TO STRENGTHEN CITIZEN PARTICIPATION MECHANISMS IN BOLIVIAN DEMOCRACY

We express our unequivocal support for the introduction of the process to strengthen effective mechanisms of citizen participation in Bolivian democracy undertaken by that country's current government by means of a popular consultation, the first in the country's history, a referendum, a National Productive Dialogue, and, lastly, the convening of a Constitutional Assembly for next year.

JOINT COMMUNIQUÉ OF THE PRESIDENTS OF THE RIO GROUP ON THE SITUATION IN ECUADOR

Given the situation in Ecuador, we reiterate that respect for popularly elected governments and the Democratic State of Law, basic principles of democracy and guiding elements of the Rio Group, will contribute to maintain social stability and peace in Ecuador. To this end, we have determined to establish a mechanism to contribute immediately toward facilitating the necessary dialogue for ensuring the principles that serve as the guiding inspiration of the Rio Group and that are enshrined in the Inter-America Democratic Charter are safeguarded. The Secretariat Pro-Tempore of the Rio Group has been charged with holding consultations for this purpose with the support of other bodies, such as the Organization of American States.

PARTICIPANTES DA
XVIII CÚPULA DO GRUPO DO RIO

XVIII REUNIÃO DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO

REPÚBLICA ARGENTINA
RAFAEL ANTONIO BIELSA
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DA BOLÍVIA
CARLOS D. MESA GISBERT
Presidente da República

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

REPÚBLICA DO CHILE
RICARDO LAGOS
Presidente da República

REPÚBLICA DA COLÔMBIA
ÁLVARO URIBE VÉLEZ
Presidente da República

REPÚBLICA DA COSTA RICA
ABEL PACHECO DE LA ESPRIELLA
Presidente da República

REPÚBLICA DO EQUADOR
PATRICIO ZUQUILANDA DUQUE
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DE EL SALVADOR
ANA VILMA DE ESCOBAR
Vice-Presidente da República

REPÚBLICA DA GUATEMALA
EDUARDO STEIN BARILLAS
Vice-Presidente da República

REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA
SAMUEL RUDOLPH INSANALLY
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DE HONDURAS
LEONIDAS ROSA BAUTISTA
Ministro das Relações Exteriores

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS
VICENTE FOX QUESADA
Presidente da República

REPÚBLICA DA NICARÁGUA
NORMAN CALDERA CARDENAL
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DO PANAMÁ
SAMUEL LEWIS NAVARRO
Vice-Presidente da República

REPÚBLICA DO PARAGUAI
NICANOR DUARTE FRUTOS
Presidente da República

REPÚBLICA DO PERU
ALEJANDRO TOLEDO
Presidente da República

REPÚBLICA DOMINICANA
LEONEL FERNÁNDEZ REYNA
Presidente da República

REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI
JORGE BATLLE IBÁÑEZ
Presidente da República

REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA
HUGO CHÁVEZ FRÍAS
Presidente da República

XXIV REUNIÃO
DE MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA ARGENTINA
RAFAEL ANTONIO BIELSA
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DA BOLÍVIA
JUAN IGNACIO SILES DEL VALLE
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CELSO AMORIM
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DO CHILE
IGNACIO WALKER
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DA COLÔMBIA
CAROLINA BARCO
Ministra das Relações Exteriores

REPÚBLICA DA COSTA RICA
MARCO VINICIO VARGAS
Vice-Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DO EQUADOR
PATRICIO ZUQUILANDA DUQUE
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DE EL SALVADOR
FRANCISOC LAÍNEZ RIVAS
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DA GUATEMALA
JORGE BRIZ ABULARACH
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA
SAMUEL RUDOLPH INSANALLY
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DE HONDURAS
LEONIDAS ROSA BAUTISTA
Ministro das Relações Exteriores

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS
LUIS ERNESTO DERBEZ
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DA NICARÁGUA
NORMAN CALDERA CARDENAL
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DO PANAMÁ
SAMUEL LEWIS NAVARRO
Vice-Presidente da República e Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DO PARAGUAI
LEILA RACHID DE COWLES
Ministra das Relações Exteriores

REPÚBLICA DO PERU
MANUEL RODRÍGUEZ CUADROS
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA DOMINICANA
CARLOS MORALES TRONCOSO
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI
DIDIER OPERTTI BADÁN
Ministro das Relações Exteriores

REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA
JESÚS ARNALDO PÉREZ
Ministro das Relações Exteriores

REUNIÃO DE COORDENADORES NACIONAIS

REPÚBLICA ARGENTINA
EMBAIXADOR DARÍO ALESSANDRO
Coordenador Nacional da Argentina no Grupo do Rio

REPÚBLICA DA BOLÍVIA
MINISTRO ÁLVARO DEL POZO CARAFA
Coordenador Nacional da Bolívia no Grupo do Rio

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
EMBAIXADOR LUIZ FILIPE DE MACEDO SOARES
Secretário Pro Tempore Adjunto
EMBAIXADORA VERA PEDROSA
Secretária Pro Tempore Adjunta
MINISTRO MARCELO L. DA S. VASCONCELOS
Coordenador Nacional do Brasil no Grupo do Rio

REPÚBLICA DO CHILE
EMBAIXADOR CARLOS PORTALES CIFUENTES
Coordenador Nacional do Chile no Grupo do Rio

REPÚBLICA DA COLÔMBIA
EMBAIXADOR CAMILO REYES RODRÍGUEZ
Coordenador Nacional da Colômbia no Grupo do Rio

REPÚBLICA DA COSTA RICA
EMBAIXADOR JAVIER SANCHO BONILLA
Coordenador Nacional da Costa Rica no Grupo do Rio

REPÚBLICA DO EQUADOR
EMBAIXADOR ROBERTO BETANCOURT
Coordenador Nacional do Equador no Grupo do Rio

REPÚBLICA DE EL SALVADOR
EMBAIXADOR CESAR MARTÍNEZ FLORES
Coordenador Nacional de El Salvador no Grupo do Rio

REPÚBLICA DA GUATEMALA
EMBAIXADORCARLOS RAMÍREZ MARTÍNEZ ALVARADO
Coordenador Nacional da Guatemala no Grupo do Rio

REPÚBLICA COOPERATIVISTA DA GUIANA
EMBAIXADORA ELISABETH HARPER
Coordenadora Nacional da Guiana no Grupo do Rio

REPÚBLICA DE HONDURAS
EMBAIXADOR ANÍBAL QUIÑONEZ
Coordenador Nacional de Honduras no Grupo do Rio

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS
MINISTRA YANERIT MORGAN SOTOMAYOR
Coordenadora Nacional do México no Grupo do Rio

REPÚBLICA DA NICARÁGUA
SRA. MARÍA CECILIA ARGÜELLO
Coordenadora Nacional da Nicarágua no Grupo do Rio

REPÚBLICA DO PANAMÁ
SRA. DELIA VILLAMONTE
Coordenadora Nacional do Panamá no Grupo do Rio

REPÚBLICA DO PARAGUAI
MINISTRO JULIO ARRIOLA
Coordenador Nacional do Paraguai no Grupo do Rio

REPÚBLICA DO PERU
MINISTRO LUIS ENRIQUE CHÁVEZ
Coordenador Nacional do Peru no Grupo do Rio

REPÚBLICA DOMINICANA
EMBAIXADOR JESÚS MARÍA HERNÁNDEZ SÁNCHEZ
Coordenador Nacional da República Dominicana no Grupo do Rio

REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI
EMBAIXADOR JUAN JOSÉ ARTEAGA
Coordenador Nacional do Uruguai no Grupo do Rio

REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA
SR. TEMIR PORRAS PONCELEÓN
Coordenador Nacional da Venezuela no Grupo do Rio

REUNIÃO DE COORDENAÇÃO DOS PAÍSES MEMBROS DO GRUPO DO RIO SOBRE A COOPERAÇÃO COM O HAITI

REUNIÃO DE COORDENAÇÃO DOS PAÍSES MEMBROS DO GRUPO DO RIO SOBRE A COOPERAÇÃO COM O HAITI

San José, Costa Rica, 17 de novembro de 2004

RELATÓRIO

Nos termos do mandato dos Chefes de Estado e de Governo do Grupo de Rio, estabelecido no parágrafo 13 da Declaração do Rio de Janeiro, adotada em 5 de novembro de 2004, por ocasião da XVIII Cúpula do Mecanismo, a Secretaria Pro Tempore do Grupo do Rio, em coordenação com os demais membros da Troica, convocou uma reunião de coordenação para analisar a situação no Haiti e para atribuir, aos países interessados, tarefas de cooperação com aquele país nos campos político, econômico e social.

2. A reunião, que se realizou em São José, Costa Rica, em 17 de novembro de 2004, à margem da XIV Cúpula Ibero-americana, contou com a participação de representantes do Brasil, Peru, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana (em representação da CARICOM), México, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Participaram também o Embaixador Juan Gabriel Valdés, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, e o Senhor Denneth Modeste, Representante do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos para o Haiti.

3. Os Representantes do Secretário-Geral das Nações Unidas e do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos informaram sobre os trabalhos que ambas instituições vêm realizando em beneficio do Haiti. Fizeram, ainda, uma avaliação sobre a situação naquele país, com ênfase nos problemas de segurança que continuam representando um desafio para o Governo interino e para a MINUSTAH.

4. Os representantes dos Países Membros, bem como os das Nações Unidas e da OEA, reafirmaram a necessidade de que se complete, pronta e plenamente, a mobilização de todos os elementos da MINUSTAH, incluídos os contingentes militares e a missão civil. Da mesma forma, destacaram a importância de promover o diálogo entre os diferentes setores da sociedade haitiana.

5. Levando-se em consideração os efeitos benéficos das missões políticas de alto nível efetuadas por representantes dos países membros com vistas a sensibilizar o Governo interino do Haiti a manter diálogo com setores da oposição, foi sugerida a conveniência de que se promova uma missão do Grupo de Rio com este objetivo.

6. Aspectos do Plano de Ação para o Haiti, aprovado pelos Chefes de Governo da CARICOM em reunião realizada em Trinidad e Tobago na semana anterior, foram levados ao conhecimento dos representantes dos países membros do Grupo do Rio. Estes manifestaram satisfação pela disposição de cooperar com o Haiti demonstrada pelos membros da CARICOM.

7. Os representantes dos Países Membros do Grupo do Rio informaram sobre as tarefas que seus respectivos países desenvolvem para a estabilização política e para a reconstrução da economia do Haiti, assim como para a reconciliação da sociedade haitiana. Igualmente, indicaram outras tarefas que tais países poderiam, em caráter prioritário, empreender no âmbito da cooperação com aquele país. Os projetos de cooperação com o Haiti por parte de Argentina, Brasil, Colômbia, Chile e México aparecem como anexos ao presente relatório.

8. Foi considerada a conveniência de que diferentes países assumam a liderança dos projetos que lhes pareçam prioritários, de forma a que outros países possam eventualmente a eles se associar. Foi ressaltada a necesidade de que funcionários haitianos sejam preparados para assumir responsabilidade pelos projetos de cooperação, uma vez que os países cooperantes não podem permanecer indefinidamente no

Haiti. Deve-se, por tanto, atribuir prioridade a constituição de instituições eficientes naquele país.

9. Os Países Membros do Grupo do Rio se comprometeram a dar continuidade, de forma coordenada, às gestões que se desenvolvem junto ao Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento e aos países doadores em prol da pronta liberação dos recursos comprometidos para a estabilização do Haiti.

10. Os Países Membros do Grupo de Rio reiteraram a convicção de que se deve assegurar ao povo do Haiti a posibilidade de definir, por seus próprios meios e de acordo com sua própria vontade popular, seu futuro político.

11. Os representantes dos países membros do Grupo de Rio participantes do Seminário expressaram seu reconhecimento à MINUSTAH, a seus membros militares e civis, a seus comandos diretivos e ao Embaixador Juan Gabriel Valdés, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas no Haiti, pelo trabalho realizado.

PROPUESTAS DE COOPERACIÓN DE ARGENTINA CON HAITÍ

Instalación, organización y puesta en marcha de una "mesa de diálogo" a fin de iniciar un proceso de reconstrucción de las instituciones básicas en Haití, así como la inclusión de temas relativos a la "mediación judicial" sobre la base de la experiencia de la República Argentina en la materia.

En el marco del Fondo Argentino de Cooperación, puesta en práctica de tres proyectos:

i. pro-huerta, orientado al desarrollo de la sustentabilidad doméstico familiar;

ii. micro emprendimientos, proyecto orientado en el mismo sentido que el anterior;

iii. proyecto en materia deportiva orientado a la salud y esparcimiento de la población, en particular, juvenil, a efectos abstraerla en lo posible de la violencia prevaleciente en la sociedad haitiana.

Transferencia de experiencias y mejores prácticas en temas concernientes a la promoción y protección de los derechos humanos, de modo que concite el interés de las instancias internacionales que faciliten la movilización de recursos necesarios.

Promover proyectos orientados a incrementar la participación y promoción de la mujer en la sociedad Haitiana:

i. papel de la mujer en la canalización e implementación de los planes sociales.

ii. programas de prevención contra la violencia hacia la mujer y los niños.

En el marco del Programa de Cascos Blancos:

i. envío de ayuda humanitaria.

ii. envío de voluntarios expertos en temas de gobernabilidad.

iii. provisión de técnicos y especialistas en manejo de residuos sólidos e higiene urbana.

iv. envío de ingenieros civiles a Gonaives para la reconstrucción de infraestructura urbana, tras las catástrofes climáticas acaecidas.

Se propicia la creación de un mecanismo de coordinación regional de toda la cooperación en forma inmediata

PROPOSTAS DE COOPERAÇÃO DO BRASIL NO HAITI

Em seguida à visita do Presidente Lula ao Haiti, em julho passado, decidiu-se enviar uma missão para avaliar a situação no país, com vistas a identificar possíveis ações de cooperação técnica..

Em agosto de 2004, uma missão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), integrada por representantes de 17 órgãos da administração pública brasileira, manteve contato com autoridades haitianas, representantes da ONU e da MINUSTAH e com membros das ONG´s que atuam naquele país, com o objetivo de fazer um diagnóstico da situação.

Com base nos relatórios preparados por aquela missão, o Governo brasileiro encontra-se em vias de implementar as seguintes ações:

a) Cooperação técnica na área de agricultura familiar, com base em um convênio firmado com o Ministro de Agricultura do Haiti, Pierre Mathieu, na primeira semana de novembro de 2004, em Brasília, o qual prevê a ida de técnicos brasileiros neste mesmo mês de novembro;

b) Até o final do presente ano de 2004, a Agência Brasileira de Cooperação implementará, com recursos próprios (aproximadamente US$ 250.000), quatro projetos no Haiti:

- projeto com vistas a aperfeiçoar, melhorar e ampliar a produção de semente de castanha de caju, no valor de US$ 89.000.00;
- projeto con vistas a aperfeiçoar, melhorar e ampliar a produção de mandioca, no valor de US$ 93.000.00;
- treinamento, no Brasil, por dois meses, para três dirigentes da defesa civil haitiana, no valor de US$ 50.000.00;
- envio ao Haiti, para a realização de um estudo preliminar com vistas à recuperação da estrutura aeroportuária – objeto de solicitação específica do Primeiro Ministro Latortue – de cinco técnicos da Empresa Brasileira de Administração de Aeroportos (Infraero), projeto no valor de US$ 20.000.00;

Para 2005, estão sendo consideradas as seguintes ações:

- cooperação na área de esportes, por meio da qual o Ministério de Esportes do Brasil transferirá ao órgão competente no Haiti a experiência brasileira na fabricação de artigos esportivos por parte de comunidades pobres;
- três grandes projetos, dos quais dois estarão sendo submetidos à consideração do Governo canadense, na próxima semana, durante a visita do Primeiro Ministro Paul Martin ao Brasil, nas seguintes áreas:
- o Ministério do Meio Ambiente do Brasil preparou projeto que tem como objetivo o desenvolvimento florestal e a recuperação das áreas degradadas do Haiti. O documento prevê a implantação, no prazo de 12 meses e ao custo aproximado de US$490.000.00, de dois viveiros com capacidade individual de produção de 500.000 pés anuais de espécies florestais de rápido crescimento, com a finalidade de reflorestar e recuperar 1.200 hectares por ano, o que corresponderia a 4% da superfície total do país, triplicando a atual vegetação do Haiti;
- o Ministério da Saúde do Brasil preparou un anteprojeto, no valor de US$ 1.200.000, para a implantação de um posto de saúde em um bairro pobre de Porto Príncipe, o qual ocuparia instalações já existentes, que serian reformadas para oferecer serviço nas áreas de odontologia, medicina geral, pediatria, ginecologia e obstetricia e epidemiologia, além de oferecer salas para vacinas e pequenas cirurgias;
- o Programa Nacional de Enfermidades Sexualmente Transmissíveis examina a possibilidade de implantar no Haiti um programa de tratamento integral, com vistas a atender 2.000 doentes de AIDS, o que duplicaria o número de haitianos que, atualmente, recebem tratamento. Neste contexto, está sendo elaborado um orçamento de programa correspondente.

Além da colaboração mencionada anteriormente com o Governo do Canadá, o Brasil propôs ao Banco Mundial um projeto no valor de US$ 700.000.00, a ser executado na zona de "Carrefour Feuille" (ao sul de Porto Príncipe) para a coleta, administração e disposição de lixo sólido e a promoção da segurança comunitária.

Nos próximos dias 29 e 30 de novembro, durante a I Reunião da Comissão Mista de Cooperação Técnica: Brasil-Argentina, que se realizará em Buenos Aires, será discutida com a Embaixadora Ana Cafiero a possibilidade de desenvolvimento de ações conjuntas no Haiti.

Finalmente, fora do âmbito do Poder Executivo, a Justiça eleitoral brasileira (Tribunal Superior Eleitoral – TSE) está enviando uma misão ao Haiti para cooperar com o processo eleitoral haitiano, mediante apoio técnico para a preparação do registro eleitoral dos eleitores e empréstimo, sem qualquer custo para a parte haitiana, de cerca de 700 urnas eleitorais, a serem utilizadas como projeto piloto na área de Porto Príncipe.

PROPUESTAS DE COOPERACIÓN DE COLOMBIA CON HAITÍ

Ministerio de Interior y Justicia

El Ministerio ha propuesto participar mediante seminarios dirigidos a transferencia de conocimiento y experiencia en la construcción o reconstrucción de tejido social y en la formación de liderazgos regionales o locales.Para ello propone tres líneas temáticas:

1. MARCO JURÍDICO DEL PROCESO DE DESCENTRALIZACIÓN EN COLOMBIA: *a)* elección de mandatarios locales y regionales, *b)* Constituyente de 1991 y *c)* marco jurídico del Desarrollo Territorial en Colombia.

2. CONSTRUCCIÓN DEL MODELO POLÍTICO ADMINISTRATIVO DEL ESTADO COLOMBIANO: a) proceso de Planeación del Desarrollo en Colombia, b) rendición de cuentas por parte de los mandatarios en los diferentes niveles y c) Gobierno en línea.

3. MECANISMOS DE PARTICIPACIÓN CIUDADANA – PEDAGOGÍA PARA LA CONSTRUCCIÓN DE REDES DE DESARROLLO SOCIAL: *a)* experiencias modelo en Colombia, *b)* pedagogía en la formación de líderes y *c)* mecanismos de participación ciudadana y su desarrollo.

La funcionaria a cargo del tema en el Ministerio de Interior y Justicia es la asesora Margarita Rosa Reyes Yepes.

Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial

De acuerdo con los resultados de la reunión sostenida con el Jefe de la MINUSTAH, Colombia podría cooperar hacia Haití en los temas de saneamiento básico y forestal. En este orden de ideas, el M.A.V.D.T.,

ha propuesto los siguientes proyectos de asistencia técnica que podrían ser desarrollados:

1. AGUA POTABLE, SANEAMIENTO BÁSICO Y AMBIENTAL: *a)* elaboración de un diagnóstico institucional para la identificación de organizaciones prestadoras de los servicios públicos domiciliarios de acueducto, alcantarillado y aseo en municipios menores y zonas rurales de Haití; *b)* transferencia (mediante intercambio) para la implementación de las metodologías de los programas de Fortalecimiento Institucional y Empresas Comunitarias a las instituciones del Gobierno de Haití con funciones en el sector de agua potable, saneamiento básico y ambiental; *c)* transferencia (mediante intercambio) de las herramientas metodológicas para el fortalecimiento de la gestión de las entidades o organizaciones comunitarias responsables de la prestación de los servicios públicos domiciliarios de acueducto, alcantarillado y aseo; y *d)* acompañamiento a las instituciones y organizaciones comunitarias prestadoras de los servicios en la aplicación de las metodologías de los programas e instrumentos de asistencia técnica y capacitación.

2. GESTIÓN INTEGRAL DE RESIDUOS SÓLIDOS: *a)* Elaboración de un diagnóstico técnico, institucional, económico, ambiental y financiero detallado de la gestión de los residuos sólidos urbanos y hospitalarios; *b)* concertación de las estrategias de la gestión integral de residuos sólidos con organismos nacionales e internacionales; *c)* desarrollo de instrumentos técnicos, económicos, jurídicos y financieros aplicables a Haití con base en el diagnóstico desarrollado; *d)* acompañamiento en la ejecución de proyectos pilotos en localidades urbanas y rurales, impulsando el aprovechamiento de los residuos sólidos; y *e)* con base en la cooperación internacional, identificar una estrategia de gestión para el manejo integral de los residuos hospitalarios.

3. REFORESTACIÓN PROTECTORA Y PROTECTORA PRODUCTORA: el proyecto que se plantea coadyuvará a la obtención

de materia prima vegetal para combustible de buena calidad, protección de las cuencas hidrográficas y de los relictos boscosos, gracias a lo cual en Haití se podría producir combustible vegetal de buena calidad, barato y cercano a las fuentes de consumo, disminuyendo la presión sobre los pocos bosques naturales existentes con la consecuente recuperación de la vegetación protectora sobre las márgenes y áreas de recarga de las fuentes de agua, lo que incidirá positivamente en la recuperación de la regularidad en el suministro de agua a algunas poblaciones de la isla, generando empleo principalmente en la población rural.

Para el establecimiento y mantenimiento de las coberturas forestales protectoras y protectoras productoras (dendroenergía), el M.A.V.D.T., estima unos costos del orden de Us $1.400 por hectárea, incluyendo el establecimiento de las reforestaciones y el mantenimiento por un lapso no inferior a tres (3) años, recursos que deberían provenir de fuentes internacionales, como cooperación no reembolsable o de reintegro por parte de Haití.

Agencia Colombiana de Cooperación Internacional

Preliminarmente, la ACCI ha propuesto el desarrollo de tres acciones, todas las cuales está explorando su viabilidad:

1. MISIÓN TÉCNICA DE IDENTIFICACIÓN: compuesta por 3 técnicos que se desplazarían a Haití para analizar *in situ* las condiciones físicas, potencialidades y recursos con que cuenta ese país y sobre la información que se recolecte adaptar la oferta de cooperación nacional a las necesidades específicas haitianas.

2. APOYO ALIMENTACION: se analiza la posibilidad del envío de un nuevo cargamento de "bienestarina" para contribuir en la solución de corto plazo de las necesidades alimenticias de la población infantil haitiana. Para el envío, la ACCI también está explorando las posibilidades de transporte con la Fuerza Aérea y con la Armada.

3. APOYO EN BRIQUETAS DE CARBON: La ACCI se ha comprometido a explorar la posibilidad de enviar un cargamento de briquetas de carbón para sustituir el consumo de madera como combustible en hogares.

Policía Nacional

Adicionalmente, Colombia, en el plano bilateral, está concretando con la Policía Civil de Naciones Unidas en la MINUSTASH un Programa conjunto encaminado a la formación policial, mediante la realización de proyectos educativos, para lo cual se acordó la siguiente estrategia:

- Conformación de una mesa de trabajo con la policía de Haití
- Definición de áreas en las cuales la policía de Haití podría beneficiarse de los Programas de formación ofrecidos por la policía nacional de Colombia
- Concretar una reunión en fecha próxima, para cuyo fin, el Coordinador de Formación de la Policía civil de la MINUSTASH viajará a Colombia proximamente.

PROPUESTAS DE COOPERACIÓN DE CHILE CON HAITÍ

1. Las relaciones Chile-Haití son relativamente antiguas y siempre han estado marcadas por la cooperación.

2. La cooperación actual:
   - Seguridad: Chile participa en la Minustah, con 580 efectivos, 87 de ellos ingenieros militares.
   - Infraestructura (ingeniería militar, acuerdo Chile-Ecuador).
   - Salud y desarrollo social (Voluntarios de América Solidaria, especialmente médicos).
   - Educación ("Escuela 24 horas": preproyecto estudiado por Junaeb, en lo que respecta a desayunos escolares; integrado por entrega de útiles escolares, va en viaje 10 mil Kg. de cuadernos y otros útiles, con destino a Cap. Haitien; y por atención de salud y obras sanitarias a estudiar por la USACH en diciembre 2004).
   - Agricultura (Proyecto Chile–Canadá, bajo auspicio de Fao, para recuperación de tierras agrícolas).

3. Posible cooperación inmediata:
   i. Área Política: poner técnicos electorales a disposición del proceso.
   ii. Área Social y Económica:
      - Obras Públicas e Infraestructura (tratamiento de aguas para potabilizar; caminos; puentes; infra en armonía con el manejo manejo y gestión del medioambiente).
      - Eduación integral ("Escuela 24 horas" en Cap. Haitien, ya iniciado en su estudio).
      - Salud (atención médica de estudiantes universitarios de América Solidaria y universidades).

- Agricultura (poder en práctica Proyecto Chile–Canadá) (proyecto de semillas especiales de papas, para climas cálidos; existe en el INIA).
- Viviendas sociales (a estudiar con América Solidaria y Universidades)

4. Chile está disponibles para integrar delegación del Grupo de Rio que viajaría a conversar con el gobierno de transición.

5. Chile está disponible para integrar, con AGCI, el Grupo de Coordinación para la Cooperación, del Grupo de Río, cuya creación se acordó hoy. Chile tratará de cooperar con Haití como país, Estado y Sociedad, Gobierno y Oposición, Estado más allá del actual gobierno.

PROPUESTAS DE COOPERACIÓN DE MÉXICO CON HAITÍ

Cooperación en medio ambiente: a) valorización durable de los recursos naturales del ecosistema árido en el Noroeste de Haití y b) gestión del Parque Nacional La Visite y su integración a la economía de la zona de montaña húmeda. (Se firmó un acuerdo bilateral, está en proceso de definición)

Grupo de los Tres

1. De manera conjunta con Francia, México propone brindar asistencia en materia de salud. (se está en conversaciones)
2. De manera conjunta con Francia, México ofrece brindar asistencia en capacitación policial. (se está en conversaciones)
3. A través del PNUD, México ofrece brindar asistencia en desarrollo social. (se está identificando una propuesta concreta)

Cooperación de México en el marco de la OEA a Haití

1. Asistencia en materia electoral, a través del Instituto Federal Electoral.
2. Designación de dos funcionarios a la Misión Especial de la OEA en Haití, uno como Jefe de Administración y/o Operaciones y otro como Asesor de Recuperación Económica.
3. México dará en el segundo trimestre de 2005 una aportación voluntaria a la Misión Especial de la OEA por un monto de $20,000.00 dólares.

REUNIÃO DE COORDENAÇÃO DOS PAÍSES MEMBROS DO GRUPO DO RIO SOBRE A COOPERAÇÃO COM O HAITI

São José, Costa Rica, 17 de novembro de 2004

Lista de Participantes

BRASIL

EMBAIXADOR RUY NUNES PINTO NOGUEIRA
Subsecretário Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEC)
MINISTRO MARCELO L. DA S. VASCONCELOS
Coordenador Nacional no Grupo do Rio e Diretor do Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe (DAN)
PRIMEIRA SECRETÁRIA MARIA CRISTINA PEREIRA DA SILVA
Embaixada do Brasil em São José

PERU

MINISTRO LUIS ENRIQUE CHÁVEZ
Coordenador Nacional no Grupo do Rio

ARGENTINA

EMBAIXADOR DARÍO ALESSANDRO
Coordenador Nacional no Grupo do Rio e Subsecretário de Política Latinoamericana
SR. MARIO PINO
Encarregado de Negócios da Argentina no Haiti
EMBAIXADOR JUAN ARCURI
Embaixador da Argentina na Costa Rica

COLÔMBIA

SRA. LUZ HELENA ABELLO
Coordenadora de Mecanismos de Concertação Regional

CHILE

EMBAIXADOR ISMAEL LLONA
Coordenador para o Haiti da Chancelaria chilena
EMBAIXADOR MARCELO DÍAZ
Diretor de Planejamento e Coordenador Nacional
Adjunto no Grupo do Rio

COSTA RICA

SR. ROLANDO MADRIGAL
Direção Geral de Política Exterior da Chancelaria da Costa Rica

GUATEMALA

SRA. CARLA RODRÍGUEZ MANCIA
Direção Geral de Relações Multilaterais e Econômicas
da Chancelaria da Guatemala
SRA. EUGENIA DE RODRÍGUEZ
Diretora de Cooperação Internacional,
Secretaria de Planificação e Programação da Presidência

GUIANA

EMBAIXADORA ELISABETH HARPER
Coordenadora Nacional no Grupo do Rio e Diretora Geral do
Ministério das Relações Exteriores da Guiana

MÉXICO

MINISTRA YANERIT MORGAN SOTOMAYOR
Diretora Geral de Organismos e Mecanismos Regionais Americanos
e Coordenadora Nacional no Grupo do Rio

SR. JESÚS GIACOMAN
Diretor Geral de Cooperação Técnica e Científica

PANAMÁ
SR. FRANCISCO MATOS
Diretor Geral de Cooperação Internacional

PARAGUAI
MINISTRO JULIO ARRIOLA
Coordenador Nacional no Grupo do Rio

REP. DOMINICANA
SRA. ALEJANDRA LIRIANO DE LA CRUZ
Vice-Chanceler
SRA ILCA GÓMEZ
Conselheira da Embaixada

URUGUAI
EMBAIXADOR JUAN JOSÉ ARTEAGA
Diretor Geral para Assuntos Políticos

VENEZUELA
SRA. ELIZABETH SATURNO
Direção de Cooperação Internacional da Chancelaria venezuelana

ONU
EMBAIXADOR JUAN GABRIEL VALDÉS
Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para o Haiti
SR. DAMIAN ONSES CARDONA
Porta-Voz
SR. CRISTIÁN STREETER
Assessor

OEA

EMBAIXADOR DENNETH MODESTE
Representante Especial do Secretário-Geral da OEA para o Haiti
SR. CHRISTOPHER HERNÁNDEZ-ROY
Assessor do Secretário-Geral Adjunto

INTERVENÇÕES, EM NOME DO GRUPO DO RIO, EM FOROS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Intervenção pronunciada em nome do Grupo do Rio pela Delegação da Argentina junto às Nações Unidas, na sessão aberta do Conselho de Segurança dedicada à questão da reforma do Comitê Antiterrorismo.

Nova York, 4 de março de 2004.

Señor Presidente:

Mi país interviene en nombre de los Estados Miembros del Grupo de Río: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guyana, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela.

Deseamos en primer lugar agradecer la convocatoria de este debate. Resulta de significativa importancia rubricar la legitimidad del proceso de revitalización del Comité Contra el Terrorismo mediante una consulta abierta a los Estados miembros de las Naciones Unidas.

Los Miembros del Grupo de Río reiteramos nuestro decidido apoyo a las labores que desarrolla el Consejo de Seguridad en la lucha global contra el terrorismo. Han pasado poco menos de tres años desde la creación del Comité Contra el Terrorismo. Bajo la conducción de sus dos presidentes, el Embajador Jeremy Greenstock del Reino Unido y el Embajador Inocencio Arias de España, el Comité ha logrado éxitos sin precedentes en la aplicación de la Resolución 1373 (2001), por intermedio del examen de las disposiciones legislativas y administrativas vigentes en los Estados, en la prestación de asistencia técnica, y en el establecimiento de redes de control y cooperación en la lucha global contra el terrorismo.

Esta lucha abarca a todos los órganos y agencias del sistema. A la intensa labor del Consejo de Seguridad, se suman las responsabilidades

de la Asamblea General, que ha obtenido notables avances del derecho internacional, y de otros órganos de la ONU como la Oficina de Viena, que cuenta con un departamento dedicado específicamente al terrorismo. A nivel regional también se llevan a cabo importantes acciones. En nuestra región, el Comité Interamericano contra el Terrorismo de la OEA orienta su labor hacia el mejoramiento de la cooperación e interrelación de los puntos focales nacionales encargados de la lucha contra el terrorismo, así como hacia la capacitación de los funcionarios nacionales que se ocupan de esta temática. La acción universal debe, por lo tanto, ser coordinada y homogénea en todos sus escalones para asegurar su máximo impacto.

El terrorismo se apropia de causas que le sirven de pretexto para acometer su empresa criminal. Por esa razón, la lucha contra el terrorismo no debe afectar ni descuidar la importancia que tienen otras prioridades de esta organización, especialmente las vinculadas con el desarrollo económico y social y la promoción y protección de los derechos humanos. El Comité nos propone hoy examinar una serie de medidas destinadas a facilitar la aplicación de la Resolución 1373, medidas entre las cuales sobresale la creación de una nueva estructura. Esta iniciativa, que es limitada en el tiempo y de carácter experimental, resulta importante.

La nueva estructura prevé institucionalizar por primera vez los vínculos del Comité con la Oficina del Alto Comisionado para los Derechos Humanos, y con otros órganos competentes en ese área. Los países del Grupo de Río expresamos nuestra gran satisfacción por este avance, que aguardábamos desde hace tiempo. Consideramos que un próximo paso consistirá en incorporar al Comité un experto exclusivamente dedicado a atender este tema.

Un rol fundamental del Comité es la asistencia técnica. Esta función esencial debe continuar mejorándose e incrementándose permanentemente. Estimamos que esta reforma es una ocasión muy

apropiada para observar las insuficiencias que puedan existir y adoptar las medidas adecuadas para corregirlas.

Los países del Grupo de Río entendemos que la creación de una Dirección Ejecutiva brindará agilidad, dinamismo y mayor capacidad de seguimiento al trabajo del CTC, y la apoyamos. La creación de estructuras en la Secretaría, en especial por decisión del Consejo de Seguridad, merece especial atención. La Dirección Ejecutiva deberá ser adecuadamente insertada en la Secretaría, sin perjuicio de que el Director Ejecutivo siga las orientaciones políticas que le transmita el pleno del Comité. Para asegurar la transparencia y legitimidad de la iniciativa, será esencial la fiel observancia de las disposiciones de la Carta de las Naciones Unidas en la designación del personal de esta nueva estructura.

Señor Presidente:

El Grupo de Río desea reiterar su satisfacción por la iniciativa de revitalizar la labor del Comité, y compromete una vez más su apoyo para continuar asegurando el más amplio éxito en el combate al terrorismo.

Texto apresentado pelo Grupo do Rio como subsídio às consultas do Secretário-Geral das Nações Unidas com representantes do G-8 e de instituições financeiras internacionais sobre Mecanismos Financeiros Inovadores

Towards an agenda for the proposed Rio Group/G8/IFIs Summit Background.

At their XVII Summit in Cuzco on 23-24 May 2003, the Heads of State and Government of the Rio Group stressed that democracy and economic and social development are interdependent and mutually reinforcing and, in this respect, they expressed the urgency of ensuring sustained economic growth and poverty eradication in support of democratic governance, stability and social peace in the region. The Rio Group therefore requested the Secretary-General of the United Nations to organize a Summit Meeting involving their heads of state and government, leaders of industrialized countries and the heads of the international financial institutions (IFIs) to analyze the financial constraints that confront the members of the Group in their efforts to alleviate poverty and secure the long-term economic and social development of the region, and to propose financial mechanisms to ease these constraints.

All members of the Rio Group recognize that the maintenance of sustainable macroeconomic policies, especially fiscal positions, is necessary to achieve economic growth and development. In the last decade, most of the countries in the region adopted significant fiscal adjustment programmes, based on the rationalization of public expenditures and public investment and the implementation of structural reforms. The countries remain committed to sound macroeconomic policies and continued institutional strengthening. Experience in several developing countries suggests that adherence to macroeconomic policy targets is likely to exacerbate cyclical effects,

especially in times of economic crisis and adjustment. Moreover, public investment levels are often significantly adversely affected during adjustment programmes, undermining long term economic growth directly as well as indirectly, through the negative effect on private investment and the provision of adequate infrastructure. The short, medium and long-term implications of corrective macroeconomic policies, particularly when they involve adhering to targets, need to be discussed with a view to devising mechanisms that reduce the burden of adjustment actions, particularly on the employment and income levels of the poor. These new mechanisms should include measures that preserve investment levels, both public and private, during a crisis and in the subsequent adjustment period, thereby buffering long-term growth from the impacts of cyclical downturns.

The IFIs should devise ways and means to contribute to these goals. Furthermore, the Consensus noted that in many Rio Group member countries external vulnerability was on the increase, often exacerbated by the growing burden of foreign debt servicing. The increased macroeconomic vulnerability further accentuates the exclusion of a significant proportion of people from the benefits of development. In addition, the Consensus highlighted a disturbing increase in trade protection on the part of most industrialized nations. The concerns and commitments of the Cuzco Consensus were largely echoed in the XIII Ibero-American Summit in Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, in November 2003, and in the Summit of the Americas of Monterrey, Mexico, in January 2004.

In both Declarations, Heads of State or Government reiterated their commitment to three interdependent objectives: consolidation of democratic governance, social development and equitable economic growth. To achieve sustained and equitable growth, they pledged to continue the implementation of sound macroeconomic policies, to promote access to health services and quality basic education for all, to

increase the transparency of public administration, to combat corruption, and to achieve adequate public debt management and na improvement of competitiveness. They underscored that employment and rising incomes are indispensable for na inclusive social policy and that the development of micro, small and medium-sized enterprises constitutes a fundamental component of equitable economic growth. They also called upon the international and regional financial institutions to respond more effectively to the development needs of the countries in the region. Along the lines of the Monterrey consensus, they emphasized the need to continue working towards the prevention and rapid resolution of financial crises.

Next steps.

The three Summits in Peru, Bolivia and Mexico show that despite strenuous efforts by governments to accelerate economic growth and provide employment, poverty has risen and per capita income has stagnated or declined for a number of years in a considerable number of countries. The strong hope of 15-20 years ago that unilateral liberalization, privatization and fiscal adjustment would provide increased opportunities for every Latin American country and for most of the population in each country is yet to happen in many countries where improved living standards are still pending. Never before has the region had so many democratically elected regimes nor so many successive democratic transitions. But at the same time growing social demands have put democratic governance under increasing strain.

By and large, the view of the international community is that countries of the Rio Group are abiding by their international commitments to enhance social and economic policies. But this has not proved enough to confront the feelings of exclusion and revive hope in large segments of the population. More stable external financing, as well as a sustained recovery in productive investments, including infrastructure, and a more rapid growth of exports from the

region are key to ensure faster economic growth. In this task, additional national and international efforts are indispensable. The partnership and commitments among industrial and developing countries outlined in the Monterrey Consensus have yet to fully materialize.

It is, therefore, imperative to explore new actions at the national and international levels. In his statement to the Ibero-American Summit in Santa Cruz de la Sierra, the United Nations Secretary-General said that middle-income countries faced specific problems such as significant vulnerability to volatile financial flows, inadequate international mechanisms to deal with debt burdens, the need to upgrade their technology and develop the right export mix, and social tensions that arise when globalization enables some sectors or groups to flourish while other stagnate or decline. He also noted, however, the lack of an international framework of cooperation with middle-income countries, a point that has been stressed by Spain in the High Level Segment on Financing for Development held during the General Assembly in October 2003. In this regard, the Cuzco and Ibero-American Summits underscored the need for innovative international financial mechanisms as an essential instrument to expand private and public investments so as to strengthen democratic governance in Latin-American countries.

A gathering at the highest level of the Rio Group with members of the G- 8, Spain and Portugal, and the heads of the international financial institutions could be critical to ensure that the required efforts will be undertaken in a way that allows the Rio Group member countries to make major strides in fighting poverty and strengthening democratic governance. The Secretary General of the United Nations has been asked by the Rio Group members to facilitate this meeting.

Following the discussions that took place during the Cuzco Summit, three issues – proper accounting of public investments, particularly in infrastructure, in order to improve fiscal policy, design

of countercyclical macroeconomic measures and new debt instruments – have been identified as key themes to be addressed at the proposed Rio Group/G-8 Summit. A preliminary consideration of these issues by members of the Rio Group in New York and in Washington with regional financial institutions and the Bretton Woods Institutions took place in early 2004 with the assistance of UN/DESA. This led to the recommendation by several members of the Rio Group and institutional partners that the issues of the initial agenda be broadened to take due account of other key aspects of concern in the recent Summits in Cuzco, Santa Cruz de la Sierra and Monterrey. What follows is a broader tentative agenda to this end:

A Tentative Rio Group/G8 Summit Agenda.

Main goals:

Support democracy in Latin America through sustained and social inclusive economic growth and widespread improvements in the standard of living, particularly of the poor, in a context of good governance, including accountability, increased transparency in public management and combating corruption;

- Adopt innovative financial mechanisms to strengthen democratic governance and eradicate poverty;
- Reverse the marginalization of a large number of middle-income countries from the trade, investment and cooperation opportunities provided by globalization;
- Design, in this regard, a framework of international cooperation for middle-income countries, attuned to the needs of Latin-American countries.

Leading actions

1. Tackling social problems. Latin-American countries will continue to undertake efforts to deal with social tensions that arise when globalization enables some sectors or groups to develop rapidly

while others face stagnation or decline, especially through more focused policies to improve education, nutrition and health programmes and to generate employment in order to combat hunger and eradicate poverty. To be successful, these efforts require additional resources and strengthened international cooperation.

2. Addressing asymmetries in financial development. Asymmetries in financial development generate both insufficient long-term flows and heightened vulnerability to volatile financial flows. Addressing this issue will require increased coherence between global policies and national strategies and continuous efforts to enhance global governance. Progress at the national level will benefit from strengthened and more inclusive financial systems and, at the regional level, from a better use of regional and sub-regional financial arrangements and institutions (e.g. IDB, CAF, BCIE). At the international level, continuous efforts of financial institutions to strengthen mechanisms for crisis prevention and international financial stability and the coordination of macroeconomic policies among leading world economies are crucial to enable a predictable flow of financial resources to developing countries.

3. Increasing the room for maneuver of macroeconomic policy and promoting investment, particularly in infrastructure Domestic economic management should be improved during boom periods to set the stage for more effective counter-cyclical fiscal policies and safety nets, including the broad-based adoption of structural fiscal targets. In March 2004, at the Annual Meeting of IADB in Peru, IADB Governors of 11 countries – Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Colombia, Ecuador, México, Paraguay, Peru, Uruguay and Venezuela – signed a declaration known as "Letter of Lima", in which they drew attention to the negative effects of fiscal adjustment programs on public investments, especially with regard to infrastructure projects. Lower levels of investment jeopardize the medium and long-termoutlook of GDP. The declaration

expressed a consensus view: the sustainability of public debt depends to a large extent on public investments that will enable countries to achieve a sustainable growth path. Moreover, some of these investments generate government revenues. Therefore the nature of their impact on fiscal budget differs substantially from the impact of current expenditures. Political impetus should be given to a fresh look, with the Bretton Woods Institutions, at fiscal policies and their short-term and long-term macroeconomic, financial and balance of payments implications. Actions with this aim should include:

a) Creation of innovative financial mechanisms to support democratic governance and confront poverty by raising new resources for productive investment and generate employment to respond to the populations legitimate social demands, through, inter alia: – regional or subregional infrastructure authorities that would work as international trusts with the capacity to access international finance and to contract for the implementation of infrastructure projects; – proper accounting conventions in order to consider the asset creating nature of investment, particularly in infrastructure, and its positive effects on GDP growth and government revenues; – considering the issuance of new sovereign finance instruments, such as GDP – indexed bonds.

b) Political impulse to the consideration of financial mechanisms for investments in infrastructure, including modalities with private sector participation, and the use of multilateral guarantee and other mechanisms to enhance such investments. Promotion of small and medium size urban and rural enterprises.

4. Expanding trade and facilitating competition in world markets. Trade, finance and growth are interrelated. Access to markets in developed countries and the elimination of subsidies in those countries are crucial for the achievement of development objectives. A renewed commitment to the full implementation of the Doha Work

Program is therefore essential to ensure a more equitable sharing of the benefits of competition in the world markets and enhance the living standards of populations in the developing countries. In this regard, special consideration should be given to the fuller integration of small and vulnerable economies of the Latin-American region into the multilateral trading system.

5. Strengthening efforts in science and technology Enhanced domestic efforts in science and technology and increased regional and interregional cooperation in these fields are essential elements of a development strategy for Latin American countries. Action in this regard should include strengthening innovations systems that facilitate an effective adaptation of productive sectors to the competitive environment characteristic of open economies, including through an enabling international framework. Enhanced international cooperation is required to develop and transfer environmentally sound technology, including renewable sources of energy, and to strengthen capacity building and institutional development in priority areas according to the specific needs of each country.

Intervenção pronunciada pela Delegação do Brasil junto às Nações Unidas, por ocasião do V Processo Consultivo Informal sobre os Oceanos e o Direito do Mar.

Nova York, 8 de junho de 2004.

On behalf of the 19 States parties of the Rio Group: Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guyana, Honduras, Mexico, Nicaragua, Panama, Paraguay, Peru, Dominican Republic, Uruguay, Venezuela and Brasil, I would like to highlight the importance of this year´s discussion on "New sustainable uses of the oceans, including the conservation and management of the biological diversity of the seabed in areas beyond national jurisdiction", especially to the developing countries.

Members of the Rio Group, parties of UNCLOS, consider that this international instrument sets out the legal framework within which all the activities in the oceans and seas must be carried out.

The Rio Group is convinced that any commercially oriented activities regarding the biological diversity in the deep seabed beyond the national jurisdiction, as part of the Area, is part of the common heritage of mankind. The access to its genetic resources should be subject to the sharing of benefits, considerations of equity and the objective approach of marine scientific research. Consequently, the Rio Group differs from the concepts put forward in paragraphs 260 to 262 of th SG Report.

The Area, according to the 1982 Convention on the Law of the Sea, is part of the common heritage of mankind. The Convention provides that MSR in the Area shall be carried out exclusively for peaceful purpose and for the benefit of mankind as a whole.

The 1992 Convention on Biological Diversity enshrines relevant

definitions and principles aimed at the conservation of biological diversity, the sustainable use of its components and the fair and equitable sharing of the benefits arising out of the utilization of genetic resources, including the appropriate access to genetic resources.

Nowadays, several species of the Area present great interest for biotechnology industry, due to the potential value of the information obtained through scientific research, about its genetic characteristics. The products deriving from the genetic information of these species are expected to be higly profitable when commercialised and they are vulnerable to unfair appropriation by patents.

Furthermore, the improper use of intellectual property rights is prejudicial to those countries that have not yet achieved the advanced level of technology necessary to carry out activities of bioprospecting, depriving those countries´ present and future generations of the benefits derived from this kind of activity in the Area.

Although the Informal Consultative Process was established in order to facilitate the annual review of developments in ocean affairs by the GA, by considering the SG report on oceans and the law of the sea, the Rio Group is confident of its contribution to achieve some common ground, through a fruitful discussion, and to facilitate the future discussion of the political and legal issues of this topic within the framework os the States Parties Meeting of the Convention on the Law of the Sea.

Finally, with regards to fishing activities in the high seas through bottom trawling, the Rio Group is concerned about the adverse effects of these activities, which are not consistent with the sustainable, equitable and effcient use of the resources of the high seas.

Intervenção pronunciada em nome do Grupo do Rio pela Delegação do Brasil junto às Nações Unidas, na reunião aberta de consultas do Comitê Geral da Assembléia-Geral sobre o tema da revitalização de seus trabalhos. LIX Assembléia Geral.

Nova York, 21 de junho de 2004.

Señor Presidente,

El Grupo de Rio agradece y apoya integralmente susesfuerzos para llevar adelante el proceso de revitalización de la Asamblea General. Desde el inicio de este proceso, el Grupo ha buscado participar de manera activa en las discusiones y negociaciones, siempre con la intención de contribuir para un resultado final de las negociaciones que no solamente fuera aceptable para todos, sino que también contribuyera a la efectiva revitalización de los trabajos de la Asamblea General, objetivo y prioridad común.

Señor Presidente,

Consideramos que las propuestas contenidas en el documento circulado conjuntamente con la comunicación del 9 de junio están en sintonía con el objetivo de la revitalización.

En lo que se refiere al reordenamiento de los trabajos de la Asamblea General, estamos de acuerdo con darle continuidad a los esfuerzos por encontrar maneras de facilitar el acompañamiento de los trabajos en las Comisiones Principales, en especial por las delegaciones pequeñas y medianas, al paso que también se siga buscando encontrar formas de permitir una consideración más cuidadosa y profunda de los temas encargados a cada una de ellas.

Con relación al objetivo de conceptualizar mejor el contenido del programa de la Asamblea General, estamos de acuerdo con la

propuesta de reorganización del programa alrededor del Plan de Mediano Plazo de la Organización. Consideramos este documento, que establece las prioridades y objetivos de la Organización a mediano plazo, de suma importancia y entendemos que esta propuesta contribuirá no solo para la mejor conceptualización de la agenda, como también para resaltar la relevancia del PMP. No obstante, el Grupo de Rio aclara que el acuerdo con la reorganización del plan de trabajo alrededor del Plan de Mediano Plazo no equivale a un acuerdo con la propuesta presentada en el documento A/58/CRP.4. Es nuestro entendimiento que la distribución de los temas con base en la nueva estructura de la Agenda tendrá que ser oportunamente debatida y decidida en ámbito intergubernamental.

Respecto a las prácticas y métodos de trabajo de las Comisiones Principales, estamos de acuerdo con la esencia de las propuestas presentadas. Como manifestado anteriormente, es el entendimiento del Grupo que la realización de debates interactivos y de paneles temáticos, los cuales sin duda pueden contribuir para una consideración más profunda de los temas de la Asamblea, no debe remplazar a las sesiones sustantivas sobre los mismos.

El Grupo de Rio también está de acuerdo cuanto al propósito de llegarse a una Agenda de la Asamblea General que sea más corta y enfocada en las cuestiones relevantes y actuales para la comunidad internacional. Durante las discusiones el Grupo presentó algunas sugerencias en esse sentido. Apoyamos, por lo tanto, iniciativas con esse propósito. Sin embargo, con relación a las propuestas contenidas en esta parte del documento, tendríamos ajustes a presentar en lo que se refiere a ciertas cuestiones específicas tratadas en el documento, la mayor parte de las cuales serán objeto de tratativas durante el proceso negociador del proyecto de resolución.

El Grupo de Rio desea asimismo referirse al inciso b) del párrafo 8, en el cual se dispone que algunos temas sólo serán considerados a

pedido de los Estados Miembros. Entre ellos, figura la cuestión de las Islas Malvinas, referida a una disputa de soberanía que afecta a un país de nuestra región, respecto de la cual el Grupo de Rio ha efectuado numerosos llamados para que se celebren negociaciones. El último de estos tuvo lugar el pasado viernes, 18 de Junio, ante el Comité de Descolonización de las Naciones Unidas.

Consideramos que la persistencia de un delicado problema internacional aún no resuelto es inconsistente con la propuesta de que la Asamblea General cambie el status que le ha asigna do a esta cuestión. No está clara la extensión que tiene esta propuesta, su naturaleza, ni sus consecuencias. El Grupo de Rio solicita, por lo tanto, que la cuestión de las Islas Malvinas no sufra alteraciones respecto de su situación actual.

En lo que se refiere a los trabajos de la Mesa, favorecemos que esta adopte un papel más activo, en conformidad con lo que se sugiere en el documento y a ejemplo de las consultas mantenidas a lo largo de esta sesión de la Asamblea General. Sin embargo, al desempeñar este papel ampliado, y en conformidad con lo que se expresa en el documento, es necesario que la Mesa no extrapole los limites establecidos para su mandato en las Reglas de Procedimiento de la Asamblea General.

Gracias, Señor Presidente.

Intervenção pronunciada em nome do Grupo do Rio pela Delegação do Brasil junto às Nações Unidas, em explicação de voto proferida em seguida à aprovação de Resolução relativa à revitalização dos trabalhos da Assembléia-Geral, em complementação à Resolução 58/126.

Nova York, 1º de julho de 2004.

Señor Presidente,

Tengo el honor de tomar la palabra a nombre del Grupo de Rio, que ha participado activamente de los esfuerzos por usted liderados a favor de la revitalización de los trabajos de la Asamblea General. Desde el principio del proceso, estuvimos plena y activamente involucrados en las negociaciones, en vista de la prioridad atribuida a esta cuestión por nuestros Gobiernos, como lo expresaron claramente nuestros Presidentes en el consenso de Cuzco del año pasado.

A nombre del Grupo, me complace expresar nuestra apreciación sincera por su liderazgo y por los esfuerzos que usted, su equipo, los facilitadores y la Secretaria han emprendido para llevar adelante este proceso. Como resultado, hemos aprobado hoy una resolución que, si no es el ideal, es sin embargo una contribución efectiva para la revitalización de la Asamblea.

Señor Presidente,

A lo largo de las negociaciones, el Grupo de Rio en diversas ocasiones ofreció los puntos de vista de los países del Grupo con relación a las propuestas presentadas en los documentos de trabajo producidos durante el proceso negociador. Comprendemos que el resultado final de este proceso es necesariamente una solución de compromiso, y participamos en el consenso que se formó alrededor de esta resolución. Nos complace, además, que el tema permanezca en la pauta de

consideración de la Asamblea, lo que permitirá no solo evaluar progresos, sino también explorar otras posibilidades para llevar adelante el objetivo común de fortalecimiento de esta Organización.

Tomando en consideración también lo que se aprobó por medio de la Resolución 58/126, y con la adopción de esta nueva resolución, el periodo de la Asamblea bajo su presidencia resultó bastante exitoso en términos de la promoción de cambios con el objetivo encontrar respuestas apropiadas para el fortalecimiento del sistema multilateral, mediante la revitalización de la Asamblea General. El hecho de que se alcancen resultados concretos como estos es testimonio de los esfuerzos que usted ha dedicado a este tema, y también una demostración de que, pese a la dificultad de llegar a acuerdos con relación a cuestiones delicadas, es posible llevar adelante negociaciones de este tipo cuando hay voluntad política y dedicación de las partes negociadoras.

Gracias, Señor Presidente.

Intervenção pronunciada em nome do Grupo do Rio pela Delegação do Brasil junto às Nações Unidas, na IV Comissão, sobre a questão das Ilhas Malvinas. LIX Assembléia Geral.

Nova York, 4 de outubro de 2004.

Señor Presidente,

Es un alto honor para Brasil intervenir en el Comité en nombre de los 19 Estados que forman parte del Grupo de Río: Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador , Guatemala, Guyana, Honduras, México, Nicaragua, Paraguay, Panamá, Perú, Republica Dominicana, Uruguay y Venezuela.

Permítame, en primer lugar, expresarle la felicitación del Grupo de Río por haber asumido la conducción y liderazgo de este importante Comité, la cual hago extensiva a los demás miembros de la mesa.

Quisiera reconocer, a su vez la presencia en esta reunión de Su Excelencia, Sr. Rafael Bielsa, Ministro de Relaciones Exteriores de Argentina a quien extiendo los más cordiales saludos de nuestras delegaciones.

Señor Presidente,

El Grupo de Río desea reiterar una vez mas su apoyo a las labores del Comité de los 24 tendientes a la eliminación del colonialismo a partir de los principios establecidos en la Declaración sobre la Concesión de la independencia a los Países y Pueblos Coloniales (resolución 1514 (XV)).

Si bien es cierto que el avance hacia el logro de este objetivo ha sido sustancial desde el inicio de sus trabajos en los anos 60, no es menos cierto que se trata de un esfuerzo aun inacabado y que continua concitando una atención especial por parte de la comunidad

internacional, tal como se ha constatado con la proclamación del Segundo Decenio Internacional para la Eliminación del Colonialismo que finaliza en el ano 2010.

El Plan de Acción de este segundo Decenio hace un llamado para que se complete el proceso de descolonización de los Territorios No Autónomos que quedan en la lista, ya sea a través del ejercicio del derecho a la libre determinación o a través de la realización de consultas y negociaciones entre los Estados interesados con el fin de resolver las cuestiones aun pendientes claramente identificadas.

Ese espíritu de conciliación se encuentra vinculado al tema referido a la Cuestión de las Islas Malvinas, cuya solución pasa por resolver la disputa de soberanía, tal como lo expresan las resoluciones 2065 (XX), 3160 (XXVIII) y otras resoluciones sobre el particular de la Asamblea General.

En ese sentido, los países del Grupo de Río consideran necesario que los Gobiernos de la República Argentina y del Reino Unido reanuden las negociaciones a fin de encontrar, en el plazo más próximo posible, una solución pacifica, justa y duradera a la disputa de soberanía sobre las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sandwich del Sur, de conformidad con las resoluciones pertinentes de la Asamblea General y las de este Comité.

Intervenção pronunciada em nome do Grupo do Rio pela Delegação do Brasil junto às Nações Unidas no debate geral da I Comissão. LIX Assembléia Geral.

Nova York, 4 de outubro de 2004.

Señor Presidente,

Tengo el honor de hacer esta intervención en nombre de Grupo de Río, compuesto por Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Costa Rica, Republica Dominicana, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guyana, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Uruguay, Venezuela y Brasil. Expresamos nuestra satisfacción por ver un miembro de nuestro Grupo en la presidencia de la Primera Comisión en este año. Acepte, por favor, nuestras congratulaciones sinceras, nuestros mejores votos y nuestro deseo de colaboración.

Señor Presidente,

Desde la creación de este mecanismo permanente de consultas, hace diecisiete años, buscamos adoptar medidas concretas para preservar la paz, fortalecer la democracia y defender el desenvolvimiento de la región, una de las más pacíficas del globo. El Tratado de Tlatelolco, ahora en vigor, constituyó un ejemplo para las demás regiones, cuando estableció la primera zona libre de armas nucleares en el mundo.

La firme posición del Grupo de Río en defensa de la paz y la seguridad internacionales nos permite alentar a la comunidad internacional a dar pasos decisivos en dirección a un mejor panorama para el desarme y la no-proliferación.

En el próximo año, la Conferencia de Examen del Tratado de No Proliferación de las Armas Nucleares deparará con un cuadro complejo. Además de la existencia de cuestiones regionales difíciles a ser debatidas, recientemente se han tomado medidas fuera del marco de las Naciones

Unidas, en el campo de la no-proliferación, que en nada contribuyen para generar un debate constructivo. Desafortunadamente, los resultados de los Comités Preparatorios demostraran cuán distantes del consenso están las posiciones de los distintos grupos que participan del TNP.

En este escenario adverso, es necesario incrementar la responsabilidad de los Estados por empeñarse en encontrar espacios de negociación, indispensables para el cumplimiento del Tratado. El Grupo de Río cree que el mantenimiento de la integridad del TNP es esencial para la credibilidad de los esfuerzos por el desarme y la no-proliferación. Todos los compromisos deben ser respectados – no solamente la no- proliferación, pero también el desarme concreto, la verificación y el derecho inalienable al desarrollo de la tecnología nuclear para utilización pacifica. El Grupo de Río reitera su posición en favor de la eliminación total de los ensayos nucleares y enfatiza la necesidad de la adhesión universal al Tratado para la Prohibición Completa de los Ensayos Nucleares, inclusive de parte de todos los Estados nucleares. Destacamos la importancia de mantener la moratoria de las explosiones de armas nucleares y de cualquier otro tipo de explosiones hasta la entrada en vigor del Tratado.

El Grupo de Río tiene la esperanza que en un futuro próximo se obtenga la universalidad de la Convención sobre la Prohibición de Armas Químicas y de la Convención sobre la Prohibición de Armas Bacteriológicas (Biológicas) y Toxinas. Asimismo, destaca la necesidad de acordar un mecanismo de verificación para la Convención sobre la Prohibición de Armas Biológicas.

El Grupo de Río está convencido de que un multilateralismo eficaz es la única vía para el mantenimiento de la paz y la seguridad internacionales y que el esfuerzo conjunto de todos los Estados para convenir colectivamente instrumentos y mecanismos nos llevará a garantizar la seguridad mutua. Respecto a la Conferencia de Desarme,

el único foro multilateral para negociaciones de desarme a disposición de la comunidad Internacional, el Grupo de Río espera que vuelva a asumir su papel y responda al desafío y poder así abordar todas las cuestiones substantivas que le competen.

Expresamos nuestro apoyo también a la Comisión de Desarme de las Naciones Unidas. Por su carácter deliberativo, la Comisión constituye el marco apropiado para explorar las posibilidades de obtener progreso en los campos del desarme, no-proliferación y control de armamento. Esperamos que se alcance un consenso, a la brevedad, acerca de los temassubstantivos del programa, para que se logre una discusión fructífera en su próxima sesión.

El Grupo de Río celebra el trabajo realizado por el Grupo de Expertos Gubernamentales sobre la Relación entre Desarme y Desarrollo y su retomada de esta materia significativa en el actual contexto internacional.

El Grupo de Río renueva su compromiso con el Plan de Acción de las Naciones Unidas para Prevenir, Combatir y Eliminar el Tráfico Ilícito de Armas Pequeñas y Ligeras en Todos sus Aspectos, así como con la Convención Interamericana contra la Fabricación y el Tráfico Ilícitos de Armas de Fuego, Municiones, Explosivos y Otros Materiales relacionados. En ese contexto, saludamos a los trabajos en curso del Grupo de Trabajo encargado de negociar un instrumento internacional que permita a los Estados identificar y rastrear las armas pequeñas y ligeras.

El uso de minas antipersonal causa anualmente la pérdida de miles de vidas humanas y deja incapacitados a los sobrevivientes. Ellas constituyen hasta su desactivación una amenaza para la población civil, impidiendo el uso de tierras fértiles para la agricultura, imposibilitando el desarrollo regional y limitando las oportunidades de trabajo.

Todo ello, sin olvidar los gastos de salud y de rehabilitación ocasionados por la asistencia a las víctimas de las minas, tareas que

constituyen una desviación de recursos necesarios para el desarrollo de nuestros pueblos. Anhelamos que las generaciones futuras de todas partes del mundo puedan verse libres del sufrimiento del flagelo de las minas antipersonal, por lo que hacemos un llamado a aquellos Estados que aún no son partes de la Convención para la Prohibición del Empleo, Almacenamiento, Producción y Transferencia de Minas Antipersonal y sobre su Destrucción (Convención de Ottawa) a cumplir con sus disposiciones y adherirse a la misma.

Señor Presidente,

Expresamos nuestras congratulaciones al Centro de las Naciones Unidas para la Paz, el Desarme y el Desarrollo en América Latina y el Caribe por el éxito alcanzado en la concreción de sus objetivos en pro de la paz y la seguridad de la región. Hoy se puede afirmar que el Centro há fortalecido su programa de actividades, a través de la realización de seminarios, destrucción de armas y municiones y difusión de la información. Todo esto con la estrecha colaboración de los Estados Miembros de la región, organismos de las Naciones Unidas y organizaciones no gubernamentales.

Los países del Grupo de Río acogemos con beneplácito la declaración de San Francisco de Quito sobre el establecimiento y desarrollo de la Zona de Paz Andina, adoptada por los Jefes de Estado de los Países miembros de la Comunidad Andina en Quito, Ecuador, el 12 de julio de 2004, en el marco de la XV Reunión del Consejo Presidencial Andina. El establecimiento de esta Zona de Paz es una prueba mas de que los Estados que conformamos el Grupo de Río promovemos la convivencia pacífica en la región y desarrollamos nuestras relaciones en condiciones de paz y libertad.

Señor Presidente,

Para finalizar, deseo expresar la visión del Grupo de Río respecto a la cuestión de la revitalización de la Primera Comisión. Creemos que para mejorar los métodos de trabajo de la Primera Comisión, en primer

lugar debe existir una confianza mutua y un espíritu de cooperación entre todos los Estados, de manera a que se constituya en un foro donde se pueda debatir temas de máxima prioridad para la paz y seguridad internacionales. Todavía, el objetivo principal del proceso de revitalización de la Primera Comisión debe ser el de recuperar su papel político, conforme al mandato de los artículos 11 y 13 de la Carta de las Naciones Unidas.

Intervenção pronunciada em nome do Grupo do Rio pela Delegação do Brasil junto às Nações Unidas, na sessão formal de organização da V Comissão. LIX Assembléia-Geral.

Nova York, 4 de outubro de 2004.

Señor Presidente:

Tengo el honor de intervenir en esta sesión de organización de los trabajos de la V Comisión en nombre del Grupo de Río: Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guyana, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay, Venezuela y Brasil.

El Grupo de Río aprovecha esta oportunidad para felicitar a Ud. y a los demás miembros de la Mesa por su elección, y asegurarles la plena cooperación de cada una de las delegaciones de los países del Grupo. Quisiera también agradecer a la Mesa y a la Secretaría por sus esfuerzos en la preparación del programa provisional de trabajo.

El Grupo se asocia a la intervención hecha por el distinguido delegado de Qatar a nombre del G-77 y China y desea comentar sobre ciertas cuestiones que estima de particular importancia para nuestras deliberaciones.

Con relación al Presupuesto por Programas para el bienio 2004-2005 enfatizamos nuestro firme compromiso con el estricto control en materia presupuestaria. Creemos, además, que todas las Implicaciones sobre el Presupuesto por Programas deben ser consideradas conjuntamente y bajo la misma resolución.

Apoyamos las recomendaciones del Comité de Cuotas en relación con las solicitudes de exención de aplicación del Artículo 19 por parte de los siguientes países: Las Comoras, Guinea- Bissau, Irak, Níger,

República Centroafricana, Moldova, São Tomé y Príncipe, Somalia y Tayikistán.

Señor Presidente:

En relación con el tema de recursos humanos reiteramos la necesidad de un sistema justo y equitativo de reclutamiento y ascensos; de distribución geográfica equitativa para todo el sistema de Naciones Unidas; de condiciones apropiadas de trabajo para los funcionarios, incluyendo la ampliación de condiciones de seguridad; de un sistema transparente para la delegación de autoridad, de forma paralela a un sistema apropiado de responsabilidad; de un mayor equilibrio de género y de un sistema más efectivo de administración de justicia.

El Grupo espera que las decisiones tomadas por la Asamblea General con respecto a la Dependencia Común de Inspección tendrán por objetivo el fortalecimiento de su responsabilidad colectiva, de manera que se propicie un proceso de reforma real y efectivo.

El Grupo desea destacar la labor de la Oficina de Servicios de Supervisión Interna al señalar las ineficiencias y el incumplimiento de reglas y normas por parte de Departamentos y órganos subsidiarios de las Naciones Unidas. Los esfuerzos de la Oficina complementan los nuestros con miras a un manejo de recursos más efectivo y a la rectificación de irregularidades.

Reconocemos las necesidades especiales de las operaciones de mantenimiento de la paz y comprometemos nuestros esfuerzos para aprobar los recursos necesarios durante el mes de octubre. En nuestras deliberaciones sobre el asunto, el Grupo se orientará hacia la necesidad de garantizar la aplicación de reglas generales; un tratamiento no-discriminatorio en relación con las normas financieras y administrativas; y una verdadera efectividad de las misiones y eficiencia en la utilización de recursos.

Finalmente, Señor Presidente, el Grupo de Río no tiene mucho que añadir a los innumerables y reiterados llamados formulados en el

pasado sobre el retraso en la publicación de la documentación, excepto decir que este año esperamos ver el fin de esa práctica que, como sabemos, constituye un serio obstáculo a la plena participación de nuestras delegaciones en los trabajos de esta Comisión.

Muchas gracias, Señor Presidente.

Intervenção pronunciada em nome do Grupo do Rio pela Delegação do Brasil junto às Nações Unidas, no debate geral da II Comissão. LIX Assembléia-Geral.

Nova York, 6 de outubro de 2004.

Señor Presidente,

Tengo el honor de efectuar la siguiente intervención en nombre de los 19 países miembros del Grupo de Río: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guyana, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela. Me complazco en felicitar a Ud., Señor Presidente, y a los demás miembros de la Mesa por su elección para presidir los trabajos de la Segunda comisión durante la 59a. Sesión de la Asamblea General.

Me gustaría también aprovechar la oportunidad para agradecerle a su antecesor, Embajador Chowdhury, así como al Señor José Antonio Ocampo, Secretario General Adjunto para Temas Económicos y Sociales y, por su intermedio, a los demás miembros de su equipo, por la labor preparatoria para esta sesión.

Señor Presidente,

Existe un claro reconocimiento de que la globalización, aunque ofrezca posibilidades de desarrollo, ha producido asimetrías y ha agudizado, en muchos casos, la pobreza y las desigualdades. Nuestro desafío sigue siendo el de manejar los riesgos y cambios ocasionados por el proceso de globalización.

Por su parte, los países en desarrollo, deben, entre otras medidas, adoptar políticas coherentes y apropiadas, y asegurar la buena gobernabilidad. En ese sentido, es necesario establecer un ambiente internacional apropiado que permita a los países en desarrollo enfrentar

los desafíos de la globalización y asegurar que sus beneficios sean repartidos de forma más ecuánime.

Por otro lado, las asimetrías del sistema económico y financiero global deben ser corregidas, para permitir que todo el sistema internacional funcione de una forma que favorezca la realización de los objetivos de desarrollo.

Como ha sido reconocido en el Consenso de Monterrey, el comercio juega un importante rol en la promoción del crecimiento económico, del empleo y del desarrollo. Debemos, por lo tanto, consolidar esfuerzos para alcanzar un sistema de comercio multilateral que sea abierto, equitativo y orientado hacia el desarrollo. La apertura de los mercados a las exportaciones procedentes de los países en desarrollo es una condición necesaria para mantener el crecimiento y constituye un factor fundamental para la promoción de inversión interna y externa. Será necesario asimismo revertir la tendencia a la baja y a la volatilidad de los precios de los productos básicos.

El llamado "paquete" de Julio negociado en el ámbito de la Organización Mundial del Comercio constituye un hecho alentador. El "paquete" ha permitido mantener el nivel de ambición del mandato de Doha y ha creado condiciones para que las negociaciones sigan de una forma balanceada. En la medida en que se incorpore el tema agrícola a la disciplina del comercio multilateral, los plazos asignados para la conclusión de las negociaciones globales deben mantenerse.

Por otra parte, la XI Sesión de UNCTAD, realizada en São Paulo, nos ha brindado nuevas ideas sobre las relaciones básicas entre las estrategias de desarrollo nacionales y los procesos económicos globales. Entre otros aspectos, UNCTAD XI ha consolidado la integración de la dimensión del desarrollo en las discusiones comerciales. Asimismo, ha enfatizado la importancia del concepto del espacio que los países en desarrollo necesitan para lograr sus objetivos de desarrollo y elaborar las políticas necesarias para asegurar que la globalización sea justa y

sirva a sus necesidades en esse sentido. Consideramos importante avanzar sobre la base de los principios consagrados en el Consenso de São Paulo y en el Espíritu de São Paulo.

Por otra parte, es necesario asegurar que la cooperación en asuntos tributarios prospere con miras a asegurar el desarrollo de un ambiente favorable en esa materia, con base en un enfoque multilateral.

En lo que se refiere a la deuda externa, acreedores y deudores deben compartir la responsabilidad en la prevención y solución de situaciones insostenibles. El alivio de las deudas puede jugar un papel importante en lo que se refiere a la liberación de recursos para actividades consistentes com la erradicación de la pobreza, el crecimiento económico sustentable y el desarrollo sostenible.

En muchas situaciones, el pago de la deuda es prácticamente imposible, en la ausencia de asistencia internacional dirigida a permitir que los países endeudados reconstruyan su solvencia económica y, consecuentemente, su capacidad de pago, por una parte, y en la ausencia de medidas orientadas a promover su crecimiento y desarrollo sostenible, por otra.

Señor Presidente,

Es importante tomar nota de los trabajos adelantados por la Comisión sobre el Sector Privado y el Desarrollo referidos al papel central del sector privado en la promoción de la economía en nuestros países y, en ese contexto, el impacto positivo de su quehacer como generador de riqueza y desarrollo social. Asimismo, reconocemos el importante aporte al diálogo sobre los desafíos, los cambios, los riesgos y las posibilidades de desarrollo de la globalización que ha sido brindado por el informe coordinado por la Organización Internacional del Trabajo, en respuesta a la iniciativa de los Gobiernos de Finlandia y Tanzania.

EL G-Río considera que existe un amplio consenso internacional en la necesidad de implementar los compromisos contraídos en el conjunto de las Conferencias y Cumbres de las Naciones Unidas en el

ámbito económico y social, especialmente los considerados en el Consenso de Monterrey y en el Programa de Acción de Johannesburgo, mejorando la coherencia, la coordinación y la cooperación en las esferas de la acción del sistema de las Naciones Unidas, como también en el ámbito de las competencias regionales y nacionales.

Señor Presidente,

Ante las limitaciones presupuestarias de los países en desarrollo, tanto en recursos técnicos, financieros y humanos altamente calificados, el Sistema de las Naciones Unidas há sido un importante socio para apoyar los procesos de desarrollo nacionales, de conformidad con los grandes lineamientos consensuados en el ámbito multilateral.

La presencia de los Representantes Residentes en los países en desarrollo ha sido importante para facilitar las labores de coordinación en cuanto a la elaboración, ejecución, evaluación y seguimiento de los proyectos y programas, según las necesidades de cada país.

Apoyamos medidas apropiadas para apoyar a los países que enfrentan situaciones especiales, entre los cuales los Pequeños Estados Insulares en Desarrollo (SIDS), los países de menor desarrollo relativo (LDCs) y los países sin salida para el mar ("land-locked").

Sin perjuicio de la atención prioritaria que merece la situación de algunos países en desarrollo, entendemos que los programas y fondos de las Naciones Unidas deben salvaguardar el principio esencial de la universalidad y elegibilidad en el apoyo suministrado al desarrollo económico y social de todos los países miembros, incluyendo aquellos que, a través de grandes esfuerzos de reajuste estructural de sus economías, de apertura de mercados y de adopción de adecuadas medidas de gobernabilidad han logrado alcanzar niveles de desarrollo intermedio, que para su sustentabilidad requieren del apoyo de la cooperación internacional.

El mantenimiento de la cooperación técnica y financiera internacional es esencial para el desarrollo de los países de ingresos medios

como complemento de sus esfuerzos para el fortalecimiento de las democracias y por ende en la lucha contra la pobreza.

Señor Presidente,

En lo que se refiere a la Segunda etapa de la Cumbre Mundial sobre la Sociedad de la Información, consideramos que para que la sociedad de la información evolucione a sociedades del conocimiento, esta debe basarse en el conocimiento compartido y la incorporación de todas las dimensiones éticas y socioculturales del desarrollo sostenible, más allá de los aspectos tecnológicos. Debe asimismo tomar en cuenta la dimensión humana de la brecha digital y fundamentarse en su compromiso con los derechos humanos y las libertades fundamentales.

Reiteramos nuestro compromiso de contribuir para que se pueda alcanzar en la 13a. Sesión de la Comisión sobre el Desarrollo Sostenible un conjunto de políticas que asistan a los países en materia de agua, saneamiento y asentamientos humanos. La consideración del tema de los asentamientos humanos en este primer conjunto de temas en consideración bajo el nuevo formato bienal para las reuniones de la CDS permitirá un mayor impulso hacia la implementación de los resultados de la Conferencia sobre el tema (Habitat II).

Manifestamos nuestro apoyo a la negociación de un régimen internacional para promover y salvaguardar de forma eficaz la distribución justa y equitativa de los beneficios derivados de la utilización de los recursos genéticos.

Asimismo esperamos contribuir para alcanzar resultados importantes en la Conferencia Mundial sobre la Reducción de los Desastres a celebrarse en el próximo mes de enero de 2005, en Kobe. Creemos que la evaluación de la Estrategia de Yokohama deberá incluir, entre otros, la necesidad de que la comunidad internacional coopere decididamente en materia financiera con el Fondo Fiduciario para la Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres; así como con la facilitación de recursos científicos, técnicos y humanos suficientes

para fortalecer tanto el trabajo de la Secretaría Interinstitucional de la Estrategia como cualquier iniciativa que se adelante para el desarrollo de mecanismos de alerta temprana orientados a mitigar y prevenir los efectos de los fenómenos metereológicos extremos y sus consecuencias económicas, sociales y ambientales.

Tomando en cuenta los devastadores daños causados por los fenómenos metereológicos en la Región del Caribe, nos sumamos al llamado para aumentar la ayuda internacional realizado por las Agencias Humanitarias de la ONU, en favor de Granada y Haití. En tal sentido, el Grupo de Río manifiesta la disposición de sus miembros para actuar de acuerdo a los más altos principios de solidaridad y amistad que unen a nuestros pueblos al momento de suministrar ayuda humanitaria a aquellos países afectados por desastres naturales.

Señor Presidente,

Esperamos, sobretodo, que en resultado de la labor a ser desarrollada en el ámbito de esta sesión de la Segunda Comisión, podamos realizar aportes a la sesión plenaria de alto nivel a realizarse en el inicio de la 60a. Sesión de la Asamblea General que permitan adoptar decisiones orientadas al cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODMs). Parece haber consenso en que las decisiones que deberán adoptarse en 2005 serán cruciales para el cumplimiento de los ODMs. En ese contexto, la implementación de los resultados de la Cumbre del Milenio jugará un rol fundamental en las discusiones que se trabarán bajo diversos temas de la agenda. El Grupo de Río atribuye, sin embargo, una particular importancia a los debates bajo el ítem 84 (Seguimiento y implementación de los resultados de la Conferencia Internacional sobre Financiación al Desarrollo), que tendrán lugar en la segunda comisión.

Como ha sido reconocido por el Consenso de Monterrey, la financiación al desarrollo abarca la solución duradera para la deuda externa, el cumplimiento de los compromisos en materia de asistencia

oficial al desarrollo (ODA) y flujos de inversión directa orientados hacía el desarrollo.

En nuestra opinión, las discusiones bajo este ítem de la agenda nos brindarán la oportunidad de explorar el tema de a identificación de Fuentes inovadoras de financiación, según el espíritu del párrafo 44 del Consenso de Monterrey. Pensamos que los recursos generados por cualquier mecanismo inovador deberían ser canalizados para países en desarrollo de una forma estable, transparente y previsible y sin condicionalidades adicionales, con miras a la erradicación de a pobreza y del hambre y a la promoción del desarrollo com equidad.

Esperamos que, en los debates sobre el seguimiento de los resultados de la Conferencia de Monterrey, sea establecido un proceso que permita considerar todas las propuestas existentes desde los puntos de vista técnico y político. Consideramos que corresponde al más elevado interés de toda la comunidad internacional seguir trabajando hasta Septiembre de 2005 sobre la base de las ideas contenidas en los documentos sometidos a la segunda comisión con miras a aportar a la toma de decisiones en aquella oportunidad. Esos documentos incluyen, entre otros, el informe preparado por el Secretario General, así como el informe del grupo técnico sobre mecanismos financieros innovadores que fuera establecido por los Presidentes Lula, Chirac y Lagos, con el apoyo del Secretario General, y a los cuales se juntó luego el Presidente Zapatero.

Permítame reiterar que la Acción contra el hambre y la Pobreza que ha sido lanzada por los cuatro Presidentes, reconoce la necesidad de aumentar y perfeccionar la asistencia oficial al desarrollo. La iniciativa cuatripartita se basa, sobretodo, en el entendido de que también sería apropiado y oportuno darle más atención a posibles mecanismos inovadores de financiación – sean públicos o privados, compulsivos o voluntarios, universales o de membresía limitada – con miras a generar recursos nuevos y adicionales para lograr el cumplimiento de los

objetivos de desarrollo del milenio. La reunión de líderes mundiales que ha sido realizada el pasado 20 de septiembre, en la víspera del inicio del debate general de la Asamblea General, ha logrado renovar el impulso político a la búsqueda de fuentes innovadoras de financiación. La Declaración de Nueva York sobre la Acción contra el Hambre y la Pobreza ha sido apoyada, en la ocasión, por 108 países; otros siguen manifestando su apoyo.

Adicionalmente, el Grupo de Río viene debatiendo desde su ultima Cumbre de Cusco, el tema de los mecanismos financieros innovadores vinculados a la necesidad de ampliar la capacidad de los gobiernos de realizar inversiones publicas, en especial en el área de infraestructura. Las propuestas concretas sobre el particular se encuentran en una fase de maduración y vienen siendo discutidas por nuestros expertos gubernamentales. Esperamos que en su oportunidad estas puedan ser apoyadas por la comunidad internacional.

Estamos convencidos de que en el curso de esta sesión de la Segunda comisión, tendremos la oportunidad – y también la obligación – de evaluar todas las posibilidades que puedan llevar a propuestas concretas para consideración de la sesión plenaria de alto nivel, en especial en lo que se refiere a acciones necesarias para asistir a todos los países y a todas las regiones a cumplir los ODMs.

El Grupo de Rio reitera la importancia que atribuye a esse evento, cuyo foco debería estar en los temas de desarrollo, sobretodo en lo que se refiere a la implementación de los compromisos y evaluación de recursos.

Una preparación adecuada será crucial para asegurar el éxito de la sesión plenaria de alto nivel. En ese contexto, el Grupo de Río no sólo espera contribuir a la preparación de la sesión plenaria propiamente dicha sino también a la preparación de las reuniones internacionales relevantes que se realizarán en el 2005, incluyendo el Diálogo de Primavera de ECOSOC con las instituciones de Bretton Woods y la

OMC, el Diálogo de Alto Nivel sobre Financiación al Desarrollo y la Sesión Sustantiva de ECOSOC, las cuales brindarán preciosas oportunidades para la evaluación de las opciones disponibles.

Muchas gracias.

Intervenção pronunciada em nome do Grupo do Rio pela Delegação do Brasil junto às Nações Unidas, por ocasião do debate, na VI Comissão, sobre o item da agenda da LIX Assembléia-Geral relativo ao "Relatório do Comitê Especial sobre a Carta das Nações Unidas e sobre o Fortalecimento do Papel da Organização".

Nova York, 7 de outubro de 2004.

Señor Presidente,

Tengo el honor de hablar en nombre de los países miembros del Grupo de Río: Argentina, Bolivia, Colombia, Costa Rica, Chile, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guyana, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay, Venezuela y mi propio país, Brasil.

El Grupo de Río lo felicita por su elección al frente del Comité y le expresa su voluntad de colaborar para el buen desarrollo de los trabajos.

Señor Presidente,

El Grupo de Río desea señalar la importancia que asigna al tema sobre el Informe del Comité Especial de la Carta de las Naciones Unidas y del fortalecimiento del papel de la Organización. Nuestros países reconocen también el significativo trabajo de este Comité, especialmente en lo que se relaciona con la necesidad de prevenir y resolver por medios pacíficos las controversias que puedan poner en peligro el mantenimiento de la paz y la seguridad internacionales.

En este contexto, el Grupo también reconoce la labor de la Corte Internacional de Justicia en el arreglo pacífico de las controversias entre los Estados.

Agradecemos al Secretario General los exhaustivos informes que ha preparado en cumplimiento de los requerimientos de la Asamblea General, con el objeto de analizar y proponer medidas que ayuden a paliar los problemas económicos especiales que la aplicación de sanciones causa a terceros Estados – vecinos o próximos al Estado sancionado – que a menudo se ven perjudicados por los efectos secundarios de las sanciones.

Creemos que en aquellos casos en que resulta necesario al Consejo de Seguridad aplicar medidas preventivas o coercitivas, de acuerdo a lo dispuesto por el capítulo VII, es imprescindible que se pongan en práctica todas las salvaguardias existentes a fin de reducir al mínimo los perjuicios colaterales y en particular las consecuencias adversas para los terceros Estados.

En este sentido, creemos que es necesario continuar avanzando en las deliberaciones sobre este tema hasta que se concrete un marco conceptual y objetivo. Tal marco debe ser conocido con toda la anticipación oportuna por todos los Estados y a ser adaptado, según proceda, a las circunstancias particulares de los Estados afectados.

Estamos convencidos de que la existencia de un régimen preestablecido favorecerá también la actuación de las Instituciones financieras y comerciales internacionales que pueden colaborar tanto con sus conocimientos técnicos como con los recursos financieros necesarios para contrarrestar los diversos efectos negativos y demás dificultades que en muchas ocasiones sufren los terceros Estados.

Señor Presidente,

El Grupo de Río agradece el informe del Secretario General A/59/189 y muy especialmente el hecho de que se hayan logrado importantes progresos en la puesta al día de la publicación del Repertorio de la Práctica seguida por los órganos de las Naciones Unidas y del Repertorio de la Práctica seguida por el Consejo de Seguridad.

En particular en lo que respecta al Repertorio de los órganos de las Naciones Unidas, alentamos que se continúen los esfuerzos tendientes a eliminar completamente los atrasos, así como que se actualice su traducción a los otros idiomas. A tales efectos creemos importante que se prosiga la búsqueda de otras posibilidades que puedan contribuir a ello, como por ejemplo el proyecto piloto al que se hace referencia en el citado informe, en el caso de que su evaluación final arroje resultados positivos.

Asimismo y con referencia a la financiación de dicho Repertorio reiteramos la necesidad de que se cree un Fondo Fiduciario, sobre la base de contribuciones voluntarias para la continuación de la actualización de tan importante fuente de información sobre la aplicación y la interpretación de la Carta de las Naciones Unidas y la labor de todos sus Órganos. Debemos recordar que existe un fondo fiduciario para el Repertorio (Repertoire) de la Práctica seguida por el Consejo de Seguridad. Ambos repertorios deben ser tratados en igualdad de circunstancias por lo que sugerimos que se corrija esta discrepancia siguiendo la recomendación del Comité contenida en el párrafo 111, Capitulo VI del Informe, documento A/59/33. Invitamos a la VI Comisión a que tome las medidas necesarias para actuar en consonancia con dicha recomendación.

Señor Presidente,

El Grupo de Río, considera que es muy importante en esta época en que la reforma de la Organización se ha convertido en una prioridad, que nuestro Comité también se aboque a su renovación. En ese sentido consideramos necesario que se mejoren los métodos de trabajo a fin de incrementar su eficiencia y que en cumplimiento de lo solicitado en el numeral 4 de la Resolución 58/248 se incorporen nuevos temas que nos permitan contribuir tanto a la revitalización de la labor de las Naciones Unidas como de este Comité.

Muchas gracias.

Intervenção pronunciada em nome do Grupo do Rio pela Delegação do Brasil junto às Nações Unidas, por ocasião do debate, na V Comissão, sobre o item da agenda da LIX Assembléia-Geral relativo à "Escala de Contribuições".

Nova York, 18 de outubro de 2004.

Señor Presidente:

Tengo el honor de tomar la palabra en nombre del Grupo de Río: Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guyana, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay, Venezuela y Brasil.

El Grupo de Río desea expresar su agradecimiento al Señor Presidente de la Comisión de Cuotas, Señor Ugo Sessi, por la presentación del informe contenido en el documento A/59/11. El grupo reconoce la labor de la Comisión en calidad de órgano técnico independiente de la Asemblea General en este tema y valora su trabajo durante el reciente 64 Período de Sesiones.

Dado que la metodología ha quedado congelada desde la aprobación de la resolución A/55/5B y que la consideración de la misma se hará durante la 60ª. Asamblea General, el Grupo de Río entiende que no corresponde en esta ocasión profundizar en una discusión al respecto.

Sin embargo, el Grupo de Río espera que la Comisión de Cuotas tenga en cuenta las consecuencias y, especialmente, los efectos negativos que ha tenido la aplicación de la metodología vigente, en particular en los países en desarrollo. A este respecto, queremos reiterar que fuimos los aíses del Grupo de Río, desde el año 2000 a la fecha, los que sufrimos el mayor incremento en nuestras contribuciones.

Con referencia a lo expresado por la Comisión de Cuotas en el párrafo 10 de su informe, queremos solicitar que se revisen cuidadosamente aquellas situaciones en las que países recibieron incrementos sustanciales en sus contribuciones – en ocasiones, superiores a un 30%, y en algunos casos, incluso, hasta un 95% – y se presenten propuestas para corregir tales distorsiones en la futura metodología.

Es también interés de nuestro grupo señalar que el nuevo mecanismo de cálculo debería incluir un componente que tenga en cuenta medidas de alivio por el elevado peso que la deuda externa representa para nuestros países.

En cuanto a los planes de pago plurianuales, el Grupo desea reiterar su posición en el sentido de que los mismos son de carácter voluntario y que su presentación no está vinculada a la consideración de la situación de un Estado miembro, ni tampoco a los casos de exención de aplicación del artículo 19.

Con respecto a las medidas para alentar el pago de las cuotas atrasadas, el Grupo desea reiterar la resolución A/57/4C en la que la Asamblea General expresó la necesidad de que dichas medidas tengan un impacto positivo para ayudar a países miembros en circunstancias difíciles a poder cumplir con sus compromisos con la Organización. El Grupo reitera que no resulta aceptable que las medidas tengan un carácter punitivo y, en este sentido, alienta a la Comisión de Cuotas a seguir trabajando positivamente. A este respecto, el Grupo ve com agrado la recomendación contenida en el párrafo 32 de su informe.

El Grupo de Río aprovechará las consultas informales para solicitar aclaraciones sobre algunos puntos señalados por el Señor Ugo Sessi en su presentación.

Muchas gracias.

Intervenção pronunciada em nome do Grupo do Rio pela Delegação do Brasil junto às Nações Unidas, por ocasião do debate, na IV Comissão, do item da agenda da LIX Assembléia-Geral relativo à "Revisão Abrangente de Toda a Questão de Operações de Paz em Todos os Seus Aspectos".

Nova York, 27 de outubro de 2004.

Señor Presidente,

Tengo el honor de dirigirme a esta Comisión en nombre del Grupo de Rio sobre el Tema 77 de la Agenda "Examen Amplio de toda la Cuestión de las Operaciones de Mantenimiento de la Paz en todos sus Aspectos". Quisiera agradecer al Sub-Secretario-General Jean-Marie Guéhenno por su presentación a la Comisión sobre las evoluciones más importantes en el campo de las operaciones de paz en los últimos doce o dieciocho meses.

Señor Presidente,

Se puede observar, desde mediados de 2003, una multiplicación de las operaciones de mantenimiento de la paz. En junio pasado, las Naciones Unidas tenían cerca de 36 mil hombres en el terreno; hoy, más de 60 mil efectivos militares trabajan en 16 diferentes misiones, y miles más deberán ser movilizados en los próximos meses. En los últimos 18 meses, cuatro misiones multidimensionales fueron creadas – UNMIL, UNOCI, ONUB y MINUSTAH – con responsabilidades que exceden en mucho las tareas de las operaciones tradicionales.

Las Naciones Unidas proporcionan ayuda para la reconstrucción de los países donde se encuentran esas misiones (Liberia, Côte d'Ivoire, Burundi y Haití) y buscan ofrecer soluciones para las "causas profundas" de los conflictos armados, de manera de consolidar, una vez concluidas

las misiones, una paz duradera y sostenible. Las Naciones Unidas, con esas operaciones nuevas y con funciones ampliadas, busca una "paz positiva", una que sea más que la simple ausencia de conflictos, y signifique un compromiso de todas las partes interesadas en resolver sus disputas, presentes y futuras, por medios pacíficos, y no militares. Más que eso, la idea de que la paz no puede durar sin que haya desarrollo está arraigada en los mandatos de las nuevas misiones. Esas operaciones multidimensionales tienen la doble responsabilidad de garantizar la seguridad y a la vez ayudar en la promoción del desarrollo como actividades paralelas, y no sucesivas.

Señor Presidente,

La multiplicación de operaciones de paz crea dificultades operacionales para la ejecución de los mandatos de las Naciones Unidas y sus Estados Miembros. Reflejando la reciente declaración del Secretario-General Kofi Annan en Dublin, llegó el momento de que los países desarrollados asuman la responsabilidad de proveer una mayor parte de la demanda de tropas para operaciones de paz. Una misión que no tiene los medios materiales y los recursos humanos para cumplir adecuadamente su mandato puede verse en una situación difícil, capaz de dañar la imagen de la Organización y, sobre todo, no estar en capacidad de responder a las expectativas de la población civil en el terreno.

De manera similar, es importante facilitar el acceso de nacionales de países en desarrollo a puestos y posiciones en el Departamento de Operaciones de Mantenimiento de la Paz a nivel de toma de decisiones.

Otras dificultades incluyen el continuo aumento del presupuesto requerido para las operaciones de mantenimiento de la paz, la capacidad limitada del Departamento de Operaciones de Mantenimiento de la Paz para establecer y mantener tantas y tan complejas misiones y las dificultades para coordinar las acciones de diversas operaciones en una misma región, así como las actividades multidimensionales, que

incluyen cuestiones como la incorporación de una perspectiva de género, el Estado de derecho y la justicia de transición. Se espera que los Estados Miembros, más que nunca, estén en condiciones de proporcionar la asistencia necesaria para asegurar el éxito de estos esfuerzos.

El Grupo de Río observa con suma preocupación, como los grandes esfuerzos que realiza el Servicio de Evaluación y Entrenamiento de la División Militar del DOMP (TES/MD) fueron reducidos drásticamente, por razones presupostarias. Es de considerar que la labor del TES/MD es de grande importancia para unificar los conceptos en cuanto a operaciones de paz a nivel de los Estados Miembros.

Señor Presidente,

En ese contexto de oportunidades y desafíos en el mantenimiento de la paz, los países del Grupo de Rio apoyan las operaciones de paz de las Naciones Unidas de distintas maneras. Este apoyo no se restringe al ofrecimiento de tropas, sino que también comprende todas las áreas bajo los mandatos de las misiones multidimensionales, como el envío de oficiales y contingentes de policía; capacitación de la policía local; asistencia electoral; asistencia humanitaria y cooperación en los ámbitos de la salud y educación.

Desde abril de 2004, hay una operación de paz en un país de nuestra región – MINUSTAH, en Haití. Es digno de mención que la mayoría de los militares participantes en esa misión, y parte de los policías, provienen de países del Grupo de Rio. Algunos países del Grupo están trabajando para dar asistencia electoral y otras formas de cooperación a Haití. Esa disposición no es solamente una demostración de solidaridad en relación a un país americano, sino también reafirma el compromiso profundo de los países del Grupo de Rio con las Naciones Unidas y la solución pacífica de conflictos.

Señor Presidente,

Además de atender las necesidades de las misiones existentes, es necesario que los Estados Miembros trabajen juntos de manera

constructiva para resolver los problemas estructurales derivados de la multiplicación actual de operaciones de mantenimiento de la paz. El Comité Especial sobre Operaciones de Mantenimiento de la Paz es un instrumento esencial en este proceso, toda vez que tiene la competencia para emitir a la Secretaría amplios lineamientos políticos sobre como superar las dificultades y también acompañar los esfuerzos del DOMP para atender la creciente demanda por operaciones de mantenimiento de la paz.

En sus intervenciones ante el Comité Especial, el Grupo de Rio insiste que los países en desarrollo deben tener la oportunidad de contribuir para el mantenimiento de la paz. Si bien ha habido una mejora en los plazos de reembolso, es importante recordar que no ha habido acuerdo sobre la actualización recomendada por el Secretario General de las tasas de reembolso a las tropas. Es también necesario que el DOMP tenga en consideración, en la planificación y despliegue de las misiones, las dificultades, especialmente de orden financiero, que enfrentan los países en desarrollo. Reiteramos el pedido para que se estudie la constitución de un mecanismo que permita hacer un pago adelantado destinado al despliegue de los países en desarrollo. Asimismo, y debido a la situación económicamente frágil de muchos países, es necesario que el reembolso sea procesado rápidamente.

Es igualmente importante tener en cuenta, en las nuevas operaciones, que los modelos de estructura estandarizados deben ser utilizados sin perderse la flexibilidad que permita contemplar las características de cada misión, del país afectado y de los Estados contribuyentes.

En ese contexto, la adopción de medidas apropiadas para garantizar la seguridad y la protección del personal de asistencia humanitaria y del de las Naciones Unidas constituye un elemento de vital importancia para favorecer un adecuado ambiente que posibilite un tratamiento eficaz de los objetivos deseados por las misiones en terreno.

Señor Presidente,

Para concluir, quisiera expresar dos ideas. En primer lugar, las operaciones de mantenimiento de la paz son un instrumento eficiente y eficaz para enfrentar los más difíciles conflictos armados en el mundo. A pesar de algunas dificultades, las misiones de paz de las Naciones Unidas realmente aumentan las oportunidades de una paz duradera, justa y sostenible. Las treguas provisionales que tienen el apoyo de operaciones de paz tienden a evolucionar positivamente y consolidarse como acuerdos de paz amplios. Las Naciones Unidas deben trabajar para perfeccionar esos métodos y mantener el impulso positivo de las operaciones de mantenimiento de la paz.

En segundo lugar, el éxito del mantenimiento de la paz depende mayormente de la capacidad de incorporar a los mandatos de misiones multidimensionales, las actividades destinadas a combatir las causas profundas de los conflictos armados. Estimular el desarrollo, promover el Estado de derecho, establecer mecanismos confiables de justicia de transición, atender las necesidades especiales de los niños y las mujeres en conflictos armados y asegurar el éxito del desarme, desmovilización y reintegración, para mencionar unas pocas, son etapas cruciales para consolidar las instituciones democráticas en países que salen de conflictos.

Señor Presidente,

El Grupo de Rio considera que la cooperación estrecha entre los Estados Miembros y órganos de las Naciones Unidas, dentro de sus mandatos existentes, en seguimiento a las líneas mencionadas arriba, garantizará el éxito del mantenimiento de la paz.

Señor Presidente,

El Grupo de Rio finalmente aprovecha la oportunidad para hacer un tributo a todos los hombres y mujeres que hicieran el sacrificio supremo en defensa de la paz y de la estabilidad en el mundo.

Intervenção pronunciada em nome do Grupo do Rio pela Delegação do Brasil junto às Nações Unidas, por ocasião da introdução, na V Comissão, do item da agenda da LIX Assembléia Geral relativo à "Situação Financeira das Nações Unidas".

Nova York, 28 de outubro de 2004.

Señor Presidente:

Tengo el honor de intervenir en nombre del Grupo de Río: Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guyana, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay, Venezuela y Brasil.

El Grupo de Río se asocia a la intervención realizada por el distinguido delegado de Qatar en nombre del Grupo de los 77 y China.

El Grupo de Río desea expresar su agradecimiento a la Secretaria General Adjunta para Asuntos de Administración, Sra. Catherine Bertini, por su presentación sobre la situación financiera de la Organización. La información minuciosa y detallada allí contenida nos permite formarnos una imagen clara y completa de nuestras acciones y de los medios con los que contamos.

Se trata de la imagen amplia de una asociación de Estados que se esfuerzan mancomunadamente hacia la paz y el desarrollo. Hacia un mundo libre de conflictos, libre de miseria, libre de hambre.

Desafortunadamente, también puede interpretarse como la imagen de una escena internacional en la que la distribución desigual de las oportunidades y de la riqueza prácticamente ha imposibilitado a los países en desarrollo satisfacer plenamente sus obligaciones con la Organización, al tiempo que atienden las necesidades básicas de sus pueblos. No olvidemos – en medio de los juiciosos diagramas y gráficas

estadísticas que alaban a aquellos que pagan a tiempo y señalan a aquellos que no lo pueden hacer – que es, de lejos, mucho más difícil para un país en desarrollo que lucha contra una situación económica crónicamente frágil realizar sus pagos mínimos, frente a lo que resulta el pago completo de sus contribuciones para aquellos países cuyos ciudadanos gozan de algunos de los PIBs per cápita más altos del planeta.

Se trata de una imagen que entraña una enorme preocupación para el Grupo de Río, cuyos miembros no sólo han experimentado un incremento promedio superior al 40% en sus contribuciones según la escala de cuotas, sino que también han enfrentado crisis financieras extremas y de deuda externa en los últimos años, a pesar de lo cual han adelantado todos los esfuerzos posibles por cumplir con sus compromisos financieros ante la Organización. Allí donde hemos fallado, y siempre que así ha sido, no ha sido ello el producto de una decisión propia sino un último recurso habida cuenta de las circunstancias. Se trata, en fin, de una imagen de esfuerzos fundamentales así como de limitaciones agudas.

Dentro de los asuntos que atraen nuestra particular atención está la continua situación delicada de los tribunales penales internacionales. Así mismo, el reembolso a los países contribuyentes de tropas, asunto que viene de tiempo atrás, exige una solución que hace largo tiempo debió aplicarse.

En cuanto a los nuevos proyectos de interés para los Estados Miembros, no cabe duda de que nuestros propósitos y nuestra imaginación no tienen límites. Pero si hemos de volver a pintar sobre este lóbrego lienzo, deberíamos inclinarnos más bien por los colores de la prioridad y del sentido común.

Señor Presidente:

Esa imagen amplia está llamada a ser la vara con la cual se midan nuestras ambiciones así como nuestras posibilidades.

Muchas gracias, Señor Presidente.

Intervenção pronunciada em nome do Grupo do Rio pela Delegação do Brasil junto às Nações Unidas, por ocasião do debate do item 45 da Agenda da LIX Assembléia-Geral, relativo ao "Seguimento da Cúpula do Milênio e das grandes Conferências".

Nova York, 22 de novembro de 2004.

Señor Presidente,

Tengo el honor de hablar en nombre de los 19 países del Grupo de Río: Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guyana, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay, Venezuela y Brasil.

En primer lugar, me gustaría agradecer al Secretario General por la preparación del documento A/59/545, sobre las Modalidades, Formato y organización de la reunión plenaria de alto nivel de la 60ª. Sesión de la Asamblea General. Me gustaría asimismo agradecerle a Ud. por la realización de consultas informales el día 09 de noviembre pasado, lo que ha permitido formar una opinión sobre algunos de los elementos referidos a la preparación de dicha reunión. De igual manera agradezco la circulación del característicamente fiel resumen de las discusiones informales que Ud. ha preparado, el cual sirve de excelente base para la continuidad de nuestras consultas. La preparación de la cumbre de septiembre de 2005 es uno de los principales temas de la 59ª. Asamblea General. La cumbre tendrá un impacto importante en el futuro del multilateralismo y de las Naciones Unidas en general. En esse contexto, se prevé un proceso donde los componentes de seguridad, desarrollo y reforma institucional serán abordados de manera equilibrada. Muchos de las temas actuales, como el caso del VIH/SIDA, se ven afectados por más de uno de esos componentes.

Deseamos manifestar nuestro apoyo a la propuesta contenida en el resumen de las discusiones del 9 de noviembre corriente, en la cuál Ud. informa sobre la intención de establecer un pequeño grupo de facilitadores para asesorarlo en las consultas referidas a la preparación de la reunión plenaria de alto nivel, como ha sido el caso en la Cumbre del Milenio. Los miembros del Grupo de Río nos encontramos listos a cooperar con Ud. para garantizar que la plenaria sea el éxito que la Organización y el multilateralismo tanto necesitan. Como ha sido sugerido por el Secretario General, el proceso preparatorio debe ser abierto, inclusivo, flexible y transparente. Debe permitir la participación de todos los Estados miembros. El Grupo de Río apoya, además, la participación de la sociedad civil de conformidad con las reglas de procedimiento de la Asamblea General. Bajo esas mismas premisas, apoyamos también la idea de un amplio intercambio de puntos de vista con la sociedad civil. Sobre la base de la experiencia con la Cumbre del Milenio, apoyamos la realización de sesiones plenarias y mesas redondas. Además de definir si las mesas deberán tener temas específicos distintos o si todas discutirán una misma agenda, será necesario garantizar que la conformación de las mesas sea balanceada en términos de equilibrio geográfico. Debido al importante vínculo que existe entre la financiación para el desarrollo y los Objetivos del Milenio, el Grupo de Río considera que el Diálogo de Alto Nivel sobre Financiación para el Desarrollo debe ubicarse de manera tal que, por un lado, se garantice la participación más amplia y al más alto nivel posible de todos los actores relevantes y, por otro, se preserve la integridad del proceso de Monterrey.

En este sentido, se debe garantizar que el seguimiento de la Conferencia sobre Financiación para el Desarrollo contribuya sustancialmente a la Cumbre de 2005. Los países del Grupo de Río esperamos que en el 2005 se adopten decisiones fundamentales en lo que se refiere a la aplicación integral de la Declaración del Milenio, en

particular la consecución de los Objetivos de Desarrollo del Milenio. En ese sentido, los Estados miembros deben colaborar en la búsqueda de avances concretos en todas los elementos contenidos en el Consenso de Monterrey sobre Financiación al Desarrollo, incluso en lo que se refiere a posibles fuentes y mecanismos innovadores de financiación y en lograr una mayor participación y voz de los países en desarrollo en la toma de decisiones económicas mundiales.

Mientras más pronto se inicien las consultas y negociaciones substantivas, más cerca estaremos de llegar a resultados concretos en la Cumbre de septiembre de 2005. Creemos que todas las oportunidades para promover una amplia discusión de los temas que serán tratados en dicha reunión deben ser debidamente aprovechadas, tomando en cuenta las dos etapas propuestos por Ud.: (i) de ahora hasta marzo, adopción de una decisión sobre los aspectos referidos a la organización de la Cumbre y etapa para el intercambio de puntos de vista entre los Estados miembros; (ii) de marzo hasta septiembre, realización de consultas con miras a alcanzar resultados concretos para la Cumbre.

De la misma manera, los países miembros del Grupo de Río apoyamos la sugerencia del Secretario General de generar un único conjunto integrado de decisiones a presentarse en la reunión plenaria de alto nivel. En ese proceso será importante negociar cada una de estas decisiones en su próprio mérito y asegurar que los acuerdos en el ámbito de desarrollo, así como en los demás, no estén condicionados a que se alcancen acuerdos en otro u otros ámbitos. Los países miembros del Grupo de Río deseamos, finalmente, señalar nuestro acuerdo con la importancia de que la decisión sobre los aspectos organizacionales de la reunión sea adoptada lo más pronto posible, preferentemente ya en Diciembre próximo.

Señor Presidente,

La reunión plenaria de alto-nivel de septiembre 2005 será un hito en la historia de las Naciones Unidas y del multilateralismo. Los trabajos

de preparación de la Cumbre, bajo su conducción, serán fundamentales para que en septiembre de 2005 la comunidad internacional esté en condiciones de tomar decisiones concretas y substantivas, que es lo todos deseamos.

Muchas gracias.

Intervenção pronunciada em nome do Grupo do Rio pela Delegação do Brasil junto às Nações Unidas, na reunião de consultas informais, convocada pelo Presidente da LIX Assembléia-Geral sobre "Modalidades, Formato e Organização da Reunião de Alto Nível da LX Sessão da Assembléia-Geral".

Nova York, 9 de dezembro de 2004.

Señor Presidente,

Tengo el honor de hablar en nombre de los 19 países miembros del Grupo de Río, compuesto por Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guyana, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela.

El Grupo de Río desea agradecer la excelente labor de los facilitadores Embajador Johan L. Lovald, Representante Permanente de Noruega, y Embajador Eduardo Sevilla Somoza, Representante Permanente de Nicaragua, que ha resultado en el proyecto de resolución que estamos considerando, sobre formato y organización de la Cumbre de la 60ª sesión de la Asamblea General. Saludamos el esfuerzo que han hecho los facilitadores del proyecto de resolución en identificar los elementos esenciales para el consenso sobre este tema.

Señor Presidente,

Por su amplitud, una vez que deberá abordar, de forma equilibrada, los componentes de desarrollo, reforma institucional y seguridad, la Cumbre de septiembre representa un gran desafío para los países miembros de esta Organización. Para que la Cumbre alcance todo su potencial catalizador en la historia de las Naciones Unidas, inyectando nueva vida a la Declaración del Milenio, es necesario organizar el calendario de 2005 de manera a garantizar que el evento se beneficie

del mejor aporte posible de los varios procesos relacionados que hemos puesto en marcha.

Creemos que el proyecto de resolución propone opciones constructivas y creativas en ese sentido. Respecto al tema de Financiación para el Desarrollo, el Grupo de Río apoya la propuesta contenida en el proyecto de resolución, que establece que el Diálogo de Alto Nivel se lleve a cabo en junio en Nueva York y que sea parte integral de la Cumbre de septiembre. Lo anterior permitirá que el tema de desarrollo y especialmente de su financiación se trate al más alto nivel posible, habida cuenta de su importancia para alcanzar los objetivos del milenio, al tiempo de garantizar que el Diálogo de Alto Nivel contribuya sustantivamente a la Cumbre de 2005.

Sobre este último punto, el Grupo de Río quisiera señalar que asigna la mayor importancia a que en el tratamiento de las modalidades para el Diálogo de Alto Nivel sobre Financiación para el Desarrollo se exploren todas las posibilidades para que el Diálogo se fortalezca como punto focal intergubernamental para medir y revisar los progresos alcanzados; identifique los problemas y áreas para el trabajo prioritario; e impulse las modalidades innovadoras de cooperación con miras a la pronta y efectiva aplicación de los compromisos adoptados en el Consenso de Monterrey.

En referencia al parrafo 8 sobre la realización de audiencias en 2005 de los Estados Miembros con representantes de entidades no gubernamentales y otros representantes de la sociedad civil, creemos que esta iniciativa, teniendo en cuenta los recursos disponibles en el contexto de este proyecto, puede generar aportes para la Cumbre de septiembre y contribuir a profundizar el conocimiento de la sociedad civil con respecto al trabajo que se está desarrollando en el contexto del evento. Adicionalmente, consideramos necesario que la resolución haga referencia específica a la participación de ONG's de todas las regiones del mundo y, en especial, de los países en desarrollo.

Señor Presidente,

Debido a la amplitud de la Cumbre de septiembre de 2005, así como a las expectativas que ha generado, son muchos los desafíos relativos a su proceso de preparación, razón por la cual es necesario que todos los Estado miembros demuestren flexibilidad, de forma a seguir avanzando. Estamos ciertos de que esta flexibilidad posibilitará un amplio consenso relativo al texto que han producido los facilitadores.

Gracias, Señor Presidente.

COMUNICADOS EMITIDOS PELO GRUPO DO RIO DURANTE A PRESIDÊNCIA PRO TEMPORE DO BRASIL

COMUNICADO DO GRUPO DO RIO EM APOIO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PERU, ALEJANDRO TOLEDO

Os Países do Grupo do Rio expressam seu firme apoio ao Presidente Alejandro Toledo por seus esforços para consolidar o processo institucional democrático do Peru, particularmente pelas iniciativas adotadas para efetuar uma ampla convocatória de consenso.

Os Países do Grupo do Rio reafirmam que a estabilidade dos processos democráticos da região constitui um objetivo compartilhado, assim como o combate à pobreza e à corrupção.

Brasília, 12 de fevereiro de 2004.

COMUNICADO DO GRUPO DO RIO SOBRE A SITUAÇÃO NO HAITI

O Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política – Grupo do Rio – expressa sua preocupação em relação à situação na República do Haiti e faz votos para que a estabilidade e a paz social prevaleçam naquele país, dentro do respeito às normas do Estado de direito e da ordem constitucional haitiana, e em conformidade com o disposto na Carta Democrática Interamericana.

O Grupo do Rio exorta todos os setores sociais e políticos do Haiti a contribuírem para a preservação e o fortalecimento da democracia, na busca dos acordos necessários para a solução de problemas existentes, com vistas à consolidação da institucionalidade democrática e da ordem constitucional.

O Grupo do Rio manifesta seu apoio à Missão Especial da Organização dos Estados Americanos (OEA) no Haiti em seu objetivo de contribuir para a solução da atual crise política naquele País.

Brasília, 20 de janeiro de 2004.

COMUNICADO DO GRUPO DO RIO SOBRE A SITUAÇÃO NO HAITI

Os Países do Grupo do Rio respaldam as atividades da Organização dos Estados Americanos e da Comunidade do Caribe (CARICOM) com vistas à resolução pacífica da situação no Haiti; e o oferecimento, pela Organização das Nações Unidas, de assistência humanitária àquele país.

Os países do Grupo do Rio instam as partes envolvidas a endossar o Plano de Ação Prévio proposto pela CARICOM; condenam energicamente os atos de violência que vêm sendo praticados no Haiti; e manifestam seu apoio ao Presidente constitucionalmente eleito daquele país, Jean Bertrand Aristide.

Brasília, 25 de fevereiro de 2004.

COMUNICADO DO GRUPO DO RIO SOBRE ATENTADOS TERRORISTAS EM MADRI

Profundamente consternados e em inteira solidariedade com o povo espanhol, os países do Grupo do Rio expressam sua indignação ante os covardes atentados terroristas perpetrados em Madri no dia 11 de março, e seu pesar pela perda de vidas humanas e pelo sofrimento de vítimas inocentes.

Os países do Grupo do Rio condenam da forma mais veemente os atos bárbaros praticados, que demonstram total falta de respeito pela vida humana e atentam contra os princípios elementares da convivência democrática.

Nesta ocasião, os países do Grupo do Rio reiteram seu firme compromisso com a erradicação da ameaça terrorista e sua determinação de se coordenarem para combater tenazmente esse flagelo.

Brasília, 12 de março de 2004.

COMUNICADO DO GRUPO DO RIO SOBRE O ASSASSINATO DO XEQUE AHMED ASSIN

O Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política – Grupo do Rio – expressa sua grande preocupação ante o recrudescimento da violência no Oriente Médio e exorta todas as Partes a retomar o diálogo e as negociações como único meio para alcançar a paz e segurança duradouras na região.

O Grupo do Rio insta as Partes a realizar todos os esforços, através da aplicação do Mapa do Caminho, que contribuam à obtenção da estabilidade e da paz em uma região em que devem conviver dois Estados, Israel e Palestina, dentro de fronteiras seguras e reconhecidas.

O Grupo de Rio condena o assassinato do Xeque Ahmed Yassin, assim como a perda de vidas de civis inocentes, israelenses e palestinas, que colocam em risco o processo de paz no qual as Partes devem empenhar-se. O Grupo de Rio considera que essas ações são contrárias aos princípios do Direito Internacional e do Direito Internacional Humanitário.

Brasília, 25 de março de 2004.

COMUNICADO DO GRUPO DO RIO SOBRE A SITUAÇÃO NA NICARÁGUA

Os países do Grupo do Rio expressam sua preocupação com a situação política interna na Nicarágua, sobretudo com relação a eventuais medidas que possam interferir no processo constitucional daquele país.

A respeito, o Grupo do Rio se associa à Declaração do Conselho de Ministros de Relações Exteriores dos Estados Membros do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), firmada no dia 14 de outubro corrente em São Salvador, bem como à Resolução da Reunião de Presidentes dos Estados Membros do SICA em Apoio à Democracia na Nicarágua, subscrita em 16 de outubro corrente em Manágua, no sentido de que seja mantida a ordem constitucional democrática na Nicarágua.

O Grupo do Rio destaca a importância dos esforços dos países membros no combate à corrupção e reafirma os princípios de respeito à institucionalidade democrática e ao Estado de direito que norteiam a Carta Democrática Interamericana.

Brasília, 18 de outubro de 2004

GRUPO DE REFLEXÃO DE ALTO NÍVEL DO GRUPO DO RIO SOBRE OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NOS PAÍSES DO MECANISMO

RELATÓRIO DO GRUPO DE REFLEXÃO DE ALTO NÍVEL DO GRUPO DO RIO SOBRE OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO NOS PAÍSES DO MECANISMO

Os Chefes de Estado e de Governo do Mecanismo determinaram, nos termos do Consenso de Cusco, a criação de um "Grupo de Reflexão de Alto Nível", encarregado de elaborar relatório sobre os efeitos do processo de globalização nos países membros do Grupo.

A Secretaria Pro Tempore brasileira instituiu o Grupo de Reflexão de Alto Nível, o qual se reuniu em Brasília de 2 a 4 de agosto de 2004, composto pelas seguintes oito personalidades, selecionadas a título pessoal: José Antonio Ocampo, Subsecretário de Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas, que desempenhou as funções de Coordenador do Grupo; Marco Aurélio Garcia, Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República; Rosario Green, Embaixadora do México na Argentina; o Senador Carlos Ominami Pascual, Presidente da Fundação Chile 21; Aldo Ferrer, economista argentino; Aníbal Quijano, sociólogo peruano; o economista guatemalteco Juan Alberto Fuentes Knight; e o economista jamaicano Norman Girvan, da University of West Indies.

A versão definitiva do Relatório do Grupo de Reflexão foi distribuída aos países membros em 7 de outubro de 2004, tal como recebida do Coordenador do Grupo. O relatório identifica áreas prioritárias de ação para o Grupo do Rio, entre as quais destaca a) a melhoria da qualidade das respostas nacionais aos efeitos da globalização; b) a valorização do regionalismo; e c) a convergência em direção a uma política externa comum.

Reunidos em sua XVIII Cúpula, em 4 e 5 de novembro de 2004, no Rio de Janeiro, os Chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio agradeceram o relatório do Grupo de Alto Nível e consideraram que este constitui valioso aporte para o seu diálogo.

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO GRUPO DE PERITOS DE ALTO NÍVEL CONVOCADO PELO GRUPO DO RIO

Brasília, Agosto 2 a 4 de 2004

Introdução

O acúmulo de protestos sociais, movimentos políticos e crises econômicas experimentado por diversos países da América Latina e do Caribe, nos últimos anos, faz com que sejam questionados os fundamentos do paradigma econômico que pautou os processos de reforma econômica nas últimas décadas. A sociedade civil internacional expressou também, com vigor, a rejeição de amplos setores da população mundial ao atual processo de globalização, que funcionou como moldura para essas reformas.

O caráter transnacional das forças econômicas que protagonizam o processo reflete-se na reestruturação das cadeias produtivas, cuja lógica de funcionamento é, atualmente, mais global do que regional ou nacional. Essa reestruturação gerou um inusitado dinamismo dos fluxos financeiros, do investimento direto e do comércio internacional, mas ao mesmo tempo, mostrou uma tendência para a desarticulação das estruturas econômicas e sociais dos países, embora não de forma uniforme no mundo todo. O resultado disso foi a grave deterioração da capacidade produtiva, da geração de emprego e da distribuição de renda em extenso grupo de países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, e a ampliação da brecha de renda que separa o mundo em desenvolvimento do desenvolvido.

Vista como um todo, a globalização gerou forte tensão entre o alcance transnacional das forças econômicas que conferem dinamismo a esse processo e o caráter nacional dos Estados e os processos

democráticos, bem como entre as primeiras e o caráter incompleto e desatualizado da institucionalidade internacional. As principais organizações internacionais, criadas desde há mais de meio século, não evoluíram a par com as profundas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que caracterizaram a fase mais recente da globalização. O resultado disso tudo foi que o mundo não conta com instituições capazes de enfrentar novos problemas, de caráter essencialmente global, como o crime transnacional, a AIDS ou a instabilidade e o contágio financeiros, entre muitos outros. Existe, portanto, uma demanda latente de espaços para a ação pública democrática, não apenas no âmbito internacional, mas também no transnacional, que permita canalizar, de maneira socialmente desejável, as forças produtivas do mundo globalizado.

A compreensão e a capacidade de dar resposta aos desafios da globalização em curso representam enorme desafio intelectual e político, que somente pode ser enfrentado mediante um pensamento crítico renovado. A elaboração deste pensamento deve reconhecer que a globalização não é um fenômeno natural, mas essencialmente social e que, portanto, ela pode ser modelada por meio da ação das instituições democráticas, em todos os seus seus níveis: o nacional, o regional e o global.

De fato, os resultados do atual processo de globalização respondem a uma agenda incompleta e enviesada, que tem colocado uma ênfase muito maior na liberalização das forças do mercado do que na garantia de uma distribuição mais eqüitativa dos frutos do desenvolvimento, e que pouco fez para a superação das fortes assimetrias produtivas e tecnológicas, macroeconômicas e financeiras e de mobilidade dos distintos fatores de produção que caracterizam o mundo atual. Embora individualmente os países da nossa região tenham uma influência limitada na configuração da agenda internacional, a qualidade de sua inserção no mundo global depende, em cada caso, da natureza das

respostas nacionais e, coletivamente, são capazes de desenvolver mecanismos regionais que melhorem a qualidade dessas respostas e incidam no desenho de uma melhor institucionalidade global.

Com essa finalidade, três tipos de ações são propostos: (1) melhorar a qualidade das respostas nacionais para os desafios da globalização, a partir de políticas públicas que coloquem uma ênfase maior na geração de empregos e na distribuição dos frutos do desenvolvimento; (2) considerar com seriedade o nosso regionalismo, concedendo-lhe crescente conteúdo político e social e criando mecanismos efetivos de instrumentação dos acordos, que permitam superar décadas nas quais a retórica superou a prática; e (3) converter o Grupo do Rio no âmbito no qual possa ser desenhada e promovida uma política externa comum que nos permita incidir na agenda global como uma região unificada e forte.

I. Melhorar a qualidade das respostas nacionais

É preciso reconhecer que os insatisfatórios resultados sociais, e inclusive econômicos, das últimas décadas na América Latina e no Caribe provêm, em grande medida, da falência das nossas próprias respostas à globalização. De certa forma, temos tido a globalização que escolhemos. Em muitos casos isso é devido à fraqueza das bases econômicas e sociais da cidadania. A escassa qualidade das nossas respostas nacionais não impediram, além do mais, que colhêssemos plenamente os frutos dos processos de democratização, sem dúvida, uma das grandes conquistas da região nos últimos vinte anos.

Desta forma, embora fôssemos capazes de gerar importante dinamismo exportador, de nos tornarmos um pólo de atração para o investimento estrangeiro direto e de abater a inflação, isso não foi refletido em um crescimento elevado e estável. O ciclo econômico dos nossos países depende cada vez mais dos vaivéns do financiamento

externo. Essa vulnerabilidade tem causado freqüentes crises econômicas, com enormes custos em termos de eqüidade e pobreza. A região enfrenta, além disso, tensões de distribuição de renda e problemas de exclusão social de longa data, que foram exacerbados nos últimos anos, apesar do crescente gasto público social, colocando em risco o próprio substrato da democracia e criando um campo fértil para a expansão do crime transnacional e da violência nas nossas sociedades.

É preciso, portanto, melhorar significativamente a qualidade das respostas nacionais para os desafios da globalização. Isso implica, em primeiro lugar, continuar a fortalecer os processos de democratização e participação social. Implica, ainda, promover a criação de sistemas universais e solidários de educação e proteção social que possam materializar os direitos econômicos, sociais e culturais que acompanham os direitos civis e políticos em um regime democrático pleno. Democracia, nesse sentido, é muito mais do que um regime político democrático: é também a extensão da cidadania econômica, social e cultural.

É preciso, igualmente, recuperar um crescimento econômico dinâmico; sustentável e, portanto, que respeite os equilíbrios macroeconômicos; menos vulnerável aos ciclos externos; e que permita explorar as sinergias positivas existentes entre o crescimento econômico e uma melhor distribuição de seus frutos. Nesse marco, concebemos a geração de emprego de qualidade como o objetivo primordial da gestão econômica. A geração de emprego a melhoria da distribuição da renda devem receber, assim, uma atenção preferencial, não apenas por parte das autoridades sociais, mas também das autoridades econômicas. Para levar a cabo uma ambiciosa tarefa na área social é essencial, além do mais, que os nossos governos possam contar com os recursos tributários adequados às funções que desempenham.

Para se reduzir a vulnerabilidade das nossas economias, é preciso dar uma atenção especial à maneira de instrumentar políticas macroeconômicas que atenuem, em vez de acentuar, os ciclos

econômicos, como tem ocorrido nas últimas décadas. Para se recuperar o dinamismo econômico, é essencial promover estratégias de desenvolvimento produtivo – isto é, políticas agropecuárias, de mineração, industriais e de serviços – que, de acordo com as condições de cada economia individual, permitam melhorar significativamente a qualidade da inserção dos nossos países no processo de globalização. A ausência, e inclusive a franca rejeição à adoção dessas estratégias na região, explica, em grande medida, a crescente distância entre os medíocres resultados econômicos dos nossos países e os positivos resultados das economias asiáticas de rápido desenvolvimento.

A natureza das respostas nacionais poderá variar de um país para o outro, dentro do processo de aprendizagem institucional e de exercício da democracia que cada caso exige. É por esse motivo que se torna necessário o sistema internacional oferecer espaços efetivos para acolher respostas nacionais diferentes –"espaços de política" – para empregar os termos da recente Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento realizada no passado mês de junho, em São Paulo. O respeito a esses espaços deve ser, portanto, uma das bandeiras da nossa região no cenário internacional.

II. Levar a sério o nosso regionalismo

Diante das forças transnacionais que impulsionam a globalização e as enormes assimetrias que caracterizam o mundo atual, a fortaleza da integração regional desempenha

um papel fundamental. Uma maior densidade regional aumenta a nossa margem coletiva de ação, a efetividade das políticas que adotamos e a percepção por parte do mundo de que constituímos um bloco de nações. Da mesma forma, o trabalho mancomunado pode evitar que a geração de processos de competição entre países, os quais unicamente beneficiam as forças econômicas transnacionais em prejuízo

do desenvolvimento da região. Torna-se necessário assumir que a América Latina não é apenas uma geografia e um conjunto de países, mas uma entidade real, com uma identidade histórica compartilhada. É essa a base do projeto político de integração, cuja concretização deve ser o nosso compromisso.

A nossa região foi pioneira em matéria de integração no mundo em desenvolvimento, mas, após quase meio século, os seus frutos são insuficientes e inclusive perdemos a liderança perante outras regiões. Em grande medida, isso reflete a reiterada falta de cumprimento dos acordos, sua falta de ratificação por parte dos parlamentos nacionais (quando há necessidade dela), e a ausência de mecanismos claros de acompanhamento e de uma institucionalidade apropriada, na qual possamos depositar coletivamente a nossa soberania. É preciso, portanto, levar a sério o nosso regionalismo.

A revitalização da integração regional exige que lhe seja outorgado um conteúdo político e social, que complemente suas dimensões econômicas. Nesse sentido, o Grupo do Rio tem desempenhado um papel fundamental para a defesa da democracia e a solução pacífica dos conflitos na região. Seu papel nesse campo é inapreciável. Como veremos depois, deve se consolidar também como foro para a elaboração e promoção de uma política externa comum.

Em matéria social, a tarefa mais importante é a promoção e o acompanhamento conjunto da aplicação dos princípios fundamentais do emprego digno (decent work) promulgados pela Organização Internacional do Trabalho, sob a liderança do escritório regional dessa organização. Além disso, com a finalidade de favorecer a mobilidade das pessoas entre países é preciso promover o reconhecimento de títulos e qualificações profissionais e de trabalho, juntamente com acordos que garantam a continuidade dos benefícios e serviços sociais aos quais os trabalhadores migrantes façam jus.

Para consolidar a estabilidade do crescimento econômico, é fundamental ampliar significativamente a nossa cooperação macroeconômica e financeira. Particularmente, é necessário consolidar procedimentos de diálogo e revisão de pares entre as autoridades macroeconômicas, que evoluam até mecanismos de consulta e coordenação das políticas macroeconômicas e, quando as condições forem propícias, até o estabelecimento de moedas comuns. Como parte fundamental desse processo, mecanismos regionais de apoio para os países em crise devem ser elaborados, especialmente para aqueles de menor desenvolvimento relativo, seja por meio da ampliação significativa do número de membros ativos e recursos do Fundo Latino-Americano de Reservas seja por acordos de apoio mútuo entre bancos centrais, que permitam, em um caso ou no outro, criar no futuro um Fundo Monetário Latino-Americano e Caribenho.

A maior cooperação financeira deve ser traduzida, igualmente, numa ampliação dos recursos e do âmbito de ação dos bancos de desenvolvimento regionais e sub-regionais, em parceria estratégica com os bancos nacionais de desenvolvimento. Os objetivos básicos dos bancos regionais e sub-regionais devem incluir o financiamento da infra-estrutura para a integração e o apoio aos países e regiões de menor desenvolvimento relativo. A maior integração da infra-estrutura física foi reconhecida, com razão, como um elemento estratégico da integração regional, mas somente foi traduzido, até hoje, em ações limitadas. Isso implica, além do mais, que a elaboração das infra-estruturas nacionais deve ser visualizada em função da integração regional e não apenas das necessidades nacionais. A cooperação energética merece, nesta área, uma menção especial e deve conduzir à elaboração de uma estratégia energética comum.

A região também deve avançar na direção do desenvolvimento de estratégias produtivas comuns de distinto alcance (binacional, sub-regional e regional) em diferentes áreas de interesse estratégico, tais como cadeias de manufatura e serviços para a agregação de valor. Nesse

âmbito, é essencial uma política regional de ciência e tecnologia que facilite os empreendimentos conjuntos e inclua um apoio à formação de redes de pesquisadores e inovadores em áreas como a indústria cultural, os medicamentos, o desenvolvimento de *software*, a pesquisa agropecuária, o desenvolvimento turístico e o uso pacífico de energia nuclear, entre outras.

Da mesma forma, com relação ao meio ambiente é imperativa a defesa dos ecossistemas compartilhados – o Mar Caribe, o Meso-Americano, o Andino, o Amazônico, a Bacia do Prata e o Austral –, da nossa mega-diversidade, do imenso patrimônio genético e do conhecimento tradicional da região, bem como a nossa própria contribuição à tarefa universal de combater as mudanças climáticas.

Revitalizar a integração regional mediante ações concertadas em todas essas frentes é possível, mas o esforço exige consistência e continuidade. A consistência torna imperativo privilegiar o depósito coletivo da nossa soberania em instâncias regionais fortes. A continuidade requer avançar por meio de fatos concretos, evitando o acúmulo de acordos não cumpridos. Com essa finalidade, é fundamental progredir sobre a base das instituições e acordos que já estão em vigor, mas melhorando, de forma consistente, a sua instrumentação. Para tanto, é preciso definir normas de caráter vinculante que possam reger mesmo durante períodos de crise; estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação do cumprimento dos compromissos e, também, que as partes estejam dispostas a se submeter rigorosamente a um sistema de solução de controvérsias.

III. Convergir para uma política externa comum

Embora a nossa região não esteja isenta de conflitos internos de origem diversa, ela é caracterizada pela ausência de confrontos violentos de índole étnica ou religiosa, ou entre Estados sendo, além disso, a

única região do mundo livre de armas nucleares. Sua riqueza em termos de biodiversidade, florestas nativas e água transformam-na, ainda, numa região estratégica em matéria ambiental. Estes e outros fatos positivos lhe permitem se apresentar no cenário internacional como ator importante, com capacidade de incidir na reordenação global, mas somente se atuar com uma voz unificada e em aliança com outros grupos de países que compartilhem dos mesmos interesses.

A visão que irá impulsionar a região deverá estar voltada para desenvolver um multilateralismo forte, que responda às profundas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais que o mundo está experimentando e, particularmente, às forças transnacionais que estão se consolidando principalmente, mas não unicamente, no âmbito econômico. Essa ordem multilateral deve tender à construção de um mundo mais equilibrado, capaz de superar as assimetrias básicas da ordem global que afetam severamente os países em desenvolvimento.

O primeiro item desta agenda comum deve se voltar para promover o debate em torno à reforma do sistema internacional, enfrentando as lacunas que existem na rede de organismos globais e a falta de coerência do conjunto. A Organização das Nações Unidas, que constitui o cenário democrático multilateral por excelência, requer uma reforma integral que aumente sua capacidade de ação e lhe permita dar coerência ao conjunto da cooperação internacional e progredir no sentido da construção de uma cidadania global, firmemente baseada nos dois corpos de direitos humanos universalmente reconhecidos: os civis e os políticos, por um lado, e os econômicos, sociais e culturais, pelo outro. Além da necessária reforma do Conselho de Segurança, essa reforma deve estar baseada num conceito multidimensional de segurança coletiva, que inclua, além de temas de política e segurança convencionais, aqueles associados ao crime transnacional organizado, ao problema mundial das drogas e à luta multilateral contra a pobreza, a fome e a AIDS.

A seqüência de Cúpulas Mundiais das Nações Unidas representa a concretização das demandas da sociedade civil internacional por uma agenda social global. Sua principal falha tem sido a falta de mecanismos de acompanhamento e avaliação dos compromissos assumidos nessas cúpulas pelos países, que deveriam resultar em uma exigibilidade política clara e até, em alguns casos concretos, em uma exigibilidade jurídica, como já acontece no âmbito europeu. A região deve impulsionar, portanto, o acompanhamento e a avaliação do cumprimento desses compromissos, começando com os objetivos de desenvolvimento do milênio das Nações Unidas. Os Parlamentos Nacionais devem desempenhar um papel fundamental nessa tarefa, ao gerar normas vinculantes que instrumentem de maneira efetiva os compromissos adotados internacionalmente pelas autoridades nacionais.

A falta de mecanismos que permitam dar coerência às ações de cooperação em matéria econômica e social foi destacada, com razão, como um problema essencial da ordem multilateral, sem cuja superação será muito difícil fazer frente, de forma adequada, aos imensos desafios do mundo de hoje. A criação de um Conselho de Segurança Econômica e Social, que ampare também os organismos de Bretton Woods, é a principal proposta para superar este problema e deve ser, portanto, analisada detidamente pelos países da região. De qualquer forma, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) deve ser fortalecido como órgão de coordenação da área econômica e social do conjunto dos organismos das Nações Unidas e como o foro apropriado para analisar as brechas no ordenamento econômico e social multilateral.

Duas brechas merecem especial atenção. A primeira é a ausência de uma institucionalidade adequada para tratar dos problemas associados à migração internacional. A região deve lutar pela inclusão plena da migração na agenda internacional a través de um padrão multilateral de políticas migratórias, que seja complementado com acordos bilaterais e regionais. Os Chefes de Estado da região devem

expressar, também, a sua rejeição categórica a toda expressão xenófoba e racista contra os imigrantes latino-americanos e caribenhos, e abraçar a bandeira da ratificação dos convênios sobre direitos humanos e do trabalho daqueles trabalhadores migrantes e de suas famílias. A isto deve ser acrescentada a necessidade de se promover normas para o reconhecimento de qualificações e benefícios sociais dos migrantes e temas mais convencionais, como aqueles que facilitam e reduzem os custos das remessas familiares.

Uma segunda brecha, notória, refere-se à cooperação internacional em matéria tributária. Cada dia torna-se mais evidente que sem cooperação nesta área, a base da tributação direta será erodida pela concorrência tributária para atrair os investimentos, ou simplesmente pelo uso de canais internacionais que facilitam a sonegação. Os países industrializados têm desenvolvido uma cooperação neste campo, no âmbito da OCDE. E, diferentemente, o único âmbito que abrange os países em desenvolvimento é o comitê ad-hoc do ECOSOC que teve a seu cargo a elaboração de contratos-tipo para o manejo da dupla tributação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. A cooperação multilateral deve ser consideravelmente ampliada, para abranger a troca de informações em matéria tributária para combater a sonegação e desenvolver acordos que evitem uma estéril concorrência tributária entre países em desenvolvimento.

As nossas considerações não poderiam terminar sem mencionarmos as duas áreas mais tradicionais da cooperação econômica internacional: a financeira e o comércio. A crise desencadeada na Ásia em 1997 tornou evidentes as imensas brechas do sistema internacional para garantir a estabilidade financeira. O continua a carecer de mecanismos efetivos de alerta precoce e de esquemas de cooperação multilateral que facilitem a adoção de políticas macroeconômicas anti-cíclicas, que permitam tanto prevenir crises, como superá-las rapidamente quando elas se apresentam. Nesse âmbito, os países em

desenvolvimento devem manter graus importantes de autonomia, a fim de lhes permitir fazer frente aos desafios da volatilidade financeira, incluindo a liberdade para regular, se for desejado, os fluxos de capital. É preciso, ainda, continuar a explorar mecanismos multilaterais para a solução dos problemas de excesso de endividamento, mas exigir, ao mesmo tempo, que enquanto o Fundo Monetário Internacional não tiver um mandato nesse particular, mantenha neutralidade absoluta nas negociações entre os países devedores e os credores privados.

Reconhecemos os avanços que houve no debate sobre a necessidade de se modificar a contabilidade fiscal nos programas de ajuste empreendidos com o apoio do Fundo Monetário Internacional, dando um tratamento adequado ao investimento das empresas públicas e ao investimento público em geral, para evitar que o mesmo fique excessivamente punido durante os períodos de ajuste. A natureza de condicionalidade dos organismos de Bretton Woods requer, diversamente, melhoras substantivas. Nesse sentido, deve ser reiterado, categoricamente, que essas instituições não foram criadas para promover nenhum modelo particular de gestão econômica ou de política social e que, portanto, a condicionalidade deve ser limitada, em qualquer caso, àqueles elementos que sejam estritamente necessários para o êxito dos programas, e que esses organismos devem oferecer uma pluralidade de opções aos países beneficiários e promover, para tanto, a diversidade interna de suas equipes técnicas. Com relação às negociações comerciais multilaterais, festejamos os recentes princípios de acordo da Organização Mundial do Comércio. Nesse contexto, ratificamos as solicitações, já tradicionais, dos países em desenvolvimento no sentido de que a rodada de negociações atual seja efetivamente uma "rodada de desenvolvimento": tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento, que esteja sujeito aos mesmos níveis de disciplina de outras áreas do acordo e leve em conta as circunstâncias especiais e as vulnerabilidades próprias dos países pequenos que dependem das preferências comerciais

em vigor; liberalização por parte dos países industrializados, do seu comércio agrícola e eliminação progressiva dos subsídios à exportação e à produção agropecuária; supressão das cristas e dos escalonamentos tarifários segundo o nível de processamento dos bens industrializados; desmantelamento definitivo do convênio multifibras, segundo aquilo que foi acordado na Rodada Uruguai; abertura dos serviços intensivos em mão-de-obra e à migração temporária de trabalhadores para a prestação desses serviços; e a adoção de normas multilaterais mais estritas em matéria de *antidumping*. Além disso, levando em conta que as normas internacionais emergentes dos acordos da OMC e dos tratados bilaterais de comércio proporcionam pouquíssimos graus de liberdade para políticas de desenvolvimento produtivo, torna-se necessário iniciar um amplo debate sobre quais seriam esses "espaços da política" considerados essenciais para o desenvolvimento econômico na era global.

Em todos esses temas, é possível garantir uma convergência nas visões dos países da região sobre a ordem mundial que deverá resultar, em um futuro não muito distante, numa verdadeira política externa comum. De fato, o desenho e a promoção dessa política comum poderia ser visualizado no longo prazo como o principal propósito do Grupo do Rio.

INFORME DE LA REUNIÓN DEL GRUPO DE EXPERTOS DE ALTO NIVEL CONVOCADO POR EL GRUPO DE RIO

Brasilia, Agosto 2 al 4 del 2004

Introducción

El cúmulo de protestas sociales, movimientos políticos y crisis económicas que han experimentado varios países de América Latina y el Caribe en los últimos años ha cuestionado los fundamentos del paradigma económico que orientó los procesos de reforma económica en las últimas décadas. La sociedad civil internacional ha expresado también con fuerza el rechazo de amplios sectores de la población mundial al actual proceso de globalización, que sirvió de marco a dichas reformas.

El carácter transnacional de las fuerzas económicas que protagonizan dicho proceso se ha reflejado en una reestructuración de las cadenas productivas, cuya lógica de funcionamiento es hoy más global que regional o nacional. Esta reestructuración ha generado un inusitado dinamismo de los flujos financieros, la inversión directa y el comercio internacional, pero ha tendido, al mismo tiempo, a desarticular las estructuras económicas y sociales de los países, aunque no de manera uniforme en todo el mundo. El resultado de ello ha sido el grave deterioro en la capacidad productiva, en la generación de empleo y en la distribución de ingresos en un amplio grupo de países, tanto desarrollados como en desarrollo, y la ampliación de la brecha de ingresos que separa el mundo en desarrollo y el desarrollado.

Vista como un todo, la globalización ha generado una fuerte tensión entre el alcance transnacional de las fuerzas económicas que dinamizan dicho proceso y el carácter nacional de los Estados y los procesos democráticos, así como entre las primeras y el carácter incompleto y desactualizado de la institucionalidad internacional. Las principales organizaciones internacionales, creadas hace ya más de medio siglo, no

han evolucionado a la par con los profundos cambios políticos, económicos, sociales y culturales que han caracterizado a la fase más reciente de globalización. El resultado de todo ello es que el mundo no cuenta con instituciones capaces de enfrentar nuevos problemas, de carácter esencialmente global, como el crimen transnacional, el SIDA o la inestabilidad y el contagio financieros, entre muchos otros. Existe, por lo tanto, una demanda latente de espacios para la acción pública democrática, no sólo en el ámbito internacional sino también transnacional, que permita canalizar en forma socialmente deseable las fuerzas productivas del mundo globalizado.

La comprensión y la capacidad de dar respuesta a los retos de la globalización en curso representan un enorme desafío intelectual y político, que sólo puede ser enfrentado a través de un pensamiento crítico renovado. La elaboración de este pensamiento debe reconocer que la globalización no es un fenómeno natural sino uno esencialmente social y que, por lo tanto, ella puede ser moldeada a través de la acción de las instituciones democráticas, en todos sus niveles: el nacional, el regional y el global.

De hecho, los resultados del proceso de globalización actual responden a una agenda incompleta y sesgada, que ha otorgado mucho más énfasis a la liberalización de las fuerzas del mercado que a garantizar una distribución más equitativa de los frutos del desarrollo, y que ha hecho muy poco para superar las fuertes asimetrías productivas y tecnológicas, macroeconómicas y financieras y de movilidad de los distintos factores de producción que caracterizan al mundo actual. Aunque individualmente los países de nuestra región tienen una influencia limitada en la configuración de la agenda internacional, la calidad de su inserción en el mundo global depende, en cada caso, de la naturaleza de las respuestas nacionales y, colectivamente, pueden desarrollar mecanismos regionales que mejoren la calidad de dichas respuestas e incidir en el diseño de una mejor institucionalidad global.

Para ello se proponen tres tipos de acciones: (1) mejorar la calidad de las respuestas nacionales a los desafíos de la globalización, a partir de

políticas públicas que otorguen un mayor énfasis a la generación de empleo y a la distribución de los frutos del desarrollo; (2) tomar en serio nuestro regionalismo, otorgándole un creciente contenido político y social y creando mecanismos efectivos de instrumentación de los acuerdos, que permitan superar décadas en las que la retórica ha superado la práctica; y (3) convertir al Grupo de Río en el ámbito en el que se diseñe y promueva una política externa común que nos permita incidir en la agenda global como una región unificada y fuerte.

I. Mejorar la calidad de las respuestas nacionales

Es preciso reconocer que los insatisfactorios resultados sociales e incluso económicos de las últimas décadas en América Latina y el Caribe provienen, en buena medida, de falencias en nuestras propias respuestas a la globalización. En cierto sentido, hemos tenido la globalización que hemos elegido. En muchos casos eso se debe a la debilidad de las bases económicas y sociales de la ciudadanía. La escasa calidad de nuestras respuestas nacionales nos ha impedido, además, recoger plenamente los frutos de los procesos de democratización, sin duda uno de los grandes logros de la región en los últimos veinte años.

De esta manera, aunque hemos sido capaces de generar un importante dinamismo exportador, de convertirnos en un polo de atracción de inversión extranjera directa y de abatir la inflación, ello no se ha reflejado en un crecimiento elevado y estable. El ciclo económico de nuestros países depende cada vez más de los vaivenes del financiamiento externo. Esta vulnerabilidad ha inducido frecuentes crisis económicas, con enormes costos en términos de equidad y pobreza. La región enfrenta, además, tensiones distributivas y problemas de exclusión social de larga data, que se han exacerbado en los últimos años, pese al creciente gasto público social, poniendo en riesgo el sustrato mismo de la democracia y creando un campo fértil para la expansión del crimen transnacional y de la violencia en nuestras sociedades.

Es necesario, por lo tanto, mejorar significativamente la calidad de las respuestas nacionales a los retos de la globalización. Ello implica, en primer lugar, continuar fortaleciendo los procesos de democratización y participación social. Implica, igualmente, promover la creación de sistemas universales y solidarios de educación y protección social que materialicen los derechos económicos, sociales y culturales que acompañan a los derechos civiles y políticos en un régimen democrático pleno. Democracia, en este sentido, es mucho más que un régimen político democrático: es también extensión de la ciudadanía económica, social y cultural.

Es necesario, igualmente, recuperar un crecimiento económico dinámico; sostenible y, por lo tanto, respetuoso de los equilibrios macroeconómicos; menos vulnerable a los ciclos externos; y que permita explotar las sinergias positivas que existen entre el crecimiento económico y una mejor distribución de sus frutos. En dicho marco, concebimos la generación de empleo de calidad como el objetivo primordial de la gestión económica. La generación de empleo y la mejoría en la distribución del ingreso deben recibir, por lo tanto, atención preferencial, no sólo por parte de las autoridades sociales, sino también de las autoridades económicas. Para llevar a cabo una ambiciosa tarea en el campo social es esencial, además, que nuestros gobiernos cuenten con los recursos tributarios adecuados a las funciones que desempeñan.

Para reducir la vulnerabilidad de nuestras economías, es necesario otorgar atención especial a la manera de instrumentar políticas macroeconómicas que atenúen, en vez de acentuar los ciclos económicos, como ha sucedido en las últimas décadas. Para recuperar el dinamismo económico, es esencial promover estrategias de desarrollo productivo –es decir, políticas agropecuarias, mineras, industriales y de servicios— que, de acuerdo con las condiciones de cada economía individual, permitan mejorar significativamente la calidad de la inserción de nuestros países en el proceso de globalización. La ausencia, e incluso el abierto rechazo a la adopción de dichas estrategias en la región explica, en gran medida, la creciente distancia entre los mediocres resultados

económicos de nuestros países y los positivos resultados de las economías asiáticas de rápido desarrollo.

La naturaleza de las respuestas nacionales variará de un país a otro, dentro del proceso de aprendizaje institucional y de ejercicio de la democracia que cada caso exige. Por este motivo, es necesario que el sistema internacional ofrezca espacios efectivos para acoger respuestas nacionales diferentes –"espacios de política", para emplear los términos de la reciente Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo realizada el pasado mes de junio en São Paulo. El respeto a dichos espacios debe ser, por lo tanto, una de las banderas de nuestra región en el escenario internacional.

II. Tomar en serio nuestro regionalismo

Frente a las fuerzas transnacionales que impulsan la globalización y a las enormes asimetrías que caracterizan al mundo actual, la fortaleza de la integración regional juega un papel fundamental. Una mayor densidad regional aumenta nuestro margen colectivo de acción, la efectividad de las políticas que adoptamos y la percepción por parte del mundo de que constituimos un bloque de naciones. Asimismo, el trabajo mancomunado puede evitar que se generen procesos de competencia entre países que benefician únicamente a las fuerzas económicas transnacionales en detrimento del desarrollo de la región. Es necesario asumir que América Latina no es sólo una geografía y un conjunto de países, sino una entidad real con una identidad histórica compartida. Esa es la base del proyecto político de integración, cuya concreción debe ser nuestro compromiso.

Nuestra región fue pionera en materia de integración en el mundo en desarrollo, pero luego de casi medio siglo sus frutos son insuficientes y hemos perdido incluso el liderazgo frente a otras regiones. En gran medida, ello refleja el incumplimiento reiterado de los acuerdos, su falta de ratificación por parte de los parlamentos nacionales (cuando ello es necesario), y la ausencia de mecanismos claros de seguimiento y de una

institucionalidad apropiada, en la cual depositemos colectivamente nuestra soberanía. Es preciso, por lo tanto, tomar en serio nuestro regionalismo.

La revitalización de la integración regional requiere que se le otorgue un contenido político y social, que complemente sus dimensiones económicas. En tal sentido, el Grupo de Río ha jugado un papel fundamental para la defensa de la democracia y la solución pacífica de los conflictos en la región. Su rol en este campo es invaluable. Como se señala más adelante, debe consolidarse también como foro para el diseño y promoción de una política externa común.

En materia social, la tarea más importante es la promoción y el seguimiento conjunto de la aplicación de los principios fundamentales del empleo digno (*decent work*) promulgados por la Organización Internacional del Trabajo, bajo el liderazgo de la oficina regional de dicha organización. Además, para favorecer la movilidad de las personas entre países, es necesario promover el reconocimiento de títulos y calificaciones profesionales y laborales, junto con acuerdos que garanticen la continuidad de los beneficios y prestaciones sociales a que tengan derecho los trabajadores migrantes.

Para consolidar la estabilidad del crecimiento económico, es fundamental ampliar significativamente nuestra cooperación macroeconómica y financiera. En particular, es necesario consolidar procedimientos de diálogo y revisión de pares entre las autoridades macroeconómicas, que progresen hacia mecanismos de consulta y coordinación de las políticas macroeconómicas y, cuando las condiciones sean propicias, hacia el establecimiento de monedas comunes. Como parte fundamental de este proceso, se deben diseñar mecanismos regionales de apoyo a los países en crisis, especialmente a los de menor desarrollo relativo, ya sea a través de la ampliación significativa de la membresía y recursos del Fondo Latinoamericano de Reservas o de acuerdos de apoyo mutuo entre bancos centrales, que permitan en uno u otro caso crear en el futuro un Fondo Monetario Latinoamericano y Caribeño.

La mayor cooperación financiera se debe traducir igualmente en una ampliación de los recursos y marco de acción de los bancos de

desarrollo regionales y subregionales, en asociación estratégica con los bancos nacionales de desarrollo. Los objetivos básicos de los bancos regionales y subregionales deben incluir el financiamiento de la infraestructura para la integración y el apoyo a los países y regiones de menor desarrollo relativo. La mayor integración de la infraestructura física ha sido reconocida, con razón, como un elemento estratégico de la integración regional, pero sólo se ha traducido hasta ahora en acciones limitadas. Ello implica, además, que el diseño de las infraestructuras nacionales debe visualizarse en función de la integración regional y no sólo de los requerimientos nacionales. La cooperación energética merece, en este campo, una mención especial y debe conducir hacia el diseño de una estrategia energética común.

La región también debe avanzar hacia el desarrollo de estrategias productivas comunes de distinto alcance (binacional, subregional y regional) en diferentes áreas de interés estratégico, tales como cadenas manufactureras y de servicios para la agregación de valor. En este marco, es esencial una política regional de ciencia y tecnología que facilite los emprendimientos conjuntos e incluya un apoyo a la formación de redes de investigadores e innovadores en áreas como la industria cultural, las medicinas, el desarrollo de software, la investigación agropecuaria, el desarrollo turístico y el uso pacífico de la energía nuclear, entre otras.

Asimismo, en relación con el medio ambiente se impone la defensa de los ecosistemas compartidos – el Mar Caribe, el Mesoamericano, el Andino, el Amazónico, la Cuenca de la Plata y el Austral –, de nuestra megadiversidad, del inmenso patrimonio genético y del conocimiento tradicional de la región, así como nuestra propia contribución a la tarea universal de combatir el cambio climático.

Revitalizar la integración regional mediante acciones concertadas en todos estos frentes es posible, pero el esfuerzo demanda consistencia y continuidad. La consistencia exige que se privilegie depositar colectivamente nuestra soberanía en instancias regionales fuertes. La continuidad requiere que se avance a través de hechos concretos y se evite la acumulación de acuerdos incumplidos. Con tal propósito, es

fundamental progresar sobre la base de las instituciones y acuerdos ya vigentes, pero mejorando de manera importante su instrumentación. Para ello es menester que se definan normas de carácter vinculante que rijan aún en períodos de crisis; que se establezcan mecanismos de seguimiento y evaluación del cumplimiento de los compromisos y, también, que las partes estén dispuestas a someterse rigurosamente a un sistema de solución de controversias.

III. Converger hacia una política externa común

Si bien nuestra región no está exenta de conflictos internos de diverso origen, se caracteriza por la ausencia de enfrentamientos violentos de índole étnica o religiosa, así como entre Estados y es, además, la única región del mundo que está libre de armas nucleares. Su riqueza en términos de biodiversidad, bosques nativos y agua la transforma, además, en una región estratégica en materia ambiental. Estos y otros hechos positivos le permiten presentarse en el escenario internacional como un actor importante, con capacidad de incidir en el reordenamiento global, pero sólo si actúa con una voz unificada y en alianza con otros grupos de países que compartan los mismos intereses.

La visión que impulse la región debe estar orientada a desarrollar un multilateralismo fuerte, que responda a los profundos cambios políticos, económicos, sociales y culturales que viene experimentando el mundo y, en particular, a las fuerzas transnacionales que se vienen consolidando sobretodo, pero no únicamente, en el ámbito económico. Dicho orden multilateral debe propender a la construcción de un mundo más equilibrado, que supere las asimetrías básicas del orden global que afectan severamente a los países en desarrollo.

El primer punto de esta agenda común debe apuntar a promover el debate en torno a la reforma del sistema internacional, enfrentando los vacíos que existen en la red de organismos globales y la falta de coherencia del conjunto. La Organización de las Naciones Unidas, que

constituye el escenario democrático multilateral por excelencia, requiere de una reforma integral que aumente su capacidad de acción y le permita dar coherencia al conjunto de la cooperación internacional y progresar hacia la construcción de una ciudadanía global firmemente basada en los dos cuerpos de derechos humanos universalmente reconocidos: los civiles y políticos, por una parte, y los económicos, sociales y culturales, por otra. Más allá de la necesaria reforma del Consejo de Seguridad, dicha reforma debe basarse en un concepto multidimensional de seguridad colectiva, que incluya, además de temas de política y seguridad convencionales, aquellos asociados al crimen transnacional organizado, al problema mundial de la droga y a la lucha multilateral contra la pobreza, el hambre y el SIDA.

La secuencia de cumbres mundiales de las Naciones Unidas representa la concreción de las demandas de la sociedad civil internacional por una agenda social global. Su principal falencia ha sido la falta de mecanismos de seguimiento y evaluación de los compromisos contraídos en dichas cumbres por los países, que deberían derivar en una exigibilidad política clara e incluso, en algunos casos concretos, en una exigibilidad jurídica, como acontece ya en el ámbito europeo. La región debe impulsar, por lo tanto, el seguimiento y la evaluación del cumplimiento de estos compromisos, comenzando con los objetivos de desarrollo del milenio de las Naciones Unidas. Los Parlamentos nacionales deben ejercer un papel fundamental en esta tarea, al generar normas vinculantes que instrumenten de manera efectiva los compromisos adoptados internacionalmente por las autoridades nacionales.

La falta de mecanismos que permitan dar coherencia a las acciones de cooperación en materia económica y social ha sido destacada, con razón, como un problema esencial del orden multilateral, sin cuya superación va a ser muy difícil enfrentar adecuadamente los inmensos desafíos del mundo de hoy. La creación de un Consejo de Seguridad Económica y Social, que cobije también a los organismos de Bretton Woods, es la principal propuesta para superar este problema y debe ser,

por lo tanto, analizada con detenimiento por los países de la región. De cualquier manera, el Consejo Económico y Social (ECOSOC) debe ser fortalecido como órgano de coordinación del área económica y social del conjunto de los organismos de las Naciones Unidas y como el foro apropiado para analizar los vacíos en el ordenamiento económico y social multilateral.

Dos vacíos merecen especial atención. El primero es la ausencia de una institucionalidad adecuada para manejar los problemas asociados a la migración internacional. La región debe luchar por la inclusión plena de la migración en la agenda internacional, a través de un marco multilateral de políticas migratorias, que se complemente con acuerdos bilaterales y regionales. Los Jefes de Estado de la región deben expresar, asimismo, su rechazo categórico a toda expresión xenofóbica y racista contra los inmigrantes latinoamericanos y caribeños y convertirse en abanderados de la ratificación de los convenios sobre derechos humanos y laborales de los trabajadores migrantes y de sus familias. A ello debe agregarse la necesidad de promover normas para el reconocimiento de calificaciones y prestaciones sociales de los migrantes y temas más convencionales, como aquellos que facilitan y reducen los costos de las remesas familiares.

Un segundo vacío notorio se refiere a la cooperación internacional en materia tributaria. Cada día es más evidente que, sin una cooperación en este campo, la base de la tributación directa se verá erosionada por la competencia tributaria para atraer inversión, o simplemente por el uso de canales internacionales que facilitan la evasión. Los países industrializados han venido desarrollando una cooperación en este campo en el marco de la OCDE. Por el contrario, el único marco que abarca a los países en desarrollo es el comité *ad-hoc* del ECOSOC que ha tenido a su cargo el diseño de contratos tipo para el manejo de la doble tributación entre países desarrollados y en desarrollo. La cooperación multilateral debe ampliarse considerablemente, para abarcar el intercambio de información en materia tributaria para luchar contra

la evasión, y el desarrollo de acuerdos que eviten una estéril competencia tributaria entre países en desarrollo.

Nuestras consideraciones no podrían terminar sin mencionar las dos áreas más tradicionales de cooperación económica internacional: la financiera y el comercio. La crisis que se desencadenó en Asia en 1997 hizo evidente los inmensos vacíos que tiene el sistema internacional para garantizar la estabilidad financiera. El mundo sigue careciendo de mecanismos efectivos de alerta temprana y de esquemas de cooperación multilateral que faciliten la adopción de políticas macroeconómicas anti-cíclicas, que permitan tanto prevenir crisis como superarlas rápidamente cuando se presentan. En este marco, los países en desarrollo deben mantener grados importantes de autonomía que les permitan enfrentar los retos de la volatilidad financiera, incluida la libertad para regular, si así lo desean, los flujos de capital. Es necesario, además, seguir explorando mecanismos multilaterales para la solución de los problemas de sobreendeudamiento, pero exigir, al mismo tiempo, que mientras el Fondo Monetario Internacional no tenga un mandato al respecto, mantenga una neutralidad absoluta en las negociaciones entre los países deudores y los acreedores privados.

Reconocemos los avances que ha tenido el debate sobre la necesidad de modificar la contabilidad fiscal en los programas de ajuste emprendidos con el apoyo del Fondo Monetario Internacional, dando un tratamiento adecuado a la inversión de las empresas públicas y a la inversión pública en general, que evite que ésta se vea excesivamente castigada durante los períodos de ajuste. La naturaleza de la condicionalidad de los organismos de Bretton Woods requiere, por el contrario, de mejoras sustanciales. En tal sentido, debe reiterarse en forma categórica que dichas instituciones no fueron creadas para promover ningún modelo particular de manejo económico o de política social y que, por lo tanto, la condicionalidad debe limitarse en todos los casos a aquellos elementos que sean estrictamente necesarios para el éxito de los programas y que dichos organismos deben ofrecer una

pluralidad de opciones a los países beneficiarios y promover, para ello, la diversidad interna de sus equipos técnicos.

En relación con las negociaciones comerciales multilaterales, celebramos los recientes principios de acuerdo de la Organización Mundial de Comercio. En este contexto, ratificamos las solicitudes ya tradicionales de los países en desarrollo para que la ronda de negociaciones actual sea efectivamente una "ronda de desarrollo": un trato especial y diferenciado para los países en desarrollo, que esté sujeto a los mismos niveles de disciplina de otras áreas del acuerdo y tenga en cuenta las circunstancias especiales y las vulnerabilidades propias de los países pequeños y que dependen de las preferencias comerciales vigentes; liberalización por parte de los países industrializados de su comercio agrícola y eliminación progresiva de los subsidios a la exportación y a la producción agropecuaria; supresión de las crestas y los escalonamientos arancelarios según el nivel de procesamiento de los bienes industrializados; desmantelamiento definitivo del convenio multifibras, según lo acordado en la Ronda Uruguay; apertura de los servicios intensivos en mano de obra y a la migración temporal de trabajadores para prestarlos; y adopción de normas multilaterales más estrictas en materia de antidumping. Adicionalmente, teniendo en cuenta que las reglas internacionales emergentes de los acuerdos de la OMC y de los tratados bilaterales de comercio proporcionan muy pocos grados de libertad para políticas de desarrollo productivo, es necesario iniciar un amplio debate sobre cuáles son aquellos "espacios de política" que se consideran esenciales para el desarrollo económico en la era global.

En todos estos temas es posible garantizar una convergencia en las visiones de los países de la región sobre el orden mundial que debe derivar, en un futuro no muy lejano, en una verdadera política externa común. De hecho, el diseño y promoción de dicha política común podría ser visualizado a largo plazo como el principal propósito del Grupo de Río.

REPORT ON THE MEETING OF THE HIGH LEVEL REFLECTION GROUP CONVENED BY THE RIO GROUP

Brasilia, 2 to 4 August 2004

Introduction

The sum of social protests, political movements and economic crises witnessed in several Latin American and Caribbean countries in recent years has called into question the economic paradigm underlying the economic reform process of recent decades. International civil society has, further, forcefully expressed the rejection manifested by wide sectors of the world population of the current globalization process, which served as the framework for those reforms.

The transnational character of the economic forces that drive this process is reflected in the productive chain, whose logic is today more global than regional or national. This restructuring has lent unprecedented dynamism to financial flows, direct investment and international trade, although it has tended, at the same time, to disarticulate the economic and social structures of countries, albeit not in a uniform manner throughout the world. This disarticulation has resulted in a severe deterioration in the productive capacity, job creation, and income distribution in a wide group of countries, developed and developing alike, and a widening of the income divide separating the developed world from the developing world.

Taken as a whole, globalization has triggered significant tension between the transnational reach of the economic forces that drive the process and the national character of States and the democratic process, as well as between those forces and the incomplete and outdated nature of international institutions. The principal international organizations

established over a half century ago have not evolved in line with the profound political, economic, social and cultural changes that have characterized the most recent stage of globalization. As a result, the world lacks institutions capable of confronting new problems, mostly global in context, such as transnational crime, AIDS and financial instability and contagions, among many others. There is, therefore, a latent demand for spaces in which to undertake public democratic action, not only in the international sphere, but the transnational sphere, as well, capable of channeling the productive forces of a globalized world in a socially desirable manner.

Understanding and responding to the challenges of globalization today represents an enormous intellectual and political challenge, which can only be addressed through a renewed critical analysis. The development of this analysis must recognize that globalization is not a natural phenomenon, but rather an essentially social one. Consequently, it can be shaped through the action of democratic institutions at all levels: national, regional and global.

In fact, the current globalization process has pursued an incomplete and skewed agenda, one which has placed far greater emphasis on liberalizing market forces than on ensuring a more equitable distribution of the fruits of development, and has, moreover, done little to overcome the sharp asymmetries with regard to productivity and technology, macroeconomic and financial flows and the mobility of the various factors of production that characterize our world today. Although individually, the countries in our region have limited influence in shaping the international agenda, the quality of their integration in the global system depends, in each case, on the nature of their national responses, while through a collective approach they can develop regional mechanisms to improve the effectiveness of those responses and, in this way, exercise influence in developing an improved global institutional framework.

To achieve this, we propose three types of actions: (1) to improve the quality of national responses to the challenges of globalization through public policies that place greater emphasis on creating jobs and distributing the fruits of development; (2) to approach our regionalism seriously, conferring greater political and social significance on it and establishing effective instruments for the agreements negotiated, so as to overcome decades characterized more by rhetoric than concrete action (3)to transform the Rio Group into a forum for developing and promoting a common foreign policy that can enable us to influence the global agenda as a unified and strong region.

I. Improving the quality of national responses

It is important to recognize the unsatisfactory social and even economic results registered in Latin America and the Caribbean in recent decades, in large part as a consequence of the deficiencies in our responses to globalization. To a certain degree, we have wrought the globalization we sowed. In many cases, this has been due to the weakness of the respective economic and social bases of our citizenries. The inadequacy of our national responses has prevented us, moreover, from fully harvesting the fruits of democratization, without question one of the region's great achievements over the last twenty years.

Thus, although we have had great success in invigorating the export sector, in transforming our countries into attractive destinations for foreign direct investment and taming inflation, none of this has translated into elevated and stable growth. The economic cycles of our countries increasingly depend on the vicissitudes of external financing. This vulnerability has led to frequent economic crises, with enormous costs from the standpoint of equity and poverty. The region also confronts tensions related to the distribution of wealth and long-standing social exclusion, which have become more acute in recent

years, in spite of higher public expenditures in the social area, putting at risk the very foundations of democracy and creating fertile ground for the rise of transnational crime and violence in our societies.

It is therefore necessary to significantly improve the quality of the national responses to the challenges of globalization. This implies, first, continuing the effort to strengthen the democratic process and expand social participation. It also implies promoting the establishment of universal and collaborative educational and social protection systems capable of effectuating the economic, social and cultural rights that go hand-in-hand with civil and political rights in a democratic society. Democracy is, in this sense, much more than a democratic political system. It is also an extension of economic, social and cultural citizenship.

Similarly, it is necessary to secure the resumption of economic growth that, at once, is dynamic, sustainable, and, thus, heedful of macroeconomic stability; less vulnerable to external cycles; and conducive to the full application of the positive synergies between economic growth and enhanced distribution of its corresponding fruits. In the context of this framework, we identified the creation of high-quality jobs as the central objective of economic policy. Job creation and improved income distribution must, consequently, receive special attention, not only from public officials responsible for social policy, but from those charged with economic policy, as well. To achieve this ambitious social mission, it is essential that our governments generate the necessary tax revenues to perform their duties.

To reduce the vulnerability of our economies, specific attention must be given to macroeconomic policy instruments capable of mitigating the effects of economic cycles, rather than exacerbate them, as has been the case in recent decades. To reinvigorate the economy, it is essential to promote productive development strategies – including, agricultural, mining, industrial and service policies – which, depending on the conditions present in each individual economy, can provide our countries with the opportunity to significantly enhance their

integration in the globalization process. The absence, and, in fact, outright rejection, of these strategies in the region can be explained, in large measure, by the growing gap between the unsatisfactory economic results obtained to date and the highly positive results registered in the rapidly developing Asian economies.

The nature of national responses will vary from country to country, within the context of the process of institutional learning and the practical exercise of democracy required in each case. For this reason, it is important that the international system offer effective spaces in which to consider different national responses – "policy spaces," to use a term from the most recent United Nations Conference on Trade and Development, held this past June in São Paulo. Respect for these spaces must, therefore, be one of our region's banners on the international stage.

II. Approaching our regionalism seriously

Confronted by transnational forces that drive globalization and the acute asymmetries that characterize our world today, the strength of regional integration has a fundamental role to play. Greater regional coordination increases the opportunities for collective action, the effectiveness of the policies we adopt, helping disseminate the perception throughout the world that we constitute a true block of nations. Similarly, joint efforts avert the rise of competition among our countries, which can benefit only transnational economic forces, to the detriment of regional development. We must accept that Latin America is not only a geographic region made up of a group of countries, but a real entity with a common historical identity. This is the foundation of the political integration project to which we must commit ourselves.

Our region pioneered integration efforts in the developing world, although after almost half a century these efforts have borne insufficient

fruits, to the extent that we have actually lost our leadership position in this area to other regions. In large measure, this reflects a repeated failure to fulfill our agreements, the refusal of national parliaments to ratify them (when required), and the absence of clear mechanisms to ensure the continuity of agreements and an adequate institutional framework in which to deposit our collective sovereignty. We must, therefore, approach our regionalism with the seriousness it requires.

Revitalized regional integration requires providing a political and social content to complement the accompanying economic aspects. In this sense, the Rio Group has played a vital role in safeguarding democracy and finding peaceful solutions to the region's conflicts. As discussed below, the body should be consolidated as a forum for developing and promoting a common foreign policy.

On the social front, the most important task is to promote and continue the application of the fundamental principles underlying decent work, as set forth by the International Labor Organization, under the direction of the organization's regional office. In addition, to foster population flows among countries, it is necessary that educational degrees and professional and labor qualifications be recognized, in conjunction with agreements ensuring continued social benefits and payments to which migrant workers are entitled.

To consolidate stable economic growth, it is essential that we significantly expand our macroeconomic and financial cooperation. It is particularly important that we consolidate the procedures governing dialogue and peer reviews among macroeconomic officials that could subsequently lead toward mechanisms for macroeconomic policy consultations and coordination and, when the conditions so warrant, the establishment of common currencies. As an essential component of this process, regional mechanisms must be designed to provide countries in crisis with support, particularly those that are proportionally more underdeveloped, whether through significant increases in the membership and resources of the Latin American Reserve Fund or

through mutual support agreements among central banks that could enable, in specific case, the future establishment of a Latin American and Caribbean Monetary Fund.

Increased financial cooperation should translate into a corresponding rise in resources and frameworks for action for regional and sub-regional development banks, in strategic association with the national development banks. The basic objectives of the regional and sub-regional banks should include infrastructure financing aimed at integration and support for proportionally less developed countries and regions. Greater integration of the physical infrastructure has been recognized, with good reason, as a strategic element of regional integration, which has produced, nevertheless, only limited actions to date. This objective, furthermore, implies that, in developing national infrastructure, regional integration, and not merely national requirements, must be borne in mind. Cooperation in the field of energy deserves special mention and should be directed toward the formulation of a common energy policy

The region must also move forward in developing common productive strategies of varying scope (binational, sub-regional and regional) in different areas of strategic interest, such as value-added manufacturing and service chains. Within this framework, it is essential to develop a regional science and technology strategy that enables joint ventures and includes support for innovative research networks in areas such as culture, medicine, software development, agriculture, the development of tourism and the peaceful use of nuclear energy, among others.

Similarly it is imperative that we protect our shared environmental heritage – the Caribbean, Mesoamerican, Andean, Amazon, River Plate Basin and Southern ecosystems –, our mega-diversity, our immense genetic endowment and the region's rich traditional knowledge, as well as our contribution to the universal effort to combat climate change.

Revitalizing regional integration through concerted action on all fronts is possible, although the effort demands consistency and continuity. Consistency requires that we deposit our sovereignty collectively in vigorous regional bodies. Continuity requires that we move toward concrete achievements and avoid amassing unfulfilled agreements. To this end, it is essential that we proceed through existing institutions and agreements and significantly improve their instrumentation. With this in mind, it is essential to set forth binding rules that prevail even in crisis periods, to establish mechanisms to ensure continuity and assessments regarding the fulfillment of commitments and to secure the disposition of the parties to subject themselves diligently to a system of conflict resolution.

III. Moving toward a common foreign policy

If indeed our region has not been spared internal conflicts of varying origins, it is characterized by the absence of violent ethnic and religious and inter-State confrontations, and distinguishes itself, additionally, as the only nuclear-free region on earth. Its rich biodiversity, native forests and water resources makes it, moreover, a strategic region from an environmental standpoint. These and other positive aspects offer the region the opportunity to participate as an important actor on the international stage, capable of influencing global restructuring, but only if it proceeds with one voice and in alliance with other groups of countries that share similar interests.

The vision that impels the region must focus on developing a strong multilateral framework that responds to the profound political, economic and social changes sweeping the world and, in particular, the transnational forces that are in the process of consolidation, principally, but not exclusively, in the economic arena. This multilateral order must endeavor to build a more balanced world that can overcome

the basic asymmetries of the global order, which have severely affected the developing nations.

The first item on this common agenda should be a discussion on implementing reforms in the international system that address the gaps in the network of global bodies and the absence of coherence among these bodies. The United Nations, which represents the multilateral democratic forum, par excellence, requires a comprehensive reform to expand its capacity for action and enable it to lend coherence to international cooperation and proceed toward the construction of a form of global citizenship firmly based on the universally recognized body of human rights principles: civil and political, on the one hand, and economic, social and cultural, on the other. Beyond the need to reform the Security Council, the reform process should be based on a multidimensional concept of collective security that includes, in addition to conventional political and security questions, consideration of those associated with transnational organized crime, the global drug problem and the multilateral effort against poverty, hunger and AIDS.

The sequence of United Nations world summits represents the concretion of international civil society's demands for a global social agenda. Their principal flaw has been the lack of mechanisms for ensuring continuity and evaluating the fulfillment of the commitments entered into that should result in clear and inclusive political obligations and, in certain specific cases, legal obligations, as occurs today in Europe. The region should, therefore, foster the continuity and evaluation of these commitments, beginning with the United Nations' millennium development goals. The national legislatures must exercise a central role in this effort by producing binding rules that effectively organize the international commitments adopted by national authorities.

The lack of mechanisms to lend coherence to economic and social cooperation actions has, with good reason, been stressed as one of the central problems of the multilateral order, which if not surmounted

will make adequately confronting the enormous challenges of today's world extremely difficult. The establishment of an Economic Security Council, which would also cover the Bretton Woods institutions, encompasses the principal proposal for overcoming this problem and requires a detailed analysis by the region's countries. At the same time, the Economic and Social Council (ECOSOC) should be strengthened with regard to its role as a coordinating body for economic and social issues within the overall structure of the United Nations and as the appropriate forum for analyzing the gaps in the present multilateral economic and social order.

Two gaps warrant special attention. First, there is no adequate institutional framework to address the problems of international migration. The region must endeavor to ensure the full inclusion of this question on the international agenda, through a multilateral framework of migration policies supplemented with bilateral and regional agreements. The Heads of State of the region must, concomitantly, express their categorical rejection of all forms of xenophobia and racism against Latin American and Caribbean immigrants and become the standard-bearers for the ratification of human rights and labor conventions for migrant workers and their families. To this end, we must add the need to promote rules for recognizing the social eligibility and payments for migrants, as well as more conventional issues, such as those that facilitate and reduce the costs of family remittances.

Another serious gap refers to international cooperation in the area of taxes. It becomes more evident with each passing day that the direct tax base will be eroded as a consequence of tax competition aimed at attracting investment or the simple use of international channels that facilitate evasion. The industrialized countries have developed cooperation in this area within the framework of the OECD. By contrast, the only framework that encompasses the developing countries

is the ECOSOC's ad-hoc committee, which has prepared specific contracts to manage double taxation between the developed and developing countries. Multilateral cooperation must be significantly expanded to include information exchanges on tax questions as a means to combat evasion and develop agreements aimed at preventing unhealthy tax competition among the developing countries.

We could not conclude our considerations without mentioning the more traditional areas of international economic cooperation: financial and commercial. The 1997 Asian crisis exposed the enormous gaps in the international system's capacity to ensure financial stability. The world continues to lack effective early warning and multilateral cooperation mechanisms that could facilitate the adoption of anti-cyclical macroeconomic policies capable of preventing crises and, when they do surface, rapidly overcoming them. In this framework, the developing countries must retain significant levels of autonomy to allow them to confront the challenges of financial volatility, including the freedom to regulate, if they so desire, capital flows. In addition, it is necessary to continue exploring multilateral mechanisms to help solve the problem of over-indebtedness, while demanding, at the same time, that, as long as the International Monetary Fund lacks the pertinent mandate, it remain absolutely neutral in the negotiations between debtor nations and private creditors.

We recognize the progress made in the discussions to modify the accounting procedures applied to the adjustment programs supported by the International Monetary Fund, which involves giving proper consideration to the investments made by public enterprises and public investments in general, so as to ensure these do not suffer excessive reductions in periods of adjustment. The nature of the conditionality imposed by the Bretton Woods institutions requires substantial improvements. With this in mind, it is important to reiterate categorically that these institutions were not established to promote any particular

model of economic management or social policy. Consequently, conditionality should be strictly limited in all cases to those elements that are necessary for the program's success, and the relevant institutions should offer a plurality of options to the beneficiaries and promote, to this end, the diversity of the technical teams.

In regard to multilateral trade negotiations, we welcome the recent agreement on principles of the World Trade Organization. In this context, we reiterate the long-standing call of the developing nations to ensure that the current round of negotiations is truly a "development round": special and differentiated consideration to the developing countries, which is subject to the same level of discipline applied to other areas of the agreement and takes into account the specific vulnerabilities of small countries that depend on existing trade preferences; liberalization, by the developed countries, of agricultural trade and the progressive elimination of agricultural export and production subsidies; suppression of peak and escalating tariffs based on the processing of manufactured goods; permanent dismantling of the multifiber agreement, as agreed to in the Uruguay Round; opening of labor-intensive services and seasonal labor migrations for this purpose; and adoption of more stringent antidumping rules. In addition, taking into consideration that the emerging international rules set forth in WTO agreements and bilateral trade agreements limit the freedom to develop productive policies, it is necessary to hold wide-ranging discussions on the "political spaces" that are considered critical for economic development in the global era.

On all these questions, we can assure that the convergence of our different visions of the world order will, in the near future, give rise to a common foreign policy. To be sure, the formulation and promotion of that common policy can be seen to be the Rio Group's principal long-term objective.

Livro: Documentos da Secretaria Pro Tempore – Brasil 2004
Autor: Grupo do Rio
Coordenação editorial: Carmen Lúcia Gillet Lomonaco
Revisão: Denise de Aragão Costa Martins
Capa: Samuel Tabosa de Castro
Editoração eletrônica: Samuel Tabosa de Castro
Formato: 15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica: 11 x 17,5 cm
Tipologias: AGaramond nos corpos 12, 11, 9, 8 e 7 (texto)
Humanist 77BT corpos 18, 14 , 13, 12 e 11
(títulos e subtítulos)
Tiragem: 1.000 exemplares
Impressão e acabamento: Gráfica Prol